



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE DIREITO

MAIANA MAIA TEIXEIRA

“A CRIAÇÃO DO CONFLITO FOI QUE MOSTROU PRA SOCIEDADE O QUÊ QUE  
ESTAVA ACONTECENDO ALI”: AGRONEGÓCIO, VIDA E TRABALHO NO BAIXO  
JAGUARIBE, CE.

FORTALEZA  
2010

MAIANA MAIA TEIXEIRA

“A CRIAÇÃO DO CONFLITO FOI QUE MOSTROU PRA SOCIEDADE O QUÊ QUE ESTAVA ACONTECENDO ALI”: AGRONEGÓCIO, VIDA E TRABALHO NO BAIXO JAGUARIBE, CE.

Monografia apresentada à disciplina de Monografia Jurídica do Curso de Direito da Universidade Federal do Ceará – UFC, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharela em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Emmanuel Teófilo Furtado.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Maria Rigotto.

FORTALEZA  
2010

MAIANA MAIA TEIXEIRA

“A CRIAÇÃO DO CONFLITO FOI QUE MOSTROU PRA SOCIEDADE O QUÊ QUE ESTAVA ACONTECENDO ALI”: AGRONEGÓCIO, VIDA E TRABALHO NO BAIXO JAGUARIBE, CE.

Monografia apresentada à banca examinadora e à Coordenação do Curso de Direito da Universidade Federal do Ceará, adequada e aprovada para suprir exigência parcial inerente à obtenção do grau de bacharel em Direito.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Emmanuel Teófilo Furtado (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará – UFC

---

Profa. Dra. Raquel Maria Rigotto (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará – UFC

---

Martha Priscylla Monteiro Joca Martins  
Universidade Federal do Ceará – UFC



A Zé Maria, Vanderlei e Valderi, trabalhadores rurais vítimas do agronegócio, presentes em nossa memória.

## AGRADECIMENTOS

Elaborar os créditos deste trabalho constitui mais do que um ato de escrita, apresentando-se como a possibilidade real de tentar expressar em algumas linhas a importância que muitas pessoas e instituições tiveram durante o caminho que até aqui me conduziu. Agradeço:

À minha família, especialmente aos meus pais, por serem sempre essa fonte inesgotável de força-amor que instiga a enfrentar os desafios da vida.

À Xanda, por ter assumido em meu lugar, nesses tempos, o papel de irmã mais velha, pela maturidade de seus conselhos e paciência de seus ouvidos. Agradeço também pelo trabalho árduo, e muitas vezes insalubre, como ela diz, de transcrever as entrevistas aqui apresentadas.

Aos demais familiares, representados pela minha avó, por serem mesmo em meio à ausência imposta pela rotina, apoio constante.

À Rede de Assessoria Jurídica Universitária (REAJU), com especial carinho ao Núcleo de Assessoria Jurídica Comunitária (NAJUC), e ao Conteste!, pelo refúgio que representam na velha Salamanca, onde pude, a partir das atividades estudantis, exercitar o Direito como instrumento à emancipação humana. Aos velhos e novos companheiros, Arruda, Menezes, Gabi Marilaque, Natália, Isabel, Marília, Breno, Arlindo, Homero, Gardênia, Êmille, Sol, Acássio, Dilly, Talita, Cecília, muito obrigado por estarmos juntos.

À Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP), por também serem o porto, e aos mais queridos, Patrícia, Lourdes, Aline, Márcio, Cláudio, Rodrigo, Davi e Jairo.

Ao Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade (TRAMAS), pela acolhida no processo de construção de uma pesquisa engajada, mais especialmente, à Raquel Rigotto, Marcelo, Vanira, Lara, Ana Cláudia, Cláudia, Andrezza, Graça, Geó e Islene.

Aos amigos e amigas, pelo amor que me foi o descanso na loucura desses dias, Talita, Menezes, Marília, Marlus e Roniere.

Aos amigos que suportam a distância e continuam sendo amigos, Náti pernambucana, Franzé, Dêniel, Milena, Jana, Gustavo e Aderbal.

À Pryscilla e Luciana, por serem duas das flores mais bonitas do meu jardim, enfeitando de solidariedade o dia-a-dia na nossa Faculdade.

Ao professores Emmanuel Furtado, pela orientação e confiança.

À Professora Raquel Rigotto, que me deu a oportunidade de me aproximar da realidade conflituosa que com profundas marcas caracteriza a vida cotidiana do Baixo Jaguaribe. A oportunidade deste encontro com mulheres e homens fortalecidos/as pela luta para garantir suas vidas fez surgir o interesse por compreender e também contribuir nessa luta. Conviver com esta mulher de coragem, me estimulou e, além disso, me encorajou a também participar deste renovar-se enquanto ser humano em movimento, na busca de “novos possíveis”. Agradeço a paciência, o ombro amigo nas horas mais difíceis, os livros emprestados, as conversas, as comidinhas e cachacinhas mineiras, enfim, a (con)vivência.

Aos lutadores e lutadoras sociais da Chapada do Apodi. À Cáritas, ao Movimento Social dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra (MST), ao Padre Júnior, Pastora, Jovelina, Rodrigo, Reginha, Diego Gadelha, Bernadete, Hidelbrando, Sandra, Ernandi, Raméres, Jovelina, Osarina, Reginaldo, Zeuza e Lourdes.

Aos trabalhadores e trabalhadoras rurais da Chapada do Apodi, que superam o medo e constroem na luta de seus dias o sonho de uma vida melhor, especialmente aos que, em Tomé, participam da Associação Comunitária.

À família de Zé Maria, especialmente à Branquinha, pelo exemplo da coragem que a vida nos exige.

Ao Cnpq, pelo apoio financeiro.

“Falam-me de progresso, de “realizações”, de doenças curadas, de níveis de vida elevados acima de si próprios.

Eu, eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas.

Laçam-me à cara fatos, estatísticas, quilometragens de estradas, de canais, de caminho de ferro.

Mas eu falo de milhares de homens sacrificados no Congo-Oceano. [...] Falo de milhões de homens arrancados aos seus deuses, à sua terra, aos seus hábitos, à sua vida, à dança, à sabedoria.

Falo de milhões de homens a quem inculcaram sabiamente o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a genuflexão, o desespero, o servilismo.

Laçam-me em cheio aos olhos toneladas de algodão ou de cacau exportados, hectares de oliveiras ou de vinhas plantadas.

Mas eu falo de economias naturais, de economias harmoniosas e viáveis, de economias adaptadas à condição do homem indígena desorganizadas, de culturas de subsistência destruídas, de subalimentação instalada, de desenvolvimento agrícola orientado unicamente para benefício das metrópoles, de rapinas de produtos, de rapinas de matérias-primas. [...]

Falam-me de civilização, eu falo de proletarização e de mistificação.” (Aimé Césaire)

## RESUMO

A presente monografia nasce da necessidade de debate sobre os principais paradigmas do projeto de desenvolvimento da agricultura cearense, pautado na modernização da agricultura patronal em áreas consideradas de maior potencial agrícola com vistas à implantação de complexos agroindustriais, nos quais os trabalhadores rurais e a agricultura familiar se integram de forma dependente e subordinada. Parte da percepção de que essa reestruturação produtiva articulada pelo Estado se processa de forma socialmente seletiva e espacialmente concentrada, colaborando sobremaneira na acentuação das desigualdades e contradições da sociedade brasileira. Busca enfrentar a construção complexa do território, a partir da diversidade dos conflitos nele vivenciados, a fim de auxiliar no delineamento das identidades, ações e interações dos sujeitos que vivenciam e transformam o atual projeto de desenvolvimento, quais sejam, as empresas do agronegócio, o Estado e os trabalhadores e camponeses. Posteriormente, pretende, a partir das observações dos processos de degradação da dignidade do trabalhador e de precarização das relações de trabalho percebidas como adotados pelas empresas ligadas ao agronegócio, assim como dos processos de expropriações dos pequenos arrendatários, parceiros, meeiros, pequenos produtores e posseiros, aprofundar a discussão sobre os elementos caracterizadores desse modelo e sobre os reflexos destes no sentido e efetividade dados à proteção dos direitos fundamentais dos trabalhadores e camponeses.

**PALAVRAS-CHAVES:** AGRONEGÓCIO, DESENVOLVIMENTO, CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, TRABALHO.

## ABSTRACT

The current research comes from the necessary discussion about the main agriculture development

Project from state of Ceará, which is based on the modernization of employers agriculture in areas considered with better agriculture potential to intent to improve agro-industrial complexes where rural workers and family farming make part dependently and subordinately. Part of the perception that this restructuring process articulated by the State is conducted in a socially selective and spatially concentrated, contributing to the accentuation of inequalities and contradictions of brazilian society. Look for face the complex construction of the territory, from the diversity of conflicts experienced in it, to assist in the delineation of identities, actions and interactions of individuals who experience and transform the current development project, the agribusiness companies, the State and workers and farmer peasants. Later, from observations of workers dignity degradation and precariousness of labor relations processes perceived as adopted by companies related to agribusiness, as well as expropriation procedures of small tenants, partners, sharecroppers, small farmers and squatters, deepen the discussion about characteristic elements of this model and about its repercussion in the effectiveness in order to protect the fundamental rights of workers and farmer peasants.

KEYWORDS: AGRIBUSINESS, DEVELOPMENT, ENVIRONMENTAL CONFLICT, LABOR.

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO: O NASCIMENTO DA PESQUISA.....</b>	<b>12</b>
<b>2. METODOLOGIA: A CONSTRUÇÃO DA CRITICIDADE INTERDISCIPLINAR E TRANSFORMADORA DA PESQUISA.....</b>	<b>16</b>
<b>3. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>4. AGRONEGÓCIO = DESENVOLVIMENTO? DESENVOLVIMENTO = DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO? DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO = LUCRO DE POUCOS? LUCRO DE POUCOS = QUALIDADE DE VIDA DE TODOS?.....</b>	<b>20</b>
<b>5. RIQUEZA DE POUCOS À CUSTA DE TODOS: EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO SOBRE OS OMBROS DE GIGANTES BENEFÍCIOS ESTATAIS.....</b>	<b>23</b>
<b>5.1. Infra-estrutura, financiamentos e barateamento dos créditos.....</b>	<b>23</b>
<b>5.2. Acesso desigual aos recursos ambientais.....</b>	<b>24</b>
<b>5.3. Legislações favoráveis.....</b>	<b>26</b>
<b>5.4. Direito de poluir, vulnerabilidade institucional e externalização dos custos sócio-ambientais.....</b>	<b>27</b>
<b>6. O ESPAÇO EM DISPUTA.....</b>	<b>33</b>
<b>7. O BAIXO JAGUARIBE E O PERÍMETRO IRRIGADO JAGUARIBE-APODI.....</b>	<b>34</b>
<b>8. TRANSFORMAÇÕES.....</b>	<b>39</b>
<b>8.1. “Quando os empresários chegaram encontraram a terra pronta, mas com o pequeno em cima”: Apropriação, Dominação e Expropriação.....</b>	<b>39</b>
<b>8.2. A terra entre a (agri)CULTURA e o (agro)NEGÓCIO.....</b>	<b>43</b>
<b>9. A CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL.....</b>	<b>50</b>
<b>9.1. Agronegócio e Agrotóxicos: mercados irmãos.....</b>	<b>50</b>
<b>9.2. “Por três vezes a pulverização achou de me encontrar, ao menos ao longo desse ano não pegarei mais <i>sigatoka</i>”: convivência e resistência à pulverização aérea na Chapada do Apodi.....</b>	<b>52</b>
<b>9.2.1. A <i>Sigatoka-amarela</i>: um problema que é ideologicamente apresentado sem nenhuma causa, mas com uma solução.....</b>	<b>53</b>

9.2.2. O “remédio”: receitas de uma calda tóxica.....	54
9.2.3. Quando o discurso do “uso seguro” não condiz com a realidade.....	55
9.2.4. Quando a “legalidade” não impede os danos.....	57
9.2.5. Agrotóxicos nas amostras de água coletadas na região.....	59
9.2.6. Quando o risco é percebido pela população.....	64
9.2.7. Quando a percepção vira ação e é aprovada Lei Municipal contra a pulverização aérea.....	67
9.2.8. A toda ação, uma reação em igual intensidade? As estratégias e discursos dos que defenderam a pulverização aérea .....	73
9.2.9. O direito sai da Câmara dos Vereadores e vai parar na rua.....	80
<b>10. OS NOVOS SUJEITOS: EMPRESAS, “PARCEIROS” E TRABALHADORES DO AGRONEGÓCIO.....</b>	<b>82</b>
<b>11. O NOVO TRABALHO NO AGRONEGÓCIO: DISCURSO MODERNO, EXPLORAÇÃO ANTIGA.....</b>	<b>86</b>
<b>12. CHEGA DE SEGURAR O ABACAXI: A GREVE DOS TRABALHADORES DA DEL MONTE.....</b>	<b>98</b>
12.1. A greve necessária.....	98
12.2. “Aí você sabe que um grito abafado, minha filha, quando ele ecoa é uma coisa medonha”: A greve enquanto espaço de denúncia.....	100
12.3. A greve espontânea e pacífica.....	104
12.4. A greve enquanto construção da solidariedade.....	108
12.5. Legalidade x Legitimidade.....	115
12.6. O “enrolar” da negociação.....	118
12.7. A visita noturna dos policiais.....	121
12.8. O fim da greve, a cesta básica e outras conquistas.....	122
12.9. Demissão e perseguição: as duas faces da retaliação.....	125
<b>13. CONCLUSÕES: PERMANÊNCIAS E RESISTÊNCIAS, O FUTURO DA CHAPADA DO APODI EM DISPUTA.....</b>	<b>129</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>134</b>

## 1. APRESENTAÇÃO: O NASCIMENTO DA PESQUISA

“Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar.” (Antonio Machado)

A presente monografia insere-se numa trajetória de pesquisa que, ainda que não se faça tão longa, é indubitavelmente rica, iniciada em 2009, a partir da aprovação pelo Edital PIBIC 09/10 do projeto intitulado “As violações aos direitos fundamentais dos trabalhadores na região do Vale do Jaguaribe no Estado do Ceará: um estudo de caso sobre o agronegócio e as relações de trabalho no campo”.

O título do projeto reflete o limite da visão que, à época, percebia apenas as transformações provocadas e vivenciadas pelas empresas e trabalhadores do agronegócio no contexto da modernização agrícola, como se a categoria “trabalho” fosse a única que abrigasse os conflitos oriundos do novo modo de produzir implantado no Baixo Jaguaribe.

Posteriormente, definiu-se que as visitas à campo seriam no município de Limoeiro do Norte, onde se localiza a Del Monte Fresh Produce Ltda, considerada, àquele tempo, a maior produtora de abacaxi e melão do Ceará, com forte impacto na empregabilidade rural e no valor das exportações no Estado e, por essas razões, empresa escolhida para realizar o estudo de caso anunciado no projeto de pesquisa.

Ao planejar a primeira viagem, tomou-se conhecimento de que um grupo de pesquisadores ligados ao departamento de Saúde Comunitária da UFC desenvolviam, desde março de 2007, uma pesquisa na região intitulada “Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos”, coordenada pela professora Raquel Rigotto.

A aproximação a esse grupo inicialmente justificou-se pelo apoio que daí poderia advir nas incursões a campo. De fato, a acolhida proporcionou o suporte físico necessário às viagens, como transporte, alimentação e hospedagem. Para muito além do aspecto logístico, entretanto, a proximidade ao grupo possibilitou a vivência de participar da construção de uma concepção peculiar de pesquisa, pelo que ela contém de compromisso ético-científico e de engajamento social.

Dessa forma, a proposta inicial do projeto de pesquisa pôde sair do confinamento

voluntarista-individual para nutrir-se num coletivo que, por sua vez, nutria-se das demandas da realidade local, em articulação com os sujeitos que a constroem no dia-a-dia de seu território. Esse amadurecimento foi quem permitiu compreender que “o sertão é o mundo”, como nos alerta Guimarães Rosa (2001), um mundo de relações e complexidades que nos exige exercitar os olhos para a amplidão.

Assim, foi possível perceber a existência dos outros sujeitos que arquitetam o Baixo Jaguaribe, impactados e impactantes do agronegócio em expansão, tais como os pequenos produtores, parceiros ou não do agronegócio, associações comunitárias locais, entidades e movimentos sociais, assentamento de reforma agrária e comunidades em transição agroecológica, bem como o próprio Estado.

Tais sujeitos carregam em si a história dos conflitos a que são submetidos, fazendo com que a percepção das transformações advindas com o agronegócio extravasasse também o muro da empresa e denunciasses, para além dos conflitos trabalhistas, os fundiários, sociais e ambientais que, ainda que não se restrinjam à categoria “trabalho”, com ela dialogam intimamente, pois o trabalhador que tem seu trabalho precarizado nas empresas do agronegócio é o mesmo camponês que foi expulso do campo alguns anos antes para a elas dar espaço e é também quem, ao chegar em casa, ingere a água por elas contaminada com agrotóxicos.

Assim, a pesquisa assumiu novas matizes, a fim de incorporar tanto o projeto de modernização articulado entre Estado e empresas, quanto as denúncias dos conflitos por ele ensejados, assumindo a responsabilidade de ser mais um galho da árvore plantada em 2007 pela professora Raquel Rigotto e seu grupo de pesquisadores, e que, ainda hoje, alimenta com seus frutos a luta local por justiça sócio-ambiental:

Falando um pouquinho dessas forças que atuam na região, eu também acho que a pesquisa, essa pesquisa da Raquel Rigotto, provocou a sociedade, né? Provocou a sociedade a ver, a se ver, a ver como é que está. Eu acho que tem uma ligação muito forte entre o saber local e o saber acadêmico, eu acho que essa ligação tem sido muito importante pra região, porque tem colocado o debate, tem trazido elementos científicos que comprovam aquilo que as pessoas vivenciam. Já estão sabendo (as pessoas) e já falam, já percebem, mas, às vezes são desqualificadas quando falam, porque não têm como provar. E a pesquisa está trazendo [...] complementaridade dos problemas vivenciados e ditos pela pessoas e não identificados pelo Estado. A pesquisa está dando essa resposta, que os órgãos deveriam dar, né? (...) Então eu acho que a pesquisa deu uma boa engrenada na sociedade, deu pra levantar a poeira (...) A fala das pessoas quando dizem assim: 'a água está contaminada' e aí gerava expectativa de que a pesquisa pudesse dizer que está mesmo contaminada ou que não está contaminada, de que as doenças daqui são devidas ao agrotóxico [...] então as pessoas depois começam a perceber que, de fato, o agrotóxico pode dar doenças

respiratórias e essas informações foram levadas (para as pessoas) a partir da pesquisa mesmo [...] Então eu acho que isso foi importante pra região, eu acho que isso fez acender a chama da resistência e iluminar a nossa realidade pra gente poder dizer 'não'. (Integrante da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte)

As diversas pesquisas realizadas na região, ao coadunarem com as denúncias vividas até então pela população no nível da percepção, servem de instrumentos fundamentais para os grupos atingidos ganharem respaldo para suas posições nos embates político, discursivo e jurídico. Reforçam, assim, a legitimidade social em torno das demandas por esses grupos encampadas.

Ademais, além de serem importantes como produtos, as pesquisas têm sua relevância também enquanto processo, pois suas construções consistiram, muitas vezes, para a criação de laços de cooperação entre pesquisadores vindos de diferentes áreas e diversas instituições de ensino, numa promoção do intercambiamento de saberes tão caro à academia.

A construção de uma atuação em rede, além de efetivar a solidariedade às populações mais vulneráveis, percebidas justamente como aquelas comunidades que mais sofrem com a expropriação de terras e com a contaminação ambiental decorrentes do agronegócio, ampliou o conceito de “atingidos” e de atores sociais legítimos a reivindicar direitos. Essa articulação, em que cada elo desempenha um papel específico e complementar, passou a constituir-se num importante elemento da resistência aos impactos advindos com a expansão do agronegócio na região.

Incorporado na estratégia política da rede, o debate sobre a relação entre o desenvolvimento regional e as questões ambientais passou a alimentar diversas mobilizações, multiplicando-se os espaços de denúncia e de transformação social.

Assim, reconhecendo o protagonismo dos sujeitos que vivem o território, tanto no que diz respeito à sensibilidade para perceber a realidade, com seus problemas e respostas, quanto à mobilização para transformá-la, a pesquisa não busca “dar voz” a esses sujeitos, como se dela despossuídos fossem, mas problematizar a estrutura desigual de poder que, muitas vezes, dificulta que essa voz seja ouvida, amplificá-la, talvez, e “fazer chegar a outros 'círculos' essa voz, assumindo os equívocos que essa 'tradução' impõe” (ALMEIDA, 2006 apud SAMPAIO *et al*, 2008, p.9).

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em

toda a trama da sociedade. (FOUCAULT, 2004, p. 71)

Tais considerações apreendidas do campo puderam materializar-se no projeto de pesquisa intitulado “A (in)sustentabilidade no campo: sentido e efetividade dados à proteção dos direitos fundamentais dos trabalhadores e camponeses no contexto da modernização conservadora”, apresentado ao Edital PIBIC 10/11, e constituem a base sobre a qual se buscou alicerçar a pesquisa necessária ao desenvolvimento da presente monografia.

## 2. METODOLOGIA: A CONSTRUÇÃO DA CRITICIDADE INTERDISCIPLINAR E TRANSFORMADORA DA PESQUISA

Evitando reduzir a metodologia à técnicas de investigação, por acreditar, como Ciavatta (2001, p. 129), que “a metodologia não é uma pauta de instruções, é a capacidade organizada de pensar a realidade no seu momento histórico”, faz-se importante discorrer sobre alguns aspectos norteadores da pesquisa que desembocou, entre outros materiais produzidos, no presente trabalho de conclusão de curso.

O primeiro passo a ser considerado de seu percurso é justo aquele que conduz ao encontro do objeto pesquisado. A travessia inicia-se com a convicção de que aquele que pretende compreender a realidade não é um “abstrato sujeito cognoscente”, porém um indivíduo histórico que, ao inserir-se num dado contexto, age e exercita sua atividade prático-sensível a partir de determinados fins e interesses (KOSIK, 2002).

Alves (2000, p 96-97) também leciona que “a escolha do objeto de estudo e dos problemas a serem investigados é um ato anterior à pesquisa, que tem a ver com os valores do investigador” e, metodologicamente, alerta ser “preciso fazer uma discriminação entre os problemas que merecem e devem ser investigados, visto que tais problemas não são enunciados pela ciência”.

A ciência, aliás, é um dos campos discursivos que mais presta serviço à ideologia dominante. Conforme Sudatti (2007, p. 42),

A ciência e a ideologia dominante estão assim tão próximas porque, no mundo moderno, a ciência angariou tanto o privilégio da explicação correta acerca da realidade quanto a prerrogativa de promover o progresso social. Ambas as funções se apóiam na crença, por um lado, de que o objeto do conhecimento é racional e transparente, e por outro, de que as melhorias tecnológicas seriam capazes de manipular sempre com mais perfeição e a favor do homem essa racionalidade inscrita nas próprias coisas.

Para superar tais limites e aproximar a pesquisa da realidade é preciso assumir a complexidade com que esta se apresenta, buscando alcançar um múltipla percepção dos fatos sociais, abrangendo os aspectos que se lançam ao olhar e os que dele se escondem.

Assim, apresentar o fenômeno da greve realizada pelos trabalhadores da Del Monte em 2008, objetivo que configura-se como o central do presente trabalho, não poderia desvincular-se da apresentação da totalidade em que esse fenômeno se insere.

A busca pela totalidade, no caso, não significa conhecer todos os fatos, mas compreender a realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer pode vir a ser racionalmente compreendido (KOSIK, 2002).

Não se trata, portanto, de uma totalidade exaustiva, um esforço de pesquisa que conclua a realidade, mas sim de uma totalidade intensiva, em que o esforço deve rumar à visão global mais abrangente possível.

Nessa perspectiva, o pesquisador assume a procura pelo conhecimento da verdade que, se não é inatingível, tampouco é alcançável para sempre, mas que vai se fazendo e, nesta feitura, vai se desenvolvendo e acaba por se realizar: história...

Durante os quatro anos de pesquisas desenvolvidas na região, dentre os quais pude participar dos últimos dois, foi construído um imenso banco de dados, ainda em fase de sistematização e análise, composto de fotos, gravações de entrevistas individuais e grupais, questionários e exames médicos, vídeos, documentos governamentais, documentos políticos etc.

A colheita desse material, considerando-se a pluralidade de pesquisas realizadas e em andamento, deu-se de forma variada, em que foram utilizadas ora a técnica da observação direta, ora a da observação participante, ora a de entrevistas informais, em que a conversa entre o pesquisador e o entrevistado deu-se de forma descontraída e em momentos não planejados, ora a de entrevistas semi-orientadas (ou semi-estruturadas), cujo “[...] entrevistado fala sobre tópicos relacionados a um tema específico, definido previamente pelo pesquisador” (MATOS; VIEIRA, 2001 apud SAMPAIO *et al*, 2008, p.10).

Sua realização, além de se requerer uma abordagem interdisciplinar, possibilitada pelas diversas formações acadêmicas e experiências de vida próprias a cada pesquisador, demandava a construção de uma metodologia que incorporasse o saber e a participação dos atores sociais que vivenciam o território e sobre ele intervém.

Ao esforço dos pesquisadores, somou-se-se, e é preciso ressaltar, o dos “pesquisados”, que compartilharam da responsabilidade sobre a consecução das pesquisas. Compreendendo a importância potencial que estas viriam a assumir, no que diz respeito ao fortalecimento da reivindicação por direitos, eram as entidades locais e os movimentos sociais de resistência aos impactos do agronegócio, como Cáritas, Confederação Nacional de Lutas- CONLUTAS e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST, além das associações comunitárias, que articulavam, a partir da confiança previamente estabelecida, os trabalhadores a serem

entrevistados, entre outras atividades necessárias. Por sua vez, estes disponibilizavam o pouco tempo de descanso que dispunham ou mesmo assumiam faltas no trabalho, a fim de participarem do questionário e do exame físico que costumavam tomar-lhes um turno inteiro do dia:

Eu me lembro que quando a pesquisa (começou), 60 trabalhadores saíram (do trabalho) numa noite e, no outro dia, estava todo mundo sete horas da manhã deixando o emprego pra fazer as entrevistas. (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte - CONLUTAS)

Conforme Pinheiro (2004 apud SAMPAIO *et al*, 2008, p.15), essa construção coletiva do pesquisar “contribui para efetivação do resgate histórico de todo o processo de luta, o entendimento mínimo da realidade social de todos na comunidade”.

Para Colares (2006 apud SAMPAIO *et al*, 2008, p.15), nesse percurso foi necessário compreender a relação dos sujeitos com essa realidade, o que pressupõe, em outras palavras, uma melhor percepção sobre o significado das ações desses sujeitos, de suas condições de vida, de seus conflitos e modelos de resistência.

Por sua vez, a análise do material constante no banco de dados apartou-se das tradicionais visões marcadas pela superficialidade e pela ingenuidade da análise “neutra” que costuma acontecer nesse terreno de investigação. Apesar da importância dos dados quantitativos, priorizou-se a inserção de elementos qualitativos na discussão, a exemplo da abordagem crítica e da valorização das questões subjetivas (DAMIANI, 2004 apud FREITAS, 2010, p. 132).

Finalmente, o desengano ocasionado pela consciência crítica com que se analisa a realidade apenas torna-se completa com a transformação das condições materiais objetivas que determinam o falseamento ideológico, pois sem práxis transformadora do real, a mistificação ideológica não desaparece (ALVES, 1987 apud SUDATTI, 2007, p. 40). Nascida e construída a partir dos sujeitos que reivindicam justiça socioambiental na Chapada do Apodi, a metodologia estabeleceu-se de forma a promover com eles o diálogo como prática costumeira e perene.

### 3. INTRODUÇÃO

As reflexões críticas sobre a realidade agrária brasileira apontam para uma complexa teia de desigualdades históricas que vêm sendo reforçadas e reformuladas no campo. São diversas as facetas em que se podem ver espelhadas a perversidade e a injustiça do projeto neoliberal de desenvolvimento pautado pela modernização da agricultura patronal em áreas consideradas de maior potencial agrícola, com vistas à implantação de complexos agroindustriais, onde se constata a produção baseada no emprego de agrotóxicos e fertilizantes, a imensa utilização de maquinários agrícolas, além do crescente esforço produtivo exigido dos trabalhadores, somado à deficiência nos serviços de assistência/vigilância/promoção da saúde dos mesmos.

O presente trabalho pretende, inicialmente, desvelar alguns aspectos da cumplicidade entre o Estado e o Agronegócio, apresentando em que níveis o avanço deste conta com grande suporte daquele, tanto no âmbito nacional, em que o agronegócio é inserido como pauta da política de crescimento do país, quanto no âmbito local, em que se constrói e se reconfigura o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi no Baixo Jaguaribe.

A caracterização da modernização agrícola conservadora proposta para a região buscará explicitar seus caracteres socialmente seletivo e espacialmente concentrado, enfatizando nas transformações socioambientais por ela provocadas, nem sempre revestidas com a qualidade de “modernas” tão usualmente empregada para legitimar esse tipo de empreendimento.

É nesse raciocínio que serão apresentadas as denúncias de combate à prática de pulverização aérea na região, bem como as formuladas pelos trabalhadores sobre as condições de trabalho na Del Monte, motivadoras da greve por eles realizada em 2008, que, por sua vez, será resgatada historicamente e também analisada neste trabalho.

Por fim, a tessitura dessa pesquisa dá-se sobre o entrelaçamento dos conflitos vivenciados na região com as injustiças socioambientais decorrentes do modelo de desenvolvimento implantado, a fim de que as relações assim desmascaradas possam contribuir no delineamento das identidades, ações e interações dos sujeitos que vivenciam e transformam a realidade atual da Chapada do Apodi.

**4. AGRONEGÓCIO = DESENVOLVIMENTO? DESENVOLVIMENTO = DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO? DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO = LUCRO PARA POUCOS? LUCRO PARA POUCOS = QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS?**

Ao analisar o atrelamento do processo de industrialização no estado do Ceará à ideologia do desenvolvimento, Rigotto (2008, p. 24) percebe o processo histórico em que um e outro vão se constituindo como sinônimos: “Constrói-se uma relação de linearidade entre as duas categorias: a industrialização é o caminho para o desenvolvimento, o desenvolvimento é o produto da industrialização. Sem mediações, industrialização é desenvolvimento”.

Com o agronegócio não é diferente. Concebido e situado numa política de desenvolvimento voltada para o crescimento econômico, o mesmo é apresentado como gerador de emprego e de riqueza numa região usualmente identificada como de seca e de morte.

Segundo Castoriadis (1976 apud RIGOTTO, 2008), o desenvolvimento é entendido e difundido hegemonicamente na sociedade como

[...] a progressão em direção à maturidade, à capacidade de crescer sem fim, colocada como norma natural, tendo como postulados a racionalidade dos mecanismos econômicos, a concepção de que o homem e a sociedade estão naturalmente predestinados ao progresso e ao crescimento, a onipotência virtual da técnica, a ilusão assintótica relativa ao conhecimento científico.

A inevitabilidade com que o mesmo se apresenta, bem como os empreendimentos que a ele representam, coaduna-se bem com a falta de participação popular no processo de tomada de decisões que findam por direcioná-los aos mais diversos territórios.

O agronegócio, assim, desvincula-se da ideia de ser um modelo de desenvolvimento para ser o (único) modelo de desenvolvimento, em detrimento da disputa que existe sobre esse conceito, a par de sistemas vários que se propõem a promover outro tipo de desenvolvimento socioeconômico no campo brasileiro, como a reforma agrária para agricultura familiar e a agroecologia.

Para perpetuar este ambiente que lhe favorece, o discurso da dominação lapidou suas técnicas de convencimento, recebendo um poderoso auxílio dos recursos tecnológicos e comunicacionais. (...) A tecnocracia autoritária soma-se aos meios de comunicação de massa para impor o neoliberalismo globalizado como “inevitável” e “necessário”. (...) No interior deste ambiente, admite-se como sendo perfeitamente

natural “que o crescimento máximo, e logo a produtividade e a competitividade, é o fim último e único das ações humanas; ou que não se pode resistir às forças econômicas” (BOURDIEU, 1998, p. 44).

As comunidades populacionais que se vêem obrigadas a conviver com esses empreendimentos são as que, invariavelmente, dele menos colhem os benefícios e mais sofrem com seus impactos, configurando uma relação denunciada por alguns autores de injustiça ambiental (ACSERALD; MELLO; BEZERRA, 2009).

Frente a este quadro geopolítico excludente, no contexto social dos países de capitalismo periférico, configura-se ainda uma “coexistência entre projetos envolvendo uma modernidade tardia (cada vez mais sonogada), uma modernidade negada (pré-modernidade) e uma pós-modernidade alienante” (ARRUDA JR., 1997, p. 96). Enquanto alguns setores privilegiam-se do processo de modernização tardia, resta para grande parte da totalidade social a condição de pré-modernidade jurídico-política, à qual destina-se a negação planejada dos mais legítimos direitos reconhecidos, tais como dos direitos fundamentais à saúde, à dignidade e à vida.

Nas palavras de Esteva (1992, p. 18):

O estabelecimento de valores econômicos exige a desvalorização de todas as outras formas de vida social. Essa desvalorização transforma em um passe de mágica, habilidades em carências, bens públicos em recursos, homens e mulheres em trabalho que se compra e vende como um bem qualquer, tradições em fardo, sabedoria em ignorância, autonomia em dependência.

É no sobrepujamento desse valor econômico que se construiu o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC),

[...]centrado numa perspectiva que abraça a ideia de crescer economicamente, que pouco dialoga com um projeto de nação que enfrente os desafios sociais e ambientais de forma não excludente, protegendo os mais vulneráveis. Em consonância com a noção de crescimento econômico como gerador de melhoria de qualidade de vida, fomenta a expansão do agronegócio, da cadeia do ferro-aço e da bauxita-alumínio – eletrointensivas. Numerosos projetos setoriais incidem sobre os territórios de maneira pouco integrada, podendo propiciar o uso intensivo de bens naturais e favorecer a reprodução das desigualdades regionais e sociais. Evidenciou, ainda, a acelerada expansão do agronegócio, centrado na monocultura e fruticultura irrigada para a exportação, na perspectiva de adotar um modelo agroexportador que enseja repercussões sobre a produção e o preço dos alimentos associados à exploração do trabalho de migrantes, promovendo impactos à saúde humana, já ocasionando mortes, lesões osteomusculares e intoxicações por agrotóxicos. (PESSOA, 2010, p. 42)

Subordinado a uma ordem definida por Genro (1999) como “globalitária” - globalização econômica e totalitarismo sem saídas alternativas - o Estado promove a

implementação e expansão do agronegócio, num processo crescente de sujeição dos interesses públicos aos interesses privados, acarretando, enfim, no abandono da luta pela igualdade social para encampar a defesa dos valores puramente econômicos, elevando a reificação das relações sociais a um estágio jamais visto.

Como consequência imediata desse processo, acentuam-se a emergência de problemas de degradação ambiental de

[...] tal magnitude que os riscos aumentam mais rapidamente que nossa capacidade para controlá-los. A partir disso, foi generalizada e internalizada, nas sociedades contemporâneas, a síndrome do câmbio global assentada em três aspectos principais: i) a síndrome da ameaça à seguridade global, derivada da destruição do meio ambiental e que ameaça a viabilidade do sistema econômico mundial e a sobrevivência humana; ii) a síndrome dos limites ao crescimento, ao reconhecer-se a impossibilidade do crescimento material ilimitado dentro de um planeta finito; e iii) a síndrome da interdependência entre pobreza e riqueza, resultante da intrincada inter-relação entre meio ambiente e desenvolvimento humano. (CAPORAL & COSTABEBER, 2002)

Apesar de servir a questionar o mito do desenvolvimento, à denúncia da crise ambiental precisa somar-se a da crise social por ele gerada, compreendendo-se que a temática da devastação ambiental converge para a discussão acerca da profunda degradação social do homem, já que ambos os problemas se conectam à mesma lógica econômica predatória.

Ademais, apesar da existência inegável dos danos à coletividade planetária provocados pela contaminação ambiental, esta é desigualmente distribuída a partir dos critérios de desigualdade social reproduzidos no território. Assim, restam às comunidades da Chapada do Apodi, por exemplo, uma exposição maior à contaminação da água por agrotóxicos, por serem comunidades pobres a quem não é garantido o direito ao tratamento de água do serviço de abastecimento e tampouco o dinheiro para consumir água potável privatizada, do que a exposição sentida pelos moradores do núcleo urbano ou mesmo dos países europeus consumidores das frutas produzidas na Chapada com a utilização intensiva de agrotóxicos.

Ao acentuarem-se, no decorrer do trabalho, as transformações provocadas pelo agronegócio no ambiente e no modo-de-vida dos habitantes do Baixo Jaguaribe, pretende-se que sobre as menos questionadas a relação construída ideologicamente de similitude instantânea entre agronegócio e desenvolvimento e a concepção que restringe o desenvolvimento ao crescimento econômico de alguns setores da sociedade, reformulando-se, necessariamente, o compromisso com a qualidade de vida das populações.

## **5. RIQUEZA DE POUCOS À CUSTA DE TODOS: EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO SOBRE OS OMBROS DE GIGANTES BENEFÍCIOS ESTATAIS**

“E eu pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um rico?” (Almeida Garrett)

### **5.1. Infra-estrutura, financiamentos e barateamento dos créditos**

Com vistas a atender as demandas do setor patronal rural, o Estado investe em empreendimentos que desoneram a cadeia produtiva do agronegócio, aumentando a margem de lucros auferida pelo setor, e que costumam causar impactos socioambientais às populações vulneráveis encontradas nos seus caminhos. Nesse contexto, inserem-se os esforços depreendidos nos planos políticos de crescimento que envolvem projetos de transposição de rios, construção de perímetros irrigados, de estradas, usinas hidrelétricas e portos, etc.

Além de viabilizar infra-estrutura, o Estado destina para as atividades produtivas integradas ao agronegócio a maior parte dos financiamentos destinados ao meio rural. O estudo “Projeções do Agronegócio Brasil 2008/2009 a 2019/2020”, bem como o “Plano Agrícola e Pecuário para a safra de 2010/2011”, produzidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, apresentam alguns dados e elementos que servem à contabilização do montante de recursos públicos destinados ao setor.

Em 2011, por exemplo, a expectativa é que, dos R\$ 120 bilhões que o governo Lula pretende investir no setor agrícola e pecuário, R\$ 100 bilhões deverão ser entregues aos grandes proprietários. Na safra anterior, o agronegócio teve à sua disposição R\$ 65 bilhões. A ascendência das cifras faz-se acompanhar do aprofundamento do fosso entre essas e as que indicam a quantia de créditos destinados à agricultura familiar. Se, na safra 2008/2009, o volume de recursos públicos destinado ao agronegócio foi, em 500%, superior ao destinado à agricultura familiar, na safra 2010/2011, a diferença será da ordem de 600%.

O “Censo Agropecuário 2006” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -

IBGE revelou, ainda, que os estabelecimentos com 1.000 ou mais hectares captaram 43,6% dos recursos, mesmo representando apenas 0,9% do total de estabelecimentos que obtiveram financiamentos.

O beneficiamento público reflete-se também no tratamento concedido às dívidas milionárias do setor. Apesar de constantemente renegociadas, com o Estado fornecendo sucessivos alongamentos de prazos e diminuição das taxas de juros, as mesmas não estão sendo amortizadas pelos devedores.

Conforme levantamento realizado por Sérgio Sauer (2010), a partir de dados do Orçamento Geral da União, no projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional (Lei nº 12.017/2009), referente às contas públicas de 2010, consta a estimativa de gasto anual da ordem de R\$ 800 milhões com subsídios financeiros e creditícios. Segundo esses dados, a União gastou quase R\$ 1,5 bilhão, em 2007 e 2008, com a securitização das dívidas agrícolas. Em 2009, foram utilizados outros R\$ 842 milhões com essa securitização. A elaboração do Programa Especial de Seguritização Agrícola, permitiu, ainda, a renegociação das dívidas agrícolas dos contratos acima de R\$ 200 mil reais na origem que ficavam fora da securitização, desprendendo dos cofres públicos algo em torno de R\$ 248 milhões por ano desde 2007.

## **5.2. Acesso desigual aos recursos ambientais**

A compreensão estatal da natureza como “fator de competitividade” (MAPA, a, p. 54), em detrimento de suas dimensões sociais, históricas e culturais, engendra um ciclo em que “a natureza é coisificada, desnaturalizada da sua complexidade ecológica, e convertida em matéria prima de um processo econômico; e os recursos naturais tornam-se simples objetos para a exploração do capital” (O’CONNOR, 1993 apud VALENCIO; MARTINS, p. 56).

Atrelado ao processo contínuo de destruição das formas não-capitalistas de apropriação da natureza, os bens naturais são reduzidos à concepção produtivista e disponibilizados, assim, ao usufruto do agronegócio, num exemplo de apropriação dos recursos naturais para fins que geram exclusão e expropriação.

A valoração da natureza em recurso estabelece-se em detrimento dos diversos

significados que grupos sociais distintos a ela atribuem, não compreendendo os direitos de diferença e autonomia por esses grupos reivindicados.

Mais uma vez, o censo do IBGE apresentou que 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros são destinados à agricultura familiar, e que, estes, entretanto, ocupam apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos, demonstrando, assim, a distribuição desigual de terras. Ao não assumir rigorosamente o compromisso de efetivar a reforma agrária como instrumento de justiça social e renegar a importância merecida à agricultura familiar, o Estado transmite a idéia de que o modelo de uso e de disposição que o agronegócio faz da terra, além de não dever ser modificado, merece acentuação e estímulo.

Por sua vez, a apropriação desigual dos recursos hídricos pelo agronegócio, bem como as consequências daí advindas, fazem-se refletidas na realidade vivenciada no Baixo Jaguaribe, onde a reserva subterrânea do aquífero Jandaíra, segunda maior do estado do Ceará, vem servindo à irrigação das grandes empresas de fruticultura instaladas na região.

Dados do “Plano de gestão participativa dos aquíferos da bacia Potiguar”, elaborado pela Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Estado do Ceará - COGERH, apresentam que, no intervalo entre 1990 e 2007, aumentou em 600% a quantidade de poços construídos em Quixeré, município ao qual, entre outros, o aquífero geograficamente pertence. Dos 186 poços em uso nesse município, 165 são utilizados para irrigação, em propriedades privadas de médio e grande porte.

Aos dados concernentes ao aumento da demanda pela água do aquífero Jandaíra, somam-se aqueles referentes ao rebaixamento acentuado dos níveis de água nos períodos secos, quando a irrigação acontece de forma mais intensiva: nestes, em 2007, foram explorados 9.971.937 m<sup>3</sup> de água, e, em 2008, este valor subiu para 14.095.224 m<sup>3</sup> de água extraída do subsolo. A estimativa de balanço hídrico indicou que, no ano de 2008, a água extraída excedeu em 4 milhões de m<sup>3</sup> a capacidade de recarga do aquífero, avaliada em 10 milhões de m<sup>3</sup>.

A velocidade com que as empresas apropriam-se das águas do aquífero, a fim de acelerar a recuperação do capital investido e a geração de lucros, não se compatibiliza com o ritmo mais lento de regeneração próprios aos indicadores qualitativo e quantitativo do meio biótico. A tendência apontada por tais análises indica uma relação estreita entre a expansão do agronegócio na região e a potencialização da vulnerabilidade do aquífero, expondo a carência de políticas públicas destinadas ao controle social do uso da água, fator que acarreta

importantes implicações sobre o direito fundamental de acesso à água e sobre a segurança alimentar das atuais e futuras gerações.

Não se constituindo, essencialmente, em componentes do capital, os bens ambientais – terra, água, solo fértil, entre outros - são, entretanto, considerados elementos primordiais ao processo de acumulação e disponibilizados, pelo Estado, ao se estruturarem as condições gerais da produção capitalista.

Portanto, além da preocupação sobre a economia dos mesmos, diante do ritmo em que são explorados, faz-se importante um questionamento, sob a perspectiva da justiça e da democracia, quanto aos fins pelos quais esses bens são utilizados, se atrelados a interesses particulares de grandes corporações ou se voltados à satisfação dos direitos básicos da maioria.

### **5.3. Legislações favoráveis**

O agronegócio brasileiro também encontra respaldo em legislações permissivas quanto aos impactos socioambientais por ele provocados ou fornecedoras de renúncias e isenções fiscais dos mais variados tipos de tributos.

Os dados disponibilizados pela Receita Federal de que a União Federal teria deixado de recolher R\$ 8,85 bilhões de reais em 2010, apesar de estarrecedor, não retratam fielmente o quadro da realidade nacional. Resultado de isenções, redução de tarifas e alíquotas, ocorridas a partir da edição das Leis nº 10.925 e 11.051, ambas de 2004, as quais suspenderam a incidência da contribuição do PIS/Cofins sobre produtos agropecuários, tal valor não inclui o reflexo de outras isenções, como as relativas à cobrança de ICMS e IPI, aos incentivos à exportação e à prorrogação das dívidas das cooperativas com a Receita Federal (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica), INSS (contribuição social do setor patronal), PIS, etc., renegociadas a partir da Medida Provisória nº 303, de 2006 (SAUER, 2010).

Outro aspecto que deve ser contabilizado como renúncia fiscal é a total ineficiência histórica na cobrança de tributos territoriais, apesar da existência de mais de cinco milhões de imóveis rurais no Brasil. Criado com o intuito de ser um mecanismo para desestimular o uso especulativo e a improdutividade das terras, o Imposto Territorial Rural (ITR) apresenta

arrecadação historicamente irrisória, pois o volume anual não passou de 0,2% da arrecadação federal, em 1996, declinando para 0,11%, em 2004. Essa arrecadação caiu ainda mais a partir da Lei 4.896, de 2005, a qual transferiu toda a responsabilidade de arrecadação do ITR para os municípios (SAUER, 2010).

#### **5.4. Direito de poluir, vulnerabilidade institucional e externalização dos custos sócio-ambientais**

No contexto da distribuição desigual de empreendimentos potencialmente poluentes, a (in)capacidade do Estado em regular e fiscalizar os impactos gerados contribui para o processo de re-localização dos mesmos em países onde impera a flexibilização de legislações ambientais e trabalhistas, acompanhada da inefetividade das normas garantidoras de direitos e da fragilidade institucional quanto ao monitoramento e à responsabilização de danos.

Integrada ao racionalismo mercadológico e mecanicista, a tendência à redução normativista do Direito atende a interesses do mercado, a tal ponto que não se pode deixar de afirmar que a poluição se torna legítima quando sustentada por qualquer legalidade (FARIA, 1988, p. 95).

Sem condições de organizar as empresas, o Estado acaba por elas sendo organizado, e os instrumentos normativos que deveriam atender à defesa dos interesses da população acabam servindo à defesa dos interesses econômicos demandados pelo agronegócio.

Com relação à dinâmica dos agrotóxicos no meio ambiente e as implicações sobre a saúde ambiental e humana, a definição de diretivas e regulamentações governamentais acerca da produção, comercialização e uso deveriam ser construídas a partir de aspectos rigorosos, exigência que nem sempre é considerada.

Em termos de legislação para a água de consumo humano, a Portaria do Ministério da Saúde nº 518 (BRASIL, 2004) estabelece os procedimentos e responsabilidades, relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano, bem como seu padrão de potabilidade.

A maioria dos contaminantes presentes em águas subterrâneas e superficiais relaciona-se às fontes industriais e agrícolas. A referida portaria regulamenta 54 substâncias químicas

que representam riscos à saúde humana, dentre as quais 22 são agrotóxicos.

A primeira deficiência, então, a considerar sobre a legislação brasileira diz respeito a sua amplitude. Não acompanhando o ritmo com que tais substâncias se proliferam no território, contempla um número relativamente pequeno de agrotóxicos em relação à diversidade realmente utilizada no país, permanecendo sem ser objeto de legislação vários princípios ativos que ingressaram no mercado nacional. Alguns princípios ativos de relevância, como as classes dos organofosforados e carbamatos, largamente utilizados e de grande toxicidade, sequer são especificados.

Ao estabelecer um padrão de potabilidade para substâncias químicas que representam risco à saúde, determinando valores em que podem ser detectados 22 tipos de venenos na água e a mesma ainda ser considerada própria para consumo humano, a normativa brasileira ainda é menos restritiva do que a européia, por exemplo.

Abaixo, por meio da Figura 01, apresenta-se uma comparação entre os valores máximos permitidos (VMP) dos agrotóxicos regulamentados pela Portaria MS nº 518/2004 e diferentes normatizações internacionais, em µg/L.

Parâmetro	Portaria MS nº 518	Guias OMS <sup>(1)</sup>	EPA <sup>(1)</sup>	Health Canadá <sup>(1)</sup>
Alaclor	20	20	2	
Aldrin/Dieldrin	0,03	0,03		0,7
Atrazina	2	2	3	5
Bentazona	300			
Clordano (isômeros)	0,2	0,2	2	
2,4 D	30	30	70	100
DDT (isômeros)	2	1		
Endossulfan	20			
Endrin	0,6	0,6	2	
Glifosato	500		700	280
Heptacloro e heptacloro epóxido	0,03		0,4 e 0,2	
Hexaclorobenzeno	1		1	
Lindano (g – BHC)	2	2	0,2	
Metolacloro	10	10		50
Metoxicloro	20	20	40	900
Molinato	6	6		
Pendimetalina	20	20		
Pentaclorofenol	9	9	1	60
Permetrina	20	300 <sup>(2)</sup>		
Propanil	20			
Simazina	2	2	4	10
Trifluralina	20	20		45

Figura 01. Tabela comparativa entre os valores máximos permitidos (VMP) dos agrotóxicos regulamentados pela Portaria MS nº 518/2004 e demais normatizações internacionais.

Fonte: (NETO; SARCINELLI, 2008, p. 73)

Observa-se que as substâncias bentazona, propanil e endossulfan não são consideradas parâmetros regulados nos Estados Unidos e Canadá, tampouco possuem valor-guia assinalado pela OMS em sua terceira edição, mas encontram no Brasil permissão quantificada para serem ingeridos através do consumo da “água potável”.

O endossulfan, aliás, que a portaria brasileira autoriza na quantia de 20 µg/L, foi detectado em diversas amostras de água coletadas no Baixo Jaguaribe, conforme apresentaremos em outro capítulo, e foi recentemente determinado ao banimento pela ANVISA, diante da sua extrema toxicidade.

Além disso, segundo Maria de Lourdes e Paula de Novaes (NETO; SARCINELLI, 2009, p. 75-76),

Algumas substâncias cuja produção/utilização foi suspensa ou restringida também não possuem especificação de VMP em algumas das normativas referenciadas, sob o argumento de não serem mais utilizadas. Dentre essas substâncias, destacam-se o aldrin/dieldrin, DDT, endrin, heptacloro e hexaclorobenzeno, que figuram entre os doze Poluentes Orgânicos Persistentes (POP) elencados pela Convenção de Estocolmo, em 2001, para proibição de produção e uso em função dos danos à saúde, evidenciados pela comunidade científica internacional (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME CHEMICALS, 2001). Entretanto, tais substâncias são, além de tóxicas para os seres vivos, reconhecidamente persistentes no ambiente e apresentam potencial para bioacumulação, o que pressupõe a necessidade de avaliação quanto à pertinência de mantê-las em programas de monitoramento ambiental e, por conseguinte, no estabelecimento do padrão de potabilidade.

Hoje, reconhece-se que a água utilizada para consumo humano pode ser uma fonte de exposição a essas substâncias, pois os processos convencionais de tratamento não são capazes de remover muitos desses resíduos.

Ademais, o Estado permite a presença de agrotóxicos na água sem dispor de condições mínimas para garantir a realização de ações de “vigilância” de populações expostas à contaminação e sem exercitar a precaução com relação aos efeitos vindouros, gerados pela interação desses compostos com o meio ambiente a médio e a longo prazo.

O monitoramento de agrotóxicos em águas destinadas ao consumo humano, por parte dos prestadores de serviços de abastecimento e pelo setor de saúde, ainda é tímido, embora essa atividade esteja definida na Portaria MS nº 518/2004, com frequência mínima semestral.

A Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará - SEMACE, em cumprimento à solicitação da 2ª Promotoria de Justiça de Limoeiro do Norte, realizou

inspeção técnica nos reservatórios de abastecimento do Baixo Jaguaribe, colhendo amostras de água para análise microbiológica e físico-química. Apesar de identificar importantes indícios de contaminação da água, reconheceu a realidade da instituição de não dispor de equipamentos para a detecção da presença de agrotóxicos, conforme laudo técnico apresentado na ocasião:

**Anexo III. Parte do Relatório Técnico e dos Laudos da SEMACE sobre a contaminação da água consumida pelas comunidades circunvizinhas ao Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi.**

Governo do Estado do Ceará  
Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente  
Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE



**RELATÓRIO TÉCNICO Nº.1792/2009 - COPAM/NUAM.**

**INTERESSADO:** 2ª Promotoria de Justiça de Limoeiro do Norte

**ASSUNTO:** Requisição de inspeção técnica em piscinas de abastecimento de água localizada no perímetro irrigado Jaguaribe Apodi.

**LOCAL:** Município de Limoeiro do Norte/CE.

**PROCESSO Nº:** 09415372-8

*Atendendo à solicitação da 2ª Promotoria de Limoeiro do Norte, na pessoa da Exma. Srª. Bianca Leaf Meião da Silva Sampaio (Promotora de Justiça), através do Ofício Nº 71/2009, referente à inspeção técnica nas piscinas de abastecimento de água localizadas no Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi, no município de Limoeiro do Norte/CE, estivemos no local no dia 24 de setembro de 2009, quando fomos acompanhados pelo Sr. José Maria Filho, Presidente da Associação Comunitária São João de São Tomé.*

**CONCLUSÃO**

Existem mais de 600 diferentes pesticidas utilizados na agricultura, no florestamento e na horticultura. Agroquímicos têm sido aplicados no campo mediante pulverizadores, bombas e aviões. Como o produto em spray possui partículas de vários tamanhos, a influência dos ventos não pode ser evitada e o aerossol de pesticidas carregado pelo vento pode atingir diretamente as águas superficiais.

Conforme o Relatório Final do Plano de Gestão Participativa dos Aquíferos da Bacia Potiguar, realizado pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH, foi constatada a presença em água subterrânea no distrito de Tomé, do agrotóxico Diazinona na concentração de 0,01 micrograma por litro em junho de 2008. Porém, no mês de outubro do mesmo ano não foi constatado a presença dessa substância. Vale ressaltar que a Diazinona é classificada segunda a ANVISA, como altamente tóxica e a mesma apresenta menor dose diária admissível por dia.

Quanto aos parâmetros analisados pela SEMACE, os Laudos Nº 698/2009 e 700/2009 apresentaram respectivamente os parâmetros Cor e Cloro Residual em desacordo com a Portaria Nº 518/2004, do Ministério da Saúde. Para qualificação das águas em termos de agrotóxicos, informamos que esta autarquia ainda não realiza este tipo de análise, contudo estamos aguardando a instalação do equipamento (cromatógrafo a gás) para atender essas demandas. No que diz respeito ao parâmetro Substâncias Solúveis em Hexano (Óleos e Graxas), não foi constatado emanação de odores, bem como visualmente, nenhuma substância oleosa no recurso hídrico e no solo. Vale salientar que a Resolução CONAMA Nº 357/05, no capítulo I, Art 2º.XXXVII, define virtualmente ausente o que não é perceptível pela visão, olfato ou paladar.

Alguns pesticidas são difíceis de serem quantificados e também de serem retirados durante o tratamento de água. Muitas vezes, só se consegue retirá-los por meio de tratamentos complexos e caros, como a filtração em membranas.

As responsabilidades e as competências legais em relação as embalagens 'vazias' de agrotóxicos de forma geral estão estabelecidas na Lei Federal 7.802/1989 (a questão da destinação das embalagens foi incluída por alterações de redação através da Lei Federal 9.974/2000). A regulamentação é definida pelo Decreto Federal 4.074/2002. A legislação distribui responsabilidades ao usuário

Figura 02. Laudo da SEMACE sobre a contaminação da água dos reservatórios de abastecimento do Baixo Jaguaribe.

Fonte: Acervo da pesquisa.

Novamente, o exemplo local reflete a vulnerabilidade institucional vivenciada no

restante do país:

Dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2009c) reportam que da totalidade de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) cadastrados no SISAGUA em 2008, 24% apresentam informações sobre o controle da qualidade da água para os parâmetros agrotóxicos e apenas 0,5% apresenta informações sobre a vigilância da qualidade da água para tais substâncias (cuja responsabilidade é do setor saúde). [...] Cabe destacar, ainda, que os dados apresentados referem-se às médias de 16 Unidades da Federação, visto que 11 estados não realizaram tais análises e/ou não alimentaram o referido sistema de informações com dados de 2008. (NETO, 2010, p. 21)

De todo o exposto, infere-se que, para além de atualização de índices, a legislação brasileira de potabilidade precisaria ser repensada em seu escopo, enfrentando-se as realidades de crescimento na produção e consumo de substâncias químicas no país, de incertezas quanto aos danos consequentes do uso e de incapacidade de um controle satisfatório a garantir a saúde ambiental e humana.

O Estado, entretanto, caminha em sentido oposto ao bom-senso. Ao invés de coibir o uso de agrotóxicos, suas ações e omissões incentivam-no, ampliando o contexto de risco.

A expansão do agronegócio brasileiro, segundo a projeção oficial (MAPA, b), dar-se-á mais a partir do crescimento da produtividade do que do crescimento de áreas cultivadas. As projeções indicam que, de 2010 a 2020, a taxa anual média de crescimento da produção de lavouras deverá ser de 2,67%, enquanto a expansão da área ocupada será anualmente de 0,45%.

O aspecto preocupante dessa informação relaciona-se ao fato de que um dos elementos primordialmente utilizados para ampliar a produção com base na manutenção da base territorial é, justamente, a intensificação do emprego de agrotóxicos e fertilizantes. Nesse contexto, destacam-se, entre as isenções tributárias concedidas pelo Estado ao agronegócio, as referentes às operações e comercializações que envolvem agrotóxicos.

Constatou-se que, no estado do Ceará, incidem sobre tais produtos isenção total de ICMS, concedida pelo Decreto Estadual nº 24.569, além das isenções de IPI e de PIS/PASEP e CONFINS, concedidas, respectivamente pelos decretos federais nº 6.006 e nº 5.195.

A análise de tais isenções contribui na compreensão do processo que levou o Brasil à posição de campeão mundial de consumo de agrotóxicos nos anos consecutivos de 2008 e 2009, tendo, neste último, superado a quantia de um milhão de toneladas consumidas, movimentando US\$ 6,62 bilhões, dos quais nenhum destinou-se aos cofres públicos, a fim de ser revestido na prevenção ou tratamento dos impactos que todo esse veneno causou ao

circular pelo território, à saúde humana e ao meio ambiente.

O Estado, ao provocar o barateamento dos custos desses produtos, incentiva e amplifica sua utilização. Se o uso de substâncias químicas capazes de prejudicar a vida é autorizado, precariamente controlado e até mesmo estimulado, os recursos advindos de sua taxaço deveriam servir, ao menos, para os gastos com a atençaço à saúde das pessoas atingidas e com a remediaço dos impactos ambientais<sup>1</sup>.

Vale lembrar a necessária equiparaço que a legislaço deveria fazer entre a taxaço dos agrotóxicos e a do álcool e dos cigarros no Brasil, tendo em vista não apenas o ressarcimento de danos, mas também o caráter de medida restritiva ao uso indiscriminado de produtos considerados perigosos, como os agrotóxicos.

Por fim, a taxaço seria um meio importante de informaço sobre a circulaço destas mercadorias, tendo em vista que, com a isenaço vigente, não é possível acompanhar o consumo de agrotóxicos nos estados e municípios, informaço que os órgãos públicos responsáveis pela saúde, meio ambiente, agricultura, pesquisa, educaço, entre outros, necessitam como base para suas aço es e planos.

Ao custeamento público do setor privado, somam-se ainda as carências estruturais e institucionais do Estado em fiscalizar, provocando a externalizaço dos custos sociais, ambientais e sanitários que, não sendo embutidos no preço do produto, acabam por ser coletivamente absorvidos pela sociedade e pelos sistemas públicos previdenciários e de saúde.

Conclui-se, então, a partir da consideraço do papel do Estado de alicerce para a expansáo do agronegócio no Brasil, que, ao contrário dos jargões neoliberais, a mão do Estado segue bem visível como um esteio do processo de acumulaço de capital, demonstrando que, para além das falhas institucionais, existe uma opção claramente delineada de incentivo para fortalecer esse modelo e perpetuar a vulnerabilidade socioambiental que com ele advém.

---

<sup>1</sup> De acordo com estimativa realizada por pesquisador da Universidade de Cornell (Pimentel, 2005), os custos sociais e ambientais do impacto dos agrotóxicos nos EUA são de US\$10 bilhões ao ano, compondo este valor, entre outros, US\$1,1 bilhão de gastos em saúde e US\$2 bilhões devidos á contaminaço de fontes de água.

## 6. O ESPAÇO EM DISPUTA

“Estudar conflitos é a ocasião de dar visibilidade, no debate sobre a gestão das águas, dos solos, da biodiversidade e das infra-estruturas urbanas, aos distintos atores sociais que resistem aos processos de monopolização dos recursos ambientais nas mãos dos grandes interesses econômicos.” (Henri Acserald)

O presente trabalho desenvolve-se sobre a análise dinâmica de um território em movimento, ancorada na concepção de Santos (2008 apud PESSOA, 2010, p. 31) de que, nas cidades, o lugar, o chão das relações entre as pessoas, o espaço vivo e dinâmico da vida e da cidadania, onde se concretizam as relações de cooperação e de poder, constitui-se em distintos territórios, onde se materializam de forma concreta as condições de vida das populações e a presença ou ausência da ação pública.

Considera-se, assim, que esses territórios não são estáticos, nem se bastam por si sós, são interdependentes em relação a outros territórios, conectados entre si e com a história de cada lugar. Conforme Bourdieu (1998), “são marcados por sua multidimensionalidade, onde cada agente ou grupos de agentes está situado em função de suas posições e trajetórias, e atuam através das diferentes espécies de poder que possuem”.

A desigualdade de detenção dos capitais econômico, político e simbólico (BOURDIEU, 1998) contribui para que o agronegócio imponha-se hegemonicamente sobre o território, mas vale ressaltar que a própria noção de hegemonia afasta a totalidade e reivindica o seu oposto. Dessa forma, o espaço é disputado por ideologias e práticas contra-hegemônicas.

Assim, considerando o território como instrumento de poder, transformado pela vida social e dela transformador (FREITAS, 2010), é que buscaremos adiante apreender como se deu o projeto de modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi.

## 7. O BAIXO JAGUARIBE E O PERÍMETRO IRRIGADO JAGUARIBE-APODI



Figura 03. Mapa do Baixo Jaguaribe.  
Fonte: (SAMPAIO et al, 2008)

A Microrregião do Baixo Jaguaribe é formada pelos municípios de Limoeiro do Norte, Morada Nova, Russas, Jaguaruana, Itaiçaba, Aracati, São João do Jaguaribe e Quixeré. Sampaio et al (2008, p. 11-12) esclarece como se desenvolveu historicamente o processo produtivo da região:

[...] desde o início da ocupação do Ceará, as margens do rio Jaguaribe foram sendo ocupadas por espaços de criação de gado bovino, destinado a abastecer as vilas e as zonas canavieiras. [...]

Com o advento da Revolução Industrial, rompe-se o exclusivismo pastoril no Ceará e, é na bacia do Jaguaribe, que a produção do algodão vai encontrar condições propícias para se desenvolver. Com o fim da Guerra da Secessão, nos Estados Unidos, em 1865, ocorreu a queda no valor e na produção do algodão cearense e entrou em cena outro produto que até então era considerado de valor econômico inexpressivo, a carnaúba, esta planta típica de zonas úmidas, se desenvolveu com facilidade no vale do rio Jaguaribe.

Toda essa região viveu durante muitos anos, da exploração da carnaúba. A cera da carnaúba chegou a ser o segundo produto da pauta de exportação do Estado do Ceará nos anos 50. A região do Baixo Jaguaribe chegou a responder por aproximadamente 70% da produção do Estado e 20% da produção nacional. Sua importância econômica diminuiu com a substituição por produtos químicos derivados do petróleo. [...]

Entretanto, foi a partir da década de 70 que a economia cearense, ainda fortemente vinculada ao setor primário e permanecendo fundada na extração da cera de carnaúba e no cultivo das pequenas lavouras de feijão e milho, passou por mudanças significativas na sua estrutura de produção com a construção dos perímetros

irrigados.

Primeira experiência de política pública de irrigação no Ceará, o primeiro perímetro construído na região foi o de Morada Nova, contribuindo para o destaque que o Estado passou a assumir na produção de feijão e arroz irrigado, dominando de forma quase absoluta as áreas de cultivo da região do Baixo Jaguaribe.

Em meado dos anos 80, foram construídos na região novos perímetros irrigados, o de Jaguaruana e o do Jaguaribe-Apodi, ampliando a produção de milhos e hortaliças. Nessa época, “paralelamente à construção dos perímetros, propriedades particulares localizadas nas várzeas dos rios também passaram a receber incentivos governamentais para ampliar a produção agrícola com uso da irrigação” (SAMPAIO et al, 2008, p. 12).

Sobre as transformações na configuração da agricultura irrigada da região, Freitas (2010, p. 35-36) nos indica quatro fases que se sucederam:

- a) a primeira, a irrigação embrionária – quando foram realizados estudos para a viabilidade de irrigação do Ceará, de fins do século XIX à primeira metade do século XX. Nesse período, foram construídas obras de engenharia, mas a irrigação com política elaborada não se efetivou;
- b) a segunda, a irrigação artesanal, superpondo-se à primeira, ocorreu a partir da primeira metade do século XX, com o uso de catavento de carnaubeira por iniciativa dos pequenos agricultores. Com essa técnica simples, o homem do campo dispunha de água para os cultivos e para outras necessidades, inclusive para o lazer. Essa irrigação fora utilizada, também, de forma comercial, pelos proprietários de terras que a desenvolviam concomitante à atividade da cera de carnaúba.
- c) a terceira, a irrigação moderna familiar, é demarcada pela implantação da política de irrigação no Ceará, na década de 1970, com criação do primeiro perímetro público irrigado, em Morada Nova (região do Baixo Jaguaribe). Nesse entretempo, a irrigação era direcionada a famílias de pequenos agricultores, de forma assistencialista e seletiva;
- d) a quarta e atual, a irrigação moderna empresarial – ocorrente após a década de 1990, superposta às anteriores. Apresenta como característica o redirecionamento da política de irrigação nos preceitos neoliberais da atual reestruturação socioespacial Ceará, que passou a expropriar os pequenos agricultores familiares dos perímetros, ao passo que incentivou a inserção das empresas agrícolas nos projetos públicos de irrigação.

Apenas nos anos 90, portanto, é que os perímetros foram reconfigurados de forma a satisfazer a grande tendência de “produção de frutas a fim de atender ao mercado mundial e às necessidades das agroindústrias produtoras de sucos e doces que se multiplicam em todo o Estado, principalmente na Região Metropolitana de Fortaleza” (SAMPAIO et al, 2008, p. 12).

A década de 90 coincide também com o surgimento da Empresa-Estado, ou Estado Neoliberal, no interior do qual a coisa pública é definitivamente apropriada por quem detém sobre ela um interesse privado.

Neste contexto, o Estado-Nação tende a desaparecer, cedendo lugar aos blocos econômicos, permanecendo como mera municipalidade regional ou local, cuja função limita-se a de legitimar os interesses e as ações das elites econômicas dominantes, perpetuando um modelo político dominador e excludente. O único objetivo deste modelo passa a ser a estabilidade econômica, desencadeando um processo de “desmonte” do conjunto básico de direitos sociais adquiridos ao longo do Séc. XX. Na busca da referida estabilidade, os custos sociais decorrentes dos “ajustes” são extremamente elevados, sobretudo porque normalmente são determinados por uma estrutura de privilégios e favorecimentos que permanecem sempre relativamente intocada. (ALMEIDA, 2001, p. 26)

Embora seja disseminada a idéia de “menos Estado”, o que se tem, porém, é um Estado intervencionista, que serve a atender os interesses do mercado.

A irrigação moderna empresarial, então, nos moldes das exigências neoliberais, caracteriza-se pelo amplo incentivo às empresas privadas, estabelecendo um projeto de agronegócio no âmbito do semi-árido, em detrimento da vida dos agricultores familiares camponeses e de trabalhadores da cidade e do entorno dos perímetros irrigados (FREITAS, 2010).

Iniciou-se, assim, um processo de atração de empresas de grande porte, nacionais e multinacionais, que trazem à região novas técnicas de produção, um novo tipo de trabalho e promovem parcerias com pequenos produtores que passam a utilizar o mesmo pacote tecnológico que elas empregam em suas plantações.

O processo de modernização agrícola assim articulado deve ser compreendido em seu caráter conservador, pois refere-se

a uma forma particular de desenvolvimento da agricultura brasileira, que se limita a incrementar o uso de insumos químicos e instrumentos mecânicos, conservando sem alteração a ‘estrutura anacrônica da propriedade’ e das relações sociais. (GUIMARAES, 1979 apud FREITAS, 2010, p. 22).

Também pode ser definido como excludente,

pois a participação do trabalhador está apenas na venda da sua força de trabalho e no recebimento de um salário, pois os mesmos não dispõem de condições para participar desse processo da mesma forma que as grandes empresas, faltam-lhes terra e dinheiro (COSTA, 2006 apud PESSOA, 2010, p. 203).

E é, ainda, doloroso, pois “apesar de mudar a realidade de algumas pessoas, continua concentrando a riqueza para um pequeno grupo e aprofundando desigualdades já existentes e criando novas desigualdades” (COSTA, 2006 apud PESSOA, 2010, p. 203).

Em relação ao território da Chapada do Apodi, Rigotto et al. (2010) referem que nas

últimas décadas se instalam na região, principalmente dos anos 1990 para cá, algumas médias e grandes empresas agrícolas associadas ao agronegócio da fruticultura, que conduzem uma forte expansão da área agrícola da Chapada. Estas empresas produzem banana, abacaxi, melão e mamão destinados especialmente ao mercado europeu.



Figura 04. Perímetro Jaguaribe-Apodi, empresas e comunidades.  
Fonte: Acervo da Pesquisa.

Apesar de demonstrado o dinâmico ciclo de produção percorrido até a década de 90 na região, o que percebe-se atualmente é que a chegada das empresas veio acompanhada de um discurso que busca a auto-valorização a partir da forjação de uma ideia de vazio na região. Desconstruindo a história, diz-se que não houve vida antes da chegada das empresas:

A Chapada era um negócio seco, sem perspectivas, a água era arrastada por jumento com uma carroça lá de baixo. Antes a chapada era uma sequidão só, tinha bastante mato e era muito triste. (Presidente da Federação dos Agricultores do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi - FAPIJA)

Tal discurso atrela-se à desqualificação de qualquer forma de combate ao agronegócio, ao relacioná-lo a uma suposta existência feliz das comunidades da Chapada a partir de sua chegada no território:

[...] se vocês fizerem um levantamento entre as comunidades, se eles forem avaliar o

passado e agora eles estão no céu. (Presidente da Federação dos Agricultores do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi - FAPIJA)

Um elemento que não aparece nesse discurso é o de que, apesar dos altos investimentos públicos direcionados aos perímetros irrigados, a maior parte de suas áreas encontra-se improdutivo (FREITAS, 2010). Elemento que é desconsiderado, inclusive, pelo próprio Estado ao promover a continuidade desse modelo, através dos projetos de expansão em curso, que envolvem Tabuleiros de Russas e o Baixo Acaraú.

No caso do Tabuleiro de Russas, apenas 40% da primeira etapa está em funcionamento, mesmo assim, o DNOCS dá continuidade à segunda etapa, mediante a desapropriação, causando a destruição de comunidades consideradas modelos de desenvolvimento na região do Baixo Jaguaribe. A exemplo, pode-se mencionar o caso da comunidade Lagoas dos Cavalos, no Município de Russas – Ceará, que luta contra a desapropriação do DNOCS. (FREITAS, 2010, p. 62)

A modernização agrícola da região do Baixo Jaguaribe promove não apenas a reestruturação do processo produtivo, mas acarreta transformações no território, em geral. A reestruturação do espaço, de acordo com Soja (1993, apud FREITAS, 2010, p. 25), “transmite a noção de uma ‘freada’, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política”.

A reestruturação socioespacial se diferencia da reestruturação produtiva propriamente dita, visto que essa última se limita ao conjunto de relações de produção, enquanto a primeira engloba, além desse aspecto, a vida social, ou seja, o papel histórico da sociedade na produção do espaço, o que denota a necessária análise do território no sentido amplo.” (FREITAS, 2010, p. 26)

Desse modo, o Baixo Jaguaribe não será analisado apenas como receptáculo de infraestruturas ou de relações econômicas, mas como “o chão mais a identidade [...] o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. (SANTOS, 2006 apud FREITAS, 2010, p. 26), onde devem ser buscadas e percebidas as transformações que vêm sendo vivenciadas nas suas mais variadas manifestações.

## 8. TRANSFORMAÇÕES

A transformação produtiva desencadeada na Chapada do Apodi, a partir do processo de modernização agrícola, alterou completamente a organização socioespacial daquele território.

É nesse sentido que Castells (1985) enfatiza uma das tendências espaciais, como resultado da reestruturação técnico-econômico, que tende a alterar a estrutura das sociedades e ao mesmo tempo remodelar a sua estrutura espacial: A internacionalização da economia, permitida e estimulada pelas novas tecnologias de comunicação, gera um espaço de geometria variável que se transforma constantemente sob o impulso das estratégias das empresas multinacionais e dos Estados “desenvolvimentistas”. Cidades e regiões específicas perdem cada vez mais o controle do seu próprio destino, e o seu significado histórico e social tende a ser dissociado dos seus resultantes econômicos e do seu papel funcional. (FREITAS, 2010, p.24)

Buscaremos empreender adiante uma análise de como foi processada essa transformação produtiva no território e dos demais fluxos que, a partir dela, foram desencadeados, bem como a permanência de certas estruturas.

### 8.1. “Quando os empresários chegaram encontraram a terra pronta, mas com o pequeno em cima”: Apropriação, Dominação e Expropriação

A fala do trabalhador rural, acima apresentada, fornece alguns indícios de como o processo de modernização agrícola se deu no território. Para melhor compreendê-lo, trabalharemos com os conceitos de apropriação, domínio e expropriação.

A apropriação representa a funcionalidade que é dada ao território quando o mesmo é utilizado para atender as necessidades de um grupo. A apropriação do espaço é vista neste trabalho como o uso do espaço pelos agricultores familiares camponeses e pelas comunidades rurais, os que estavam em cima da Chapada, ocupando-a e com ela se relacionando há gerações, até serem surpreendidos pela vontade de domínio do Estado e das empresas do agronegócio.

O perímetro irrigado materializou o projeto de domínio do espaço, que se inicia pela desapropriação das terras e posterior implantação e operação da infra-estrutura do perímetro.

Essa ação brutaliza a natureza, ao passo que corta o espaço como uma grande faca (LEFEVBVRE, 2006). Essas mudanças causam intenso desmatamento, a instalação de fixos e fluxos (SANTOS, 1980), como canais de irrigação e estradas etc, alterando assim a paisagem que aos poucos vai se artificializando, dando lugar a outra arquitetura espacial. Essa metamorfose ocorre de forma abrupta, causando prejuízo à população, que havia se apropriado daquele espaço, transformando-o em território. (FREITAS, 2010, p. 75)

O Estado, ao dominar o espaço, promove a desapropriação dos camponeses, até então seus habitantes. O fluxo de apropriação, dominação, desapropriação, expropriação e luta pela reapropriação configura um conflito que irá se refletir, ainda, na concentração e invasão da terra por parte das empresas, bem como no destino que será dado aos recursos naturais.

Apesar de prevista a incorporação dos pequenos produtores no projeto de irrigação, sua permanência foi inviabilizada, como relata o pequeno produtor:

[...] formou-se o projeto com toda a infra-estrutura de ponta pra época, com todos os pequenos juntamente com seus lotes direitinho, trabalhando. Aí começou o processo de corrupção dentro da nossa cooperativa e foi até o Banco do Nordeste e juntou com a safadeza do DNOCS e com a política bandida do Tasso Jereissati de tirar o pequeno pra colocar o grande. (Secretário da Associação dos Desapropriados Trabalhadores Rurais Sem Terra Jaguaribe-Apodi)

Nós (pequenos produtores) colhíamos, eles (diretoria da cooperativa) vendiam, não pagavam o banco, e nem davam o nosso troco. Aí nós ficamos todos endividados. A maneira que acharam de nos tirar do projeto foi essa. Nós endividados com a corda no pescoço. Aí chegam os empresários, a Del Monte, o Luis Girão, João Teixeira, Banesa [...] e diziam ‘rapaz vocês está endividado ao banco, eu lhe dou 2.000 mil reais, se retire da sua área’. (Secretário da Associação dos Desapropriados Trabalhadores Rurais Sem Terra Jaguaribe-Apodi)

Conforme complementa Freitas (2010, p. 99):

Os agricultores obtiveram crédito subsidiado pelo Banco do Brasil, conseguindo manter-se no projeto, até meados da década de 1990, quando iniciou um novo processo de expropriação dos pequenos produtores. A expulsão decorreu de problemas internos (com a ingerência da Diretoria da Cooperativa) mas, sobretudo, de questões externas, em virtude da redefinição do Estado, circunscrito na nova ideia de irrigação, após esse período. [...] Em consequência desses fatos, os agricultores, que eram integrantes da cooperativa, endividados, sem poder solicitar crédito junto ao Banco, tiveram que entregar seus lotes para empresas e médios proprietários, mediante a venda da posse da terra por valor irrisório ou do arrendamento.

A autora nos informa ainda que,

somadas as áreas-piloto e primeira etapa, a expropriação é de 81%, visto que, dos 316 irrigantes selecionados, 255 foram expropriados, restando 61 no projeto [...] Atualmente, dos 332 ocupantes oficiais, apenas 18% correspondem aos selecionados no ano de 1992. (FREITAS, 2010, p. 103)

A expropriação tem duas consequências inter-relacionadas, a primeira é “a redução das áreas daqueles agricultores resistentes, pois muitos deles permaneceram plantando em suas áreas de sequeiro e arrendaram a maior parte de sua área irrigada para as empresas, em virtude da falta de incentivos pelo Estado” e a segunda consiste na “ampliação exponencial das áreas de médios/grandes produtores e das empresas (internas ao perímetro), levando à concentração da terra, que se projeta seja por meio da compra da posse da terra ou da invasão” (FREITAS, 2010, p. 103).

A dominação, então, passa a ser articulada por outro sujeito: as empresas, que, entre as várias estratégias utilizadas para esse fim, valem-se, inclusive, da invasão de terras públicas, sob o respaldo da omissão estatal.

Denunciando essa prática à justiça federal, os pequenos produtores provocaram que fosse exigido do DNOCS o levantamento da situação fundiária da Chapada, resultando num documento com as seguintes conclusões:

- 1 pelo levantamento agroeconômico social, todos os irrigantes, ocupantes oficiais do perímetro, o são por contrato de concessão de uso;
- 2 existem muitas áreas do DNOCS que foram invadidas, algumas até arrendadas pelo invasor a terceiras pessoas, como é o caso do lote 121 do TOMO IV, área do DNOCS invadida por (consta o nome de um grande proprietário da região) e arrendada por este a (empresário do ramo da banana);
- 3 existem irrigantes oficiais arrendatários de outros irrigantes, como é o caso de (empresário do ramo da banana; proprietário de uma empresa de agrotóxicos; e médios produtores);
- 4 existem irrigantes que arrendam sua área para pasto ao (grande produtor e empresário integrante do poder político local);
- 5 existem irrigantes que também são invasores, como é o caso de (empresário do ramo da banana; grande produtor e empresário integrante do poder político local);
- 6 há pessoas que arrendam terras de irrigantes e são invasores de terras do DNOCS; é o caso de (agricultor);
- 7 há empresas que invadiram terras do DNOCS, como é o caso da (multinacional do ramo do melão – TOMOS VII e XII); da (multinacional do ramos do abacaxi, melão e banana – TOMOS IV, XIV, XV, XX, XXI, XXVI e XXIX); e, da (empresa de extração de cal – TOMO XIV); e
- 8 existem áreas do DNOCS invadidas por (duas prefeituras da região – TOMO XXV). (DNOCS, 2009)

Conforme expressa a Figura 05, ao demonstrar quantitativamente o impacto das invasões no território por meio de seus atores, é

possível perceber que a maior parte da área invadida é ocupada por empresas multinacionais e nacionais. Considerando áreas invadidas superiores a 100 ha., apenas quatro empresas (duas nacionais do ramo da banana e outros) e duas multinacionais (abacaxi, melão e banana) somam 57%, o equivalente a 2.038,76ha. (FREITAS, 2010, p. 108-109):

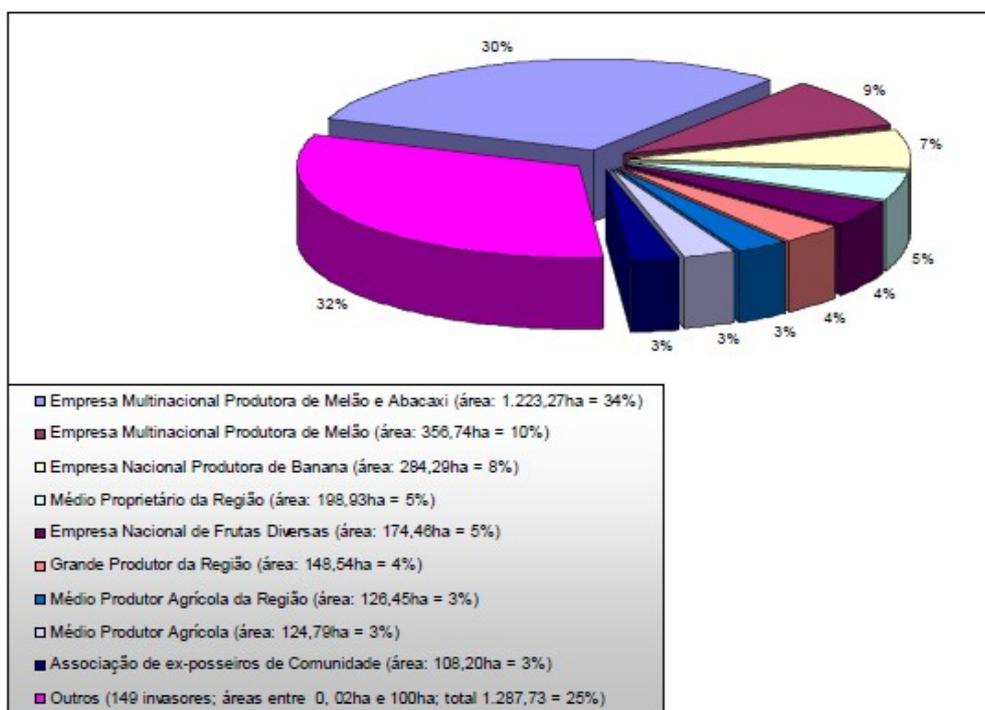


Figura 05. Distribuição da área invadida e ocupada do Projeto Jaguaribe-Apodi (2009)  
Fonte: (FREITAS, 2010, p. 109)

Em audiência realizada no dia 16 de dezembro de 2009, a Justiça estabeleceu um prazo de três meses, contado a partir dessa data, para que o DNOCS contemple os seguintes pontos: a) destinação de área aos pequenos irrigantes, que embargada no Processo 2006.81.01.00152-7; b) interpor ações de desapropriação da área ainda não expropriada e objeto de novo decreto expropriatório; c) medidas de retomada e regularização da área pública em poder de terceiros que não detenham título formal de posse. (FREITAS, 2010, p. 111)

Entretanto, não só não foram cumpridas as determinações judiciais, conforme os relatos de atores locais, como o DNOCS, sob o argumento da regularização fundiária, vem amedrontando os poucos pequenos produtores que ainda produzem na Chapada, por encontrarem-se irregulares devido a problemas de documentação, ameaçando expulsá-los novamente, enquanto mantém as empresas, reais invasoras, em posição de conforto.

A resistência dos pequenos produtores, consubstanciada na luta pelo retorno à terra, agrega outros sentidos que extrapolam a reprodução material, a fim de agregar os valores de identidade e coletividade permeados no vínculo à terra. Assim, é preciso identificar no que a perda da terra e o diverso uso e destino a que as empresas do agronegócio a ela atribuem, interferem no modo de ver e viver o território.

## 8.2. A terra entre a (agri)CULTURA e o (agro)NEGÓCIO

“- A questão é - disse Alice - se podes fazer com que uma palavra queira dizer tantas coisas diferentes.  
- A questão é - disse Humpty Dumpty - quem será o senhor, somente isto.” (Lewis Carrol)

O conflito pela terra ultrapassa o âmbito material de disputa pelo poder de uso e ocupação do território e alcança a disputa pelo direito de poder definir-lhe o significado. A produção de significados distintos à terra reflete duas racionalidades em confronto: de um lado, os pequenos produtores rurais e as comunidades da Chapada que resguardam a terra como garantidora da segurança alimentar, associada à memória coletiva do tempo próximo em que o vínculo à terra associava-se ao trabalho e à construção da identidade individual, familiar e coletiva; de outro, “o Estado e empreendedores públicos e privados que, a partir de uma ótica de mercado, entendem o território como propriedade, e, como tal, uma mercadoria passível de valoração monetária” (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005, p. 50).

A valorização da terra como capital se dá em detrimento dos outros significados que grupos sociais distintos a ela atribuem. A terra, para as comunidades rurais, além de representar a base material de existência, também encerra as referências culturais e simbólicas construídas pelo grupo, as redes de parentesco estabelecidas no espaço, a memória coletiva assentada no lugar etc.

Trata-se da luta pelo direito ao espaço ambiental tradicionalmente ocupado, uma luta pela apropriação material e simbólica da natureza, pela definição e reconhecimento dos significados atribuídos ao território (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005) em contraposição à multiplicação dos “não-lugares” (AUGÉ, 2003) produzidos pelo agronegócio, espaços que não criam “nem identidade singular nem relação, mas sim solidão e similitude”. (AUGÉ, 2003, p.95).

Segundo Bourdieu (1998), o campo é um espaço de conflitos e de concorrência, no qual luta-se pelo estabelecimento do monopólio do capital pertinente ao campo. A desigualdade de poder entre os atores do campo reflete-se tanto na hegemonia da concepção do mais forte, como na estratégia por ele utilizada para invisibilizar, ou mesmo aniquilar, a concepção que se lhe opõe. Assim, a assimetria dos participantes do campo fortalece uma

estrutura que claramente forja a construção de um consenso que legitime o projeto de desenvolvimento para o campo articulado.

Tais assimetrias na apropriação social da natureza são geradoras de uma má distribuição ecológica e, portanto, originam conflitos ambientais, na medida em que a utilização de um espaço ambiental ocorre em detrimento do uso que outros segmentos sociais possam fazer de seu território. (MARTINEZ-ALIER, 1999 apud ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005, p. 50)

No caso do Perímetro Jaguaribe-Apodi, a intenção de “civilização mercadológica” dos pequenos produtores para incorporarem os valores defendidos pelo agronegócio pode ser percebida pela leitura dos objetivos elencados no próprio projeto:

b) modernizar a economia; capitalizá-la, tecnicizá-la; dar-lhe estrutura de mercado (os parceiros, os “moradores”, os agregados se transformam em pequenos proprietários territoriais, e se desenvolvem relações capitalistas nas áreas de influência do projeto, inclusive o pagamento de salários aos trabalhos eventuais; sair da economia de caatinga, do bode, de plantios precários de milho, algodão ou mandioca, do círculo fechado do autoconsumo, e entrar na agricultura de produtos nobres e de circuito de mercado);

(...)

e) ruptura nos padrões culturais tradicionais (a tudo isso corresponde, obviamente, uma ascensão nos padrões culturais dos irrigantes, como “força produtiva” – novas tecnologias, nova organização produtiva, novas relações de trabalho etc. e, como participantes da sociedade, novos papéis de “participação”). (FREITAS, 2010, p. 98)

A estratégia de unificação, entretanto, não consegue se homogeneizar no território. As diferentes concepções coexistem, em níveis variáveis de dominação, mas não suplantam-se uma na outra. Pelo contrário, a percepção do conflito conduz à emergência da alteridade, pois, “ao mesmo tempo em que o grupo se apresenta e se constitui como agente coletivo no cenário da disputa política, inicia-se um processo de reconstrução e ressignificação do território apresentado como “lugar” (AUGÉ, 2003).

Dessa forma, o conflito reafirma a construção da memória coletiva. Recriada, reinventa e revaloriza o passado, o presente e o futuro, reafirmando, em cada um desses tempos, os significados reivindicados para o território.

Desencadeia-se, assim, uma nova dinâmica social e cultural, em que as comunidades locais, colocadas sob a possibilidade de usurpação de suas terras pela implantação de projetos econômicos industriais (rodovias, monoculturas, hidrelétricas) fazem emergir discursos de valorização de seu território, de composição de sua identidade, de resgate e recriação de sua memória coletiva. (HALBWACHS, 1990 apud ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005, p. 55)

Esse desenvolvimento nos auxilia a desvelar a aparente contradição que cerca as compreensões locais sobre a agricultura familiar. Ainda que associada historicamente à

ausência de incentivos estatais, a métodos de produção arcaicos e ao trabalho árduo, é engrandecida na fala dos pequenos produtores, quando apresentada em contraposição aos novos tempos do agronegócio:

A agricultura aqui tá tudo acabada por causa desse projeto Jaguaribe-Apodi. Na verdade uma parte melhorou e outra fez foi piorar [...] Naquela época era trabalho demais, mas era nosso. (Trabalhador rural 1)

Eu achava muito melhor na minha propriedade. No tempo que eu morava na minha propriedade, eu possuía... cheguei a possuir 25 rés, vaca boa... tive de encher 9 botijão de feijão, cheio de feijão, quarto cheio de algodão, um horror de milho, tinha um crédito, graças a Deus toda vida tive crédito no Banco do Brasil, e hoje em dia vivo ali e não tenho nada. (Trabalhador rural 1)

A perda de vínculo com a terra e com o controle sobre processo produtivo implica também na perda da segurança alimentar dos camponeses. Reconhecendo os riscos envolvidos na utilização das novas técnicas do agronegócio, como a utilização intensiva de agrotóxicos, os entrevistados fazem referência ao tempo em que o alimento era sinônimo de saúde e sabor e serviam à alimentação, em contraste com as frutas do agronegócio que, envenenadas, partem para a Europa:

Quando eu entrei na Del Monte eu comia abacaxi, mas hoje em dia não tem quem faça eu comer abacaxi, porque eu sei todo santo dia o que é aplicado ali em cima. Eu não como abacaxi de lá porque eu sei que é todo santo dia: se eu passo aplicando um produto hoje, amanhã já passo aplicando outro. (Trabalhador rural 2)

[...] aí hoje em dia não tem gosto de nada (o milho) porque botam um preparo pra endurecer o caroço, pra vender ligeiro, né? Aí fica aquele caroço inchado. É tanto que, quando a gente não vende todo o milho verde, fica aquele milho pra secar e é bem murchinho, encolhido quando seca, sabe? (...) fica uma coisa, milho chocho, aquela coisa bem encolhidinha, não tem gosto de nada. (...) De primeiro, você botava uma espiga no fogo pra assar e de longe você sentia o cheiro, né? Agora não tem cheiro, não tem gosto de nada. (Trabalhador rural 3)

Os efeitos das práticas de cultivo no espaço do agronegócio, por sua vez, extrapolam suas cercas, e interferem sobre as outras plantações, ainda que estas não compartilhem com as práticas daquele. Dessa forma, vai se configurando na região uma situação em que o direito de propriedade do agronegócio ameaça o direito de autonomia de outros sujeitos.

Os produtores de orgânicos, por exemplo, bem como as comunidades em transição agroecológica, com cultivos na região, por mais que não utilizem venenos na sua agricultura, irrigam suas plantações com a água do aquífero Jandaíra, que, conforme adiante será demonstrado, já apresenta níveis de contaminação por agrotóxicos em decorrência do agronegócio.

Ademais, as pragas atraídas às plantações do agronegócio não reconhecem os limites impostos pela cerca e transportam-se também aos outros terrenos da região, numa lógica perversa que acaba por criar um contexto que incentiva o uso dos venenos:

[...] Não tem condições. Plantamos para consumo próprio. Depois desse projeto aí (de irrigação), da área de sequeiro aqui por perto, a praga, devido ao expurgo de lá, a praga corre pra área que é plantada aqui. (Trabalhador rural 4)

Não dá mais nada não. A gente de primeiro plantava feijão, não usava veneno, não usava nada e colhia um feijão bom. Hoje você expurga não sei quantas vezes e colhe um feijão desses todo pintado. (Trabalhador rural 1)

A desestruturação da agricultura familiar, além de ligada ao processo de expropriação dos camponeses, destina-se também a alimentar de braços o exército de reserva que se forma nos portões das empresas do agronegócio:

Você tinha vazantes, tinha agricultura em quintais, todas produziam alguma coisa, tinha a cultura da produção de subsistência, as pessoas tinham essa cultura. Hoje, em Limoeiro, não tem mais. Eu acho que botaram na cabeça do povo que (...) essas plantações que estão na Chapada não precisaria mais do povo plantar. (...) As pessoas pararam de trabalhar pra si pra trabalhar pros outros, pras empresas. (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte - CONLUTAS)

É por que não tem condições de trabalhar por conta própria. Pra trabalhar na agricultura hoje em dia tem que ter condições pra manter. Aí eles (os pequenos agricultores) acham melhor é vender a terra pra empresa, pra Del Mont e vão trabalhar como empregados. Essas terras aqui tudo já foi vendido. 90% das terras foram vendidas. (Trabalhador rural 5)

[...] termina que as pessoas ficam dependentes dessa atividade econômica (do agronegócio). Elas eram acostumadas a um trabalho que não era formal, a uma dinâmica de trabalho que não era o ano todo [...] e termina perdendo esse vínculo com a terra, da agricultura familiar mesmo, indo pra uma coisa empresarial e então elas tendem a ficar desempregadas e não ter mais como se manter. (Integrante da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte)

As transformações vivenciadas no presente sustentam uma perspectiva de futuro de inviabilização da agricultura familiar, a partir da percepção de que os anseios da juventude para ela não mais se orientam:

[...] porque eles (jovens) não apostam mais nessa outra possibilidade (da agricultura familiar), que foi uma cultura retirada, uma lavagem cerebral muito forte, que nossos antepassados não tiveram. Mas essa juventude, essa galera que está vindo, não está disposta a reconstituir [...] é um pessoal que não está mais disposto a fazer o que nossos pais faziam, nossos avós [...] a idéia deles é vender, não produzir mais, eles não querem. Não tem mais como, é uma concorrência muito desleal, você vai no Banco do Nordeste [...] uma burocracia, só vai se der comissão pro sindicatos e der comissão pra não sei quem desviar, pro recurso ser mais rápido. Tudo não é mais como era antes, aí eu acho que o pessoal, as novas gerações, não estão dispostas. É

uma batalha ganhar esse povo e reconquistar essa cultura que foi perdida com nossos pais, nossos avós. É um massacre mesmo, é o poder ideológico, é opressão mesmo. (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte - CONLUTAS)

[...] eles (jovens) não querem ser trabalhadores do agronegócio, mas também não querem o modelo de vida que os pais deles tinham, então eles estão num processo de transição. (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte - CONLUTAS)

O campesinato passa a ser refém do agronegócio, seja pela subordinação na relação de parceria ou de assalariamento precário (FREITAS, 2010). Paralelo a essa desestruturação social, intensifica-se o movimento de migração de trabalhadores que direcionam-se à Chapada em busca de emprego.

Referindo-se à migração de trabalhadores para atender às demandas de uma empresa que trabalha com a cultura sazonal do melão, um entrevistado anuncia com que impacto é recebido o fluxo migratório na região: “De agosto em diante, no período da planta, aqui fica uma bagunça” (Trabalhador rural 4).

Como o contexto da modernização agrícola tem abrangência regional, a reconfiguração territorial dá-se tanto nas áreas rurais como nos centros urbanos do Baixo Jaguaribe, onde pode se perceber uma crescente urbanização, acompanhada do crescimento populacional e da ampliação da infra-estrutura de transporte, hotéis, centros de pesquisa e instituições de ensino:

Nada é construído pro povo, nada. É uma cidade direcionada, todas as políticas, tudo é voltado pro agronegócio. Se abre uma universidade federal, é voltada pra área do agronegócio. Se construiu um CEFET voltado pro agronegócio, constrói os hotéis voltados pro agronegócio, tudo, tudo. Ninguém visualiza mais a cidade pra Limoeiro, pro povo, só visualiza pro agronegócio. (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte - CONLUTAS)

A gente vai ter uma cidade de cultura toda do interior totalmente modificada. (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte - CONLUTAS)

A essas transformações, outras fazem-se acompanhar, relacionadas ao aumento da violência, da prostituição, do consumo e tráfico de drogas, percebidos tanto nas áreas urbanas como nas rurais, onde costumeiramente essas problemáticas eram menos presentes:

Era um bairro que a gente sentava na calçada, conversava e tal, hoje a gente não faz mais isso, é um bairro perigoso. [...] Então no nosso ponto de vista não é nem o fato da doença, em si, de câncer de pele que está dando lá, a questão mesmo é a desestruturação da dinâmica familiar (...) e, além desses outros fatores, um que é crescente aqui é a marginalização. (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte - CONLUTAS)

[...] por exemplo, a periferia da cidade aumentou, a zona rural de Limoeiro ficou muito parecida com a zona urbana, [...] a questão do alcoolismo, mesmo das drogas, da prostituição. São problema que às vezes são chamados 'urbanos', mas que já estão na zona rural. (Integrante da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte)

Até mesmo o lazer sofre profundas transformações com a implantação do projeto de irrigação. Em terras nordestinas, em que qualquer amontoado de água, seja açude, rio ou cacimba, é brinquedo de criança, o canal do perímetro tem trazido várias mortes:

Os quilômetros de canais que transportam água desde a Barragem das Pedrinhas, em Limoeiro, até as áreas de produção agrícola dividem o espaço com as estradas que cortam o perímetro irrigado. Com raríssimas exceções, não existem barreiras de proteção nos canais. Um motorista desavisado, por exemplo, que avance a beira da estrada e caia na vala até pode sair sem grandes transtornos, o mesmo não se pode dizer do veículo, visto que o formato de trapézio invertido, com margens bastante declivadas, dificulta a saída do lugar, exatamente o obstáculo enfrentado pelos garotos que morreram por afogamento.<sup>2</sup>

Comentando o ocorrido, o presidente da Federação das Associações do Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi - FAPIJA, responsável pela estrutura de canais, apresenta alguns aspectos formadores da significação da “água” para o agronegócio, tais como a monopolização do bem pelo capital, ao esclarecer que “não há muito o que fazer, pois cansamos de alertar que ali é proibido tomar banho, é só água para usar nas plantações” e a privatização, ao acrescentar que “não tem condições de a gente cercar mais de 40 quilômetros de canal, isso não existe em nenhum perímetro irrigado do Brasil. Realmente ficamos muito tristes com o caso da morte dos garotos, mas é preciso evitar o local”.

Relacionando-se a todas as transformações acima elencadas, há ainda que se considerar de forma mais enfática aquelas ligadas à saúde humana e ambiental. O agronegócio, ao se estruturar sobre o pilar da utilização intensiva de fertilizantes e agrotóxicos, a fim de acelerar e melhor controlar o processo produtivo, inaugura uma lógica nova no que diz respeito ao meio ambiente e ao meio ambiente do trabalho.

“Normalmente, as contaminações dos ambientes de trabalho são indesejáveis e devem ser controladas, mas como proceder quando a contaminação é a finalidade da atividade?” Ao ressaltar que, na utilização de agrotóxicos em plantações, a contaminação não é acidente decorrente de alguma falha no percurso do trabalho, mas seu próprio intuito essencial, Garcia (2001 apud PIGNATI; MACHADO; CABRAL, 2006, p. 111) nos incita a perceber como ela

<sup>2</sup> Fonte: Artigo jornalístico intitulado “Crianças morrem em tanques do Perímetro Jaguaribe-Apodi”. Disponível em <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=528454>>. Acesso em 15 set 2010.

se projeta no território, como é percebida e questionada pela população e como poderia ser evitada.

## 9. A CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL

### 9.1. Agronegócio e Agrotóxicos: mercados irmãos

Nas últimas cinco décadas, a agropecuária brasileira vem passando por profundas metamorfoses, dando origem a uma atividade intensiva em capital, tecnologia e informação, com conseqüente aumento da produtividade do setor e acumulação de capital (ELIAS; SAMPAIO, 2002, p. 12). Um dos vetores que potencializam essas transformações constitui-se na mudança da base técnica, com intensificação da utilização de fertilizantes e agrotóxicos.

Santos e Silveira (2001 apud FREITAS, 2010, p. 121) denominam esse processo de modernização agrícola de “novo uso agrícola do território no período meio técnico-científico-informacional [...], onde inovações técnicas e organizacionais na agricultura concorrem para criar um novo uso do tempo e da terra”.

Essa lógica produtiva, satisfatória aos interesses de mercado das empresas do agronegócio e incentivada pelo Estado, contribui na compreensão do Brasil, em 2008 e 2009, ter ocupado, consecutivamente, a posição de campeão mundial de consumo de agrotóxicos. Tal dado está intrinsecamente relacionado à expansão do agronegócio como modelo de desenvolvimento para o campo nacional e aos danos por eles causados sobre a saúde humana e ambiental.

A Organização Mundial da Saúde estima que ocorram no mundo cerca de três milhões de intoxicações agudas por agrotóxicos, com 220 mil mortes por ano. Dessas, cerca de 70% ocorrem em países do chamado Terceiro Mundo, incidindo sobre trabalhadores que têm contato direto ou indireto com esses produtos e sobre a população em geral, através da contaminação de alimentos.

Essa porcentagem dialoga novamente com o conceito de (in)justiça ambiental, já apresentado quando analisada, nos capítulos iniciais, a portaria nº 518 do Ministério da Saúde de potabilidade da água, bem como as demais legislações nacionais permissivas e incentivadoras da utilização de agrotóxicos em território nacional.

Situado o país na tendência atribuída à América Latina e à Ásia, de forma geral, a serem mercados crescentes para os agrotóxicos pela indústria transnacional, conforme ilustra

a Figura 06, é pouco provável que outra seja a tendência dessa porcentagem, que não a de crescimento.

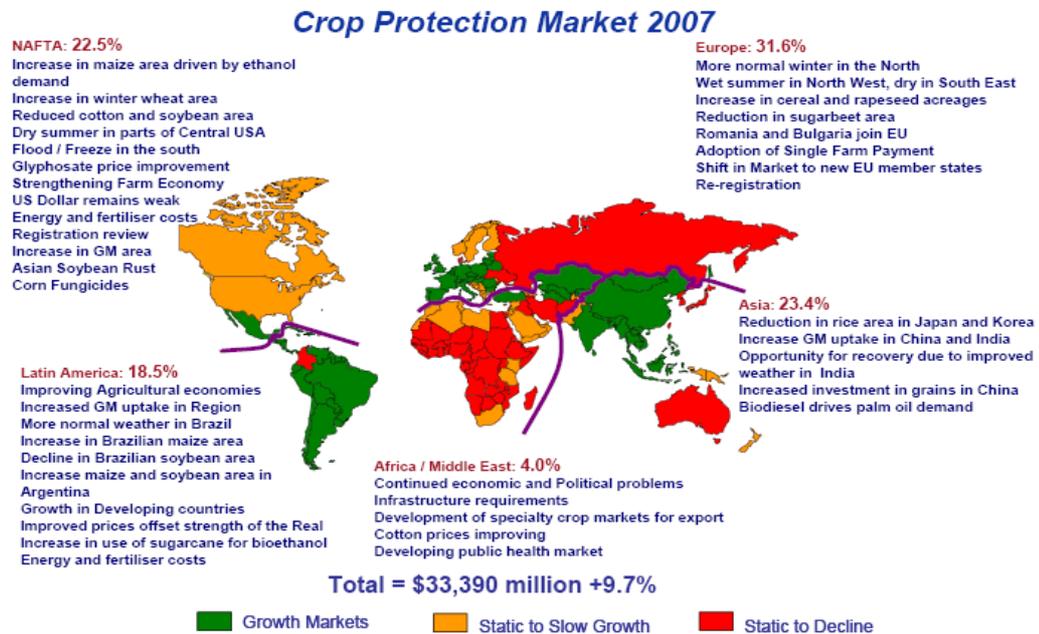


Figura 06. Estimativa de mercados de consumo de agrotóxicos.  
 Fonte: Acervo da pesquisa.

Nesse sentido, Funtowicz e De Marchi (2000, apud NETO, 2010) afirmam que o aumento científico, em termos de inovações tecnológicas, não traz como resultado, necessariamente, uma sociedade mais sustentável.

Estabelecer as relações entre a saúde humana e a saúde ambiental não é tarefa recente. Já o tratado “Ares, águas e lugares”, cuja autoria é atribuída a Hipócrates e datada na segunda metade do século V, é permeado pela assertiva de que o efetivo conhecimento sobre as doenças está condicionado ao (re)conhecimento da influência de outros três aspectos da vida do homem: seu estilo de vida/costumes (*nómoi*), sua natureza física (*phýseis*) e seu entorno (CAIRUS; RIBEIRO JR., 2005 apud NETO, 2010). Tampouco fácil, diante de todos os limites da própria ciência em satisfatoriamente estabelecê-las. Mas, inquestionavelmente, urgente.

A exposição humana aos agrotóxicos na Chapada do Apodi ocorre segundo diferentes rotas. Em algumas circunstâncias, os indivíduos são expostos por mais de uma via ao mesmo tempo, configurando-se casos de exposição múltipla, quando o trabalhador rural, por exemplo, é exposto tanto durante a aplicação do agrotóxico, em dada cultura, quanto pelo

consumo de alimentos ou água contaminados. Da mesma forma, populações que moram próximas a áreas cultivadas com agrotóxicos podem consumir água ou alimentos contaminados, bem como inalar a substância que eventualmente esteja no ar. Além disso, um mesmo indivíduo pode ser exposto a mais de um tipo de agrotóxico, ainda que segundo uma única rota, configurando-se, também, uma situação preocupante de exposição.

Adiante, apresenta-se uma análise mais detalhada da experiência da pulverização aérea na Chapada do Apodi, seu contexto, propósitos e justificativas, sua técnica e consequências, bem como as resistências que a ela se impõe na região, por acreditar que esse enfoque melhor contribuirá para que a problemática da contaminação ambiental venha a ser desenvolvida de forma mais aprofundada.

## 9.2. “Por três vezes a pulverização achou de me encontrar, ao menos ao longo desse ano não pegarei mais *sigatoka*”: convivência e resistência à pulverização aérea na Chapada do Apodi



Figura 07. Pulverização aérea sobre cultivo de banana.  
Fonte: Acervo da pesquisa.

A ironia da fala do trabalhador rural denuncia a prática da pulverização aérea na região da Chapada do Apodi, estreitamente relacionada com a cultura da banana, atividades que vêm crescendo conjunta e evolutivamente ao longo das últimas décadas.

Inserida na lógica da competitividade comercial, em que se busca o aumento da produtividade a partir da menor relação custo-benefício possível, a pulverização aérea é vista (e apresentada) pelos empresários como o método mais vantajoso de combate à *Sigatoka-amarela*, doença endêmica causada pelo fungo *Mycosphaerella musicola* Leach, que, ao infectar as folhas, provoca a morte prematura das mesmas, ocasionando diminuição do fruto e perdas de até 50% na produção.

### **9.2.1. A *Sigatoka-amarela*: um problema que é ideologicamente apresentado sem nenhuma causa, mas com uma solução**

De acordo com a literatura agrônômica, a implantação de extensas áreas de monocultura é um dos principais fatores facilitadores para o surgimento de pragas, somada ao desmatamento e conseqüente comprometimento da biodiversidade. As altas taxas de produtividade por hectare, baseadas em regimes intensivos de adubação e irrigação, também contribuem para o esgotamento do solo e fragilidade das plantas, aumentando sua vulnerabilidade às pragas. No caminho que conduz às origens da *Sigatoka-amarela*, haveríamos ainda de considerar as variedades de bananas cultivadas, em suas distintas suscetibilidades ao fungo.

Tal caminho, entretanto, não costuma ser trilhado. Apesar de detectáveis, os fatores que contribuem para sua incidência, acima perscrutados, não costumam ser expostos. Porque questioná-los equivaleria a pôr em cheque os próprios elementos sobre os quais se estrutura o modelo de produção do agronegócio, são ideologicamente excluídos do discurso, e a *Sigatoka-amarela*, então, é comunicada à sociedade como uma doença sem causa.

Sem causa, mas não sem remédio. Os esforços discursivos concentram-se em justificar a aplicação frequente e sistemática de agrotóxicos como único tratamento possível e, mais especificamente, em apresentar a pulverização aérea como a forma mais vantajosa de aplicação:

O que eu vou mostrar para vocês é um controle de uma doença chamada Sigatoka-amarela, que acomete a cultura da banana, e para o controle dela o ideal é que seja feita com a pulverização aérea (...) Claro que existem meios paliativos para se controlar a doença, uma delas seria a cirurgia, na qual você pode retirar pedaços da folha, mas, como eu falei anteriormente, são medidas paliativas que não vão resolver

o problema, porque na verdade o fungo, ele desenvolve sobre a folha, e se nós pulverizarmos por baixo da folha a pulverização não seria tão eficaz como se faz com a pulverização aérea. (Gerente da empresa Frutacor)<sup>3</sup>

Sob os argumentos de *ser mais barata, ter maior qualidade, reduzir o tempo de aplicação, ter melhor uniformidade, não agredir a cultura, ser mais segura, aproveitar melhor as condições climáticas, ser garantida, não transportar vetores e não agredir o meio ambiente* (FRUTACOR, 2009) forja-se a construção de um consenso acerca da pulverização aérea ser o método mais rápido e eficaz de combate ao fungo.

Assim, à constatação dos sintomas, apresenta-se o remédio que os combatem, sem que sejam atacadas as causas reais da doença.

### 9.2.2. O “remédio”: receitas de uma calda tóxica

No que diz respeito à área pulverizada, atualmente são cultivados 2.600 hectares de banana na Chapada do Apodi (FRUTACOR, 2009), somando-se a área cultivada por grandes empresas com a dos pequenos produtores associados às mesmas.

Tal cultura encontra-se em expansão na região, tanto pela ampliação das áreas de cultivo das empresas que já se dedicam a essa produção, quanto pela perspectiva anunciada na imprensa de empresas que trabalhavam com outros frutos, como abacaxi e melão, voltarem-se à produção da banana<sup>4</sup>.

As caldas utilizadas para as pulverizações aéreas são constituídas de fungicida (0,5 litros/hectare), água (20 litros/hectare) e óleo vegetal (5 litros/hectare). Quanto aos agroquímicos utilizados para a pulverização aérea, apresentam-se no quadro abaixo, em que são dispostos de acordo com suas classes toxicológicas e ambiental (FRUTACOR, 2009):

<b>Produto</b>	<b>Princípio Ativo</b>	<b>Classe Toxicológica</b>	<b>Classe Ambiental</b>
Score ®	Difenoconazol	I – Extremamente	II – Muito Perigoso e

<sup>3</sup> Fala extraída da “Ata da audiência pública da comissão de seguridade social e saúde para debater o programa estadual de agrotóxicos e a legislação brasileira pertinente à política de agrotóxicos, realizada no instituto federal de educação, no dia 27 de outubro de 2009.”

<sup>4</sup> Fonte: “Cid Gomes visita instalações da Del Monte, em Limoeiro do Norte”. Disponível em <<http://www.ceara.gov.br/index.php/component/content/article/913/913>>. Acessado em 16 set 2010.

		Tóxico	Altamente Persistente no Meio Ambiente
Opera ®	Piraclostrobina + Epoxiconazol	II – Muito Tóxico	II – Muito Perigoso e Altamente Persistente no Meio Ambiente
Nativo ®	Trifloxistrobina + Tebuconazol	III – Medianamente Tóxico	II – Muito Perigoso e Altamente Persistente no Meio Ambiente
Tilt ®	Propiconazol	III – Medianamente Tóxico	II – Muito Perigoso e Altamente Persistente no Meio Ambiente
Juno ®	Propiconazol	III – Medianamente Tóxico	II – Muito Perigoso e Altamente Persistente no Meio Ambiente
Folicur ®	Tebuconazol	III – Medianamente Tóxico	II – Muito Perigoso e Altamente Persistente no Meio Ambiente

Figura 08: Tabela de agrotóxicos utilizados na pulverização aérea.

Fonte: “Metodologia de controle da Sigatoka amarela na cultura da banana na Chapada do Apodi em Limoeiro do Norte – CE”, documento de autoria da empresa Frutacor.

Considerando-se o total de 2.600 hectares de cultivo de banana, tem-se o lançamento de 66.300 litros de calda tóxica a cada pulverização. Segundo informação colhida em campo, são realizadas no mínimo seis pulverizações durante a quadra invernos, contabilizando-se um total de 397.800 litros lançados na Chapada por ano. Com base nessas cifras, chegamos à estimativa de que, ao longo dos últimos 10 anos, houve o lançamento sobre a região de aproximadamente 4 milhões de litros de calda extremamente tóxica ou muito tóxica, altamente persistente no meio ambiente e muito perigosa.

### 9.2.3. Quando o discurso do “uso seguro” não condiz com a realidade

A pulverização aérea é apresentada pelos empresários como um procedimento seguro, realizado com a utilização de tecnologias avançadas e sob constantes monitoramento e fiscalização:

Então se faz com aviação agrícola, você tem o avião, existe uma metodologia de aplicação, você tem uma altura máxima de vôo, tem um equipamento que para a aviação agrícola, ele é de fundamental importância, que é o GPS. Aqui, com essa

orientação, ele sabe se está pulverizando fora, ou não, daquela faixa pré-determinada pelo equipamento. (Gerente da empresa Frutacor)<sup>5</sup>

É afirmado ainda serem fornecidas transparência e publicidade prévias à sua realização, para que possam ser tomadas as medidas necessárias de segurança por parte dos pequenos produtores, dos trabalhadores e da sociedade como um todo.

Durante a Expedição Pulvar, entretanto, em que a equipe de pesquisadores da região acompanhou os procedimentos da pulverização aérea, constatou-se que os profissionais do Serviço Único de Saúde - SUS que trabalhavam no momento da pulverização não estavam informados acerca de sua realização, ignorando datas, locais, horários, populações atingidas, presença de gestantes, crianças e outros grupos mais vulneráveis, substâncias utilizadas, medidas de proteção, medidas de emergência, etc, informações consideradas necessárias para que pudesse ser providenciada atenção adequada à saúde junto à população. Também verificou-se a ausência de profissionais no campo do meio ambiente ou da agricultura com autoridade para acompanhar os procedimentos realizados pela empresa de aviação agrícola no que diz respeito às normas vigentes.

As dificuldades das instituições públicas em efetivamente realizarem suas atribuições legais de controle e fiscalização fragilizam as políticas públicas que garantiriam o “uso seguro” dos agrotóxicos e conformam, junto com outros elementos, um quadro de acentuada vulnerabilidade institucional.

São, ainda, comuns os relatos de trabalhadores que denunciam não serem respeitados os intervalos mínimos para reentrar nas plantações pulverizadas:

A gente almoçando no galpão e o avião passa pulverizando. (Trabalhador rural 6)

Ademais, adjetivar a pulverização aérea com os termos de “procedimento seguro” ou “procedimento controlado” esconde os riscos à saúde humana e ambientais decorrentes do deslocamento da direção do produto pulverizado, quer ele se dê em razão dos instrumentos técnicos utilizados ou em razão de acidentes na operacionalização da atividade.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA esclarece que existe normalmente uma "deriva técnica", em que os atuais equipamentos de pulverização, mesmo com calibração, temperatura e ventos ideais, deixam cerca de 32% dos agrotóxicos pulverizados retidos nas plantas, 49% vão para o solo e 19% vão pelo ar para outras áreas

<sup>5</sup> Fala extraída da “Ata da audiência pública da comissão de seguridade social e saúde para debater o programa estadual de agrotóxicos e a legislação brasileira pertinente à política de agrotóxicos, realizada no instituto federal de educação, no dia 27 de outubro de 2009.”

circunvizinhas da aplicação (PIGNATI; MACHADO; CABRAL, 2006).

Por outro lado, “derivadas acidentais” são possibilidades sempre presentes, como aconteceu no acidente rural ampliado de Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, em 2006, contaminando mananciais hídricos, solo, alimentos e pessoas. Elas podem ser decorrentes de erro de alvo na aplicação e/ou falta de treinamento e/ou descuido e/ou um ato inseguro por parte do operador da aplicação, ou de mudanças oriundas do vento ou da chuva (MACHADO, 2008).

Outro caráter que potencializa o contexto de risco sócio-ambiental decorrente da pulverização aérea, tendo em vista o relevante uso de água de chuva no semi-árido cearense a partir do Programa 1 Milhão de Cisternas – P1MC, diz respeito à evaporação dos produtos utilizados. Pesquisas recentes realizadas no estado do Mato Grosso evidenciaram a presença de agrotóxicos na água de chuva, num fenômeno semelhante à chuva ácida (PIGNATI; MACHADO; CABRAL, 2006).

#### **9.2.4. Quando a “legalidade” não impede os danos**

Afora a eficiência e a segurança, os empresários ressaltam a legalização do procedimento, permitido e normatizado pelo Ministério da Pecuária e Abastecimento, através da Instrução Normativa nº 2:

E o Vereador [...], no seu pronunciamento, ele realmente foi feliz quando colocou que existe hoje uma instrução normativa, que nos permite fazer a pulverização aérea.

Ainda segundo os empresários, as pulverizações aéreas efetuadas na região realizavam-se em conformidade com os quesitos elencados nessa norma, tais como as distâncias mínimas de “quinhentos metros de povoações, cidades, vilas, bairros, de mananciais de captação de água para abastecimento de população; e de duzentos e cinquenta metros de mananciais de água, moradias isoladas e agrupamentos de animais” (MAPA, c).

Entretanto, há indícios de que estas normas não estejam sendo cumpridas adequadamente e de que, ainda que cumpridas, não garantiriam suficientemente a proteção do ambiente e da saúde humana.

O primeiro indicador consiste na proximidade entre as áreas de cultivo de banana e as

comunidades, conforme se depreende da imagem de satélite que situa visualmente a vizinhança entre algumas das quadras de plantações de bananas e as comunidades de Tomé e de Cercado do Meio:



Figura 06: Proximidade entre cultivos de banana e comunidades.  
Fonte: Acervo da pesquisa.

Em algumas situações, o contexto de risco agrava-se diante da contigüidade entre as áreas de cultivo e as residências, elemento justificador das queixas frequentes sobre os incômodos na saúde provocados pelo lançamento de agrotóxicos após cada pulverização realizada, a despeito do cumprimento ou não das normas.



Figura 07: Contiguidade entre plantação pulverizada e moradia.  
Fonte: Acervo da pesquisa.

Ademais, nas análises laboratoriais das amostras de água coletadas na região, promovidas pela COGERH e pela própria pesquisa, detectou-se a presença de princípios ativos de alguns dos agrotóxicos fungicidas utilizados na pulverização aérea, tais como o difenoconazol, o tebuconazol e o propiconazol, indicando ser a atividade uma fonte de contaminação da água destinada à consumo humano.

#### **9.2.5. Agrotóxicos nas amostras de água coletadas na região**

A COGERH (2008) obteve o resultado apresentado na Figura 08 sobre as análises feitas sobre 10 amostras de água de poços coletados na Chapada do Apodí, realizadas no Instituto de Tecnologia de Pernambuco - ITEP:

N <sup>o</sup>	Amostra	Junho/2008		Outubro/2008	
		Agrotóxico	Conc. (µg/L)	Agrotóxico	Conc. (µg/L)
1	COG/TAN/0017	-	-	-	-
2	COG/TAN/0001	Ciromazina	0,02	-	-
		Diazinona	0,03	-	-
3	COG/ALS/0005	Diazinona	0,01	-	-
4	COG/LIN/0017	-	-	-	-
5	COG/LIN/0030	Diazinona	0,01	-	-
6	COG/QUE/0083	-	-	-	-
7	COG/QUE/0043	Flutiafol	0,01	-	-
8	COG/QUE/0105	-	-	-	-
9	COG/QUE/0137	-	-	-	-
10	COG/QUE/0020	Flutiafol	0,02	Ametrina	0,03
		Propiconazol (I e II)	0,05		

Figura 07: Presença de agrotóxicos nas amostras de água - COGERH.

Fonte: (COGERH, Ano, p.)

Os resultados mostram que 60% das amostras de água subterrânea estavam contaminadas por diferentes princípios ativos de agrotóxicos, sendo cinco delas no período chuvoso, e uma no período da seca.

No âmbito da pesquisa, foram coletadas 24 amostras de água dos canais que abastecem as comunidades, das caixas d'água e de poços profundos, no sentido de subsidiar o diagnóstico da presença dos agrotóxicos e sua dinâmica na Chapada do Apodi, frente ao uso em larga escala nas lavouras e as reclamações constantes das populações, principalmente em relação à água para consumo humano.



Figura 08: Ponto de coleta – canal de irrigação.

Fonte: Acervo da pesquisa



Figura 09: Ponto de coleta – caixa d'água.  
Fonte: Acervo da pesquisa

As amostras foram analisadas no laboratório do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Ambientais Avançados - NIEAMBAV, da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. As análises foram realizadas utilizando a técnica de Cromatografia Líquida acoplada a Espectrometria de Massas com Ionização Electrospray (LC-MS). O equipamento é um Cromatógrafo ESI-MS modelo LCQ-FLEET da Thermo Scientific.

Os ingredientes ativos investigados foram definidos em função dos resultados apontados em estudo preliminar na região e na orientação técnica de engenheiros agrônomos, de acordo com a literatura científica sobre os produtos utilizados nos cultivos em desenvolvimento no território.

Nas treze amostras colhidas em diferentes pontos ao longo do canal, foram identificados de 3 a 12 princípios ativos que variaram em quantidade e diversidade de classes. O Carbaril é um inseticida usado para combater pragas da banana e do abacaxi, pertencente à Classe Toxicológica II, considerado altamente tóxico e somente foi possível de ser detectado em função da sensibilidade do método analítico. No reservatório principal, foram identificados o Carbaril (Classe II - Altamente Tóxico), Carbofurano (Classe I – Extremamente Tóxico), Fenitrothion (Classe II - Altamente Tóxico) e Procimidona (Classe IV – Pouco Tóxico).

A Figura 10 apresenta com maiores detalhes os resultados das análises de água para consumo humano, apontando a classe toxicológica, o tipo, o uso e a cultura a que se destinam os princípios ativos encontrados:

LOCAL DA COLETA	PRINCÍPIO ATIVO IDENTIFICADO	Classe Toxicológica	TIPO	CONTROLE/USO	CULTURA
Torneira na localidade de Santa Fé	Fosetil Procimidona Tepraloxidim Flumioxacina Carbaril	III IV III III II	Fungicida Fungicida Herbicida Herbicida Inseticida	Podridão no topo Podridão branca Brachiaria, carrapicho Picão, capueraba Broca do colo do abacaxi, broca do fruto	Abacaxi Abacaxi, melão Abacaxi Abacaxi Abacaxi, banana
Água na localidade de Santa Maria	Imidacloprido Procimidona Tepraloxidim Carbaril Azoxistrobina	III IV III II III	Inseticida Fungicida Herbicida Inseticida Fungicida	Colchonilha do abacaxi e Cupim-de-montículo Podridão branca Brachiaria, carrapicho Broca do colo do abacaxi, broca do fruto Mancha angular, ferrugem	Abacaxi, banana, melão Abacaxi, melão Abacaxi, banana Abacaxi Melão, banana
Água do canal que vai para Santa Maria	Carbaril Carbofurano Procimidona Fenitrothion Tebuconazol Cletodin Endossulfan Abamectina	II I IV II IV II I III	Inseticida Inseticida Fungicida Inseticida/formicida Fungicida Herbicida Acaricida/inseticida Acaricida/inseticida	Broca do colo do abacaxi, broca do fruto Lagarta elasmobrânquio Podridão branca Percevejo do abacaxi, broca do fruto Fusariose em abacaxi, mancha púrpura Capim amargoso Mosca branca Minadora, Nematóide das garras	Abacaxi, banana Banana Abacaxi, melão Abacaxi Banana, abacaxi, melão Abacaxi Melão Melão
Reservatório principal	Carbofurano Procimidona Carbaril Fenitrothion	I IV II II	Inseticida Fungicida Inseticida Inseticida	Lagarta elasmobrânquio Podridão branca Broca do colo do abacaxi, broca do fruto Percevejo do abacaxi, broca do fruto	Banana Abacaxi, melão Abacaxi, banana Abacaxi
Água de poço para abastecimento humano, localidade Lagoa da Casca.	Fosetil Carbaril Procimidona Tebuconazol Cletodim	III II II IV II	Fungicida Inseticida Fungicida Fungicida Herbicida	Podridão no topo Broca do colo do abacaxi, broca do fruto Podridão branca Fusariose em abacaxi, mancha púrpura Capim amargoso	Abacaxi Abacaxi, banana Abacaxi Banana, abacaxi, melão Abacaxi

Água de poço para abastecimento humano, localidade Lagoa da Casca	Carbofurano	I	Inseticida	Lagarta elasma	Banana
	Fenitrotiona	II	Inseticida	Percevejo do abacaxi, broca do fruto	Abacaxi
	Procimidona	IV	Fungicida	Podridão branca	Abacaxi, melão
	Tebuconazol	IV	Fungicida	Fusariose em abacaxi, mancha púrpura	Banana, abacaxi, melão
	Carbaril	II	Inseticida	Broca do colo do abacaxi, broca do fruto	Abacaxi, banana
Água no Centro de abastecimento humano SAAE, região Cabeça Preta	Glifosato	IV	Herbicida	Plantas infestantes	Banana
	Carbaril	II	Inseticida	Broca do colo do abacaxi, broca do fruto	Abacaxi, banana
	Carbofurano	I	Inseticida	Lagarta elasma	Abacaxi
	Procimidona	II	Fungicida	Podridão branca	Banana
	Epoxiconazol	III	Fungicida	Sigatoka negra	Melão
	Endossulfan	I	Acaricida/inseticida	Mosca branca	Melão
	Abamectina	III	Acaricida/inseticida	Minadora, Nematóide das garras	

Figura 10: Classe toxicológica, tipo, uso e cultura dos princípios ativos identificados nas amostras de água para consumo humano em algumas comunidades da Chapada do Apodi, 2009.

Fonte: Acervo da Pesquisa

Um dos aspectos mais assustadores dos resultados diz respeito ao padrão de multiplicidade de princípios ativos por coletas. No canal que abastece a Localidade de Santa Maria e Santa Fé, por exemplo, foram detectados oito princípios ativos diferentes, dentre eles o Endossulfan (Classe I – Extremamente Tóxico), banido recentemente pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, do Ministério da Saúde, a Abamectina (Classe I – Extremamente Tóxico), Carbaril, Cletodin, Carbofurano e Fenitrotiona (Classe II – Altamente Tóxico), Imidacloprido (Classe III- Medianamente Tóxico) e Procimidona e Tebuconazol (Classe IV- Pouco Tóxico).

Percorrendo o caminho das águas, identificou-se em um poço profundo no Distrito de Tomé doze princípios ativos, sendo o local onde a diversidade foi maior entre os demais pontos amostrados. Dentre os venenos, constaram: Abamectina, Difenconazol, Tepraloxidym peretencem à Classe Toxicológica I (Extremamente Tóxico); Cletodim, Carbofurano, Carbaril e Fenitrotiona (Classe II- Altamente Tóxico) e Procimidona, Tebuconazol, Glifosato e Ciromazina (Classe IV- Pouco Tóxico). A Comunidade do Tomé é a que mais apresenta queixas sobre a qualidade da água para consumo humano, sendo exposta aos venenos da pulverização aérea por até cinco vezes ao ano.

Nas amostras de água que serviam ao abastecimento humano, os ingredientes ativos mais frequentemente identificados foram, em ordem decrescente:

1. carbaril e procimidona
2. **carbofurano**
3. tepraloxidim, fenitrotiona e tebuconazol
4. **fosetil**, cletodim, **endossulfan** e **abamectina**
5. imidacloprido, azoxistrobina, **glifosato**, flumioxacina e epoxiconazol

Ressalte-se que os que se encontram em negrito na listagem acima estão sendo reavaliados pela ANVISA, e que o Endossulfan fora proibido. Os motivos que levaram à reavaliação destes ingredientes ativos, de acordo com a autoridade sanitária, são:

- Glifosato: larga utilização, casos de intoxicação, solicitação de revisão da Ingestão Diária Aceitável (IDA) por parte de empresa registrante, necessidade de controle de impurezas presentes no produto técnico e possíveis efeitos toxicológicos adversos.
- Abamectina: toxicidade aguda e suspeita de toxicidade reprodutiva.
- Carbofurano: alta toxicidade aguda, suspeita de desregulação endócrina.
- Endossulfam: alta toxicidade aguda, suspeita de desregulação endócrina e toxicidade reprodutiva.
- Fosmete: neurotoxicidade.

As comunidades da Chapada são abastecidas com a mesma água utilizada para irrigação, e antes mesmo de qualquer laudo laboratorial, já indicavam a percepção à contaminação da água que ingeriam:

Nós bebe a água do perímetro irrigado, uma água que não foi feita para o consumo humano, ela tem um percurso de 14km de canal de céu aberto, se arrastando de lá pra cá trazendo cachorro morto, veneno que jogam, avião pulverizando caindo veneno dentro. (Zé Maria, Presidente da Associação Comunitária dos Moradores de São João do Tomé e da Associação dos Desapropriados Trabalhadores Rurais Sem Terra do Jaguaribe-Apodi)

#### 9.2.6. Quando o risco é percebido pela população



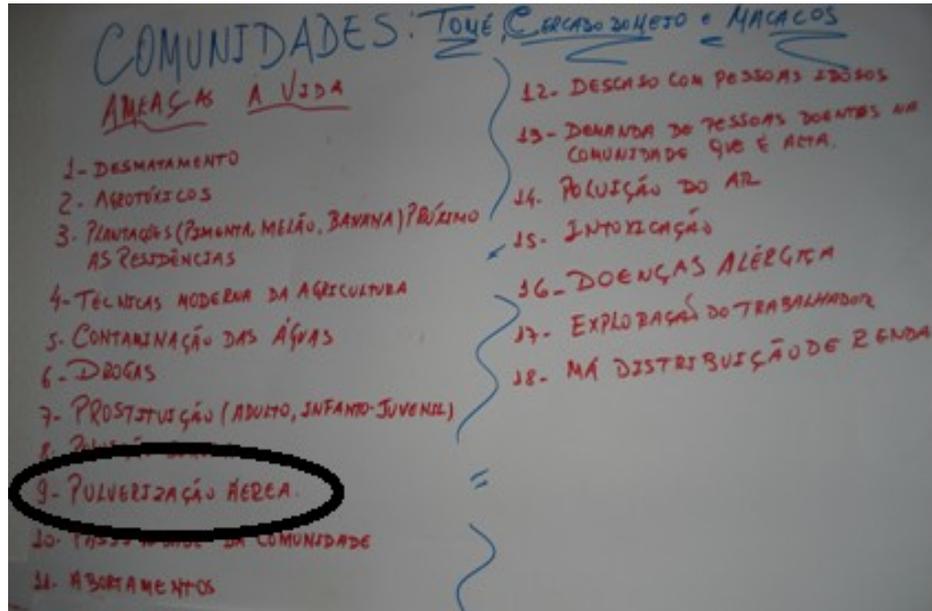


Figura 12: Produto da oficina de mapeamento sócio-ambiental (tabela).  
Fonte: Acervo da pesquisa.

À pulverização aérea, as comunidades relacionam a morte de animais domésticos, a contaminação da água que ingerem e uma série de alterações de saúde.



Figura 13: Mortandade de peixes no reservatório do perímetro.  
Fonte: Acervo da pesquisa.

Na Comunidade de Tomé, uma das que se localizam na proximidade de plantações de banana e que, por não possuir sistema de abastecimento próprio, é uma das mais diretamente

afetadas pela problemática da contaminação das águas, os jovens, apoiados pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, realizaram em 2009 uma enquete que listava os problemas de saúde vivenciados na comunidade e buscava relacioná-los à exposição aos agrotóxicos. Mais do que qualquer validação estatística, a iniciativa demonstra a preocupação e a insegurança sentidas pela população.

### 9.2.7. Quando a percepção vira ação e é aprovada Lei Municipal contra a pulverização aérea



Figura 14. Grito dos Excluídos na Chapada do Apodi, 2009.  
Fonte: Tobias Schmitt, 2009

Agora pra acabar de acertar inventaram um expurgo de avião lá nessas bananeiras. Por Deus que parece que fizeram por aí algum rebuliço... diminuiu, não sei se vai se acabar. Que aquilo ali é quem deve matar muita gente. É porque aqueles avião expurgando no beijo do canal [...] o avião não deixa de soltar muito veneno dentro, né? (Trabalhador rural 1)

Diante da percepção dos riscos, as organizações dos moradores e agricultores das comunidades locais promoveram alianças com demais atores da sociedade civil, aqui entendida em seu sentido mais amplo, a fim de incluir as associações, pastorais, sindicatos, ONGs, movimentos sociais e pesquisadores de universidades e a pulverização aérea tornou-se

alvo de diversas ações de resistência.

Realizado em agosto de 2008, o Seminário “Agrotóxicos no Vale: novos ares e desafios para a atuação pública”, construído conjuntamente por Ministério Público Estadual, Diocese e Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM/UECE, Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade - TRAMAS/UFC, Instituto de Educação e Política em Defesa da Cidadania - IEPDC, 10ª CEREST, Instituto Centro de Ensino Tecnológico - CENTEC, ESPLAR e Via Campesina, a pulverização aérea foi pautada e amplamente questionada, potencializando a visibilidade pública aos problemas ligados à sua prática.

Em agosto de 2009, muitos desses atores novamente congregaram-se a fim de promover a Jornada “Mundo Rural, Agrotóxicos e Saúde”, onde realizaram-se a “Oficina de Mapeamento de vulnerabilidades socioambientais e contextos de promoção da saúde ambiental em comunidades rurais da Chapada do Apodi e do Tabuleiro de Russas” e um evento em praça pública na comunidade de Tomé, em que o professor Vanderlei Pignati, da Universidade Federal do Mato Grosso, falou de suas pesquisas sobre o agronegócio naquele estado e do acidente rural ampliado acontecido em decorrência da pulverização aérea no município de Lucas do Rio Verde, também manifestando suas impressões e opiniões lideranças comunitárias locais.

Em 7 de setembro de 2009, realizou-se na região, com a presença de mais de duas mil pessoas, o Grito dos Excluídos<sup>6</sup>, onde foram abordados os agrotóxicos, a pulverização aérea e a contaminação das águas, tendo sido construídos na comunidade de Tomé o muro das lamentações e a árvore dos sonhos, desenhos que buscavam simbolizar o contexto de sofrimentos e esperanças vivenciados na comunidade.

---

<sup>6</sup> Conjunto de manifestações no Dia da Pátria ou na semana comemorativa à Independência do Brasil que buscam sensibilizar para a problemática da exclusão social.



Figura 15: Muro das Lamentações, em Tomé.  
Fonte: Acervo da pesquisa.



Figura 16: Árvore dos sonhos, em Tomé.  
Fonte: Acervo da pesquisa.

A comunidade de Tomé protagonizou, ainda, a realização de um abaixo-assinado encaminhado oficialmente ao Ministério Público e à 1ª Vara do Poder Judiciário em Limoeiro do Norte, mas também aproveitado como instrumento popular de denúncia junto às rádios locais e aos vereadores do município, em que, apresentava-se o fato da comunidade estar “situada numa área de grande risco de contaminação por agrotóxicos com a realização de pulverização aérea na área onde está situada a piscina.”

José Maria Filho era, nessa época, Presidente da Associação Comunitária dos Moradores de São João do Tomé e da Associação dos Desapropriados Trabalhadores Rurais Sem Terra Jaguaribe-Apodí, e protagonizou todas as mobilizações acima descritas, envolvendo-se ativamente na resistência às diversas injustiças sócio-ambientais provocadas pelo agronegócio, denunciando-as diariamente nas rádios locais e nas audiências públicas, buscando apoio em instituições e movimentos sociais e exigindo atuações mais efetivas do Estado.

Sensibilizado diante das angústias de centenas de famílias que, em sua comunidade, consumiam água contaminada por agrotóxicos, Zé Maria, como era conhecido, assumia a linha de frente do combate à pulverização aérea, tendo sido executado no dia 21 de abril de 2010 com 25 tiros.



Figura 17: Zé Maria, em denúncia à imprensa local, recolhendo embalagens vazias de agrotóxicos de um dos reservatórios do perímetro.

Fonte: Acervo do jornalista Melquíades, Diário do Nordeste.



Figura 18: Homenagem feita no local onde fora assassinado Zé Maria.

Fonte: Acervo da pesquisa.

Incapaz de responder às violências advindas do modelo de desenvolvimento excludente, o Estado mostra-se incapaz de solucionar o caso, restando aos que ainda resistem no território do conflito culpabilizar politicamente o agronegócio pela morte do companheiro

e, a todo 21 de cada mês, realizar mobilizações sociais que visibilizem as oposições contrárias aos processos de monopolização e degradação dos recursos ambientais e dos modos de vida tradicionais.

Na Câmara Municipal, a pressão popular resultou na elaboração e aprovação, em 08 de outubro de 2009, da lei nº 1478/2009, que dispõe sobre a proibição do uso de aeronaves nas pulverizações de lavouras. Por sete votos favoráveis, um contrário e uma abstenção, os vereadores de Limoeiro do Norte estabeleceram ser, a partir daquele momento, “expressamente proibido as pulverizações aéreas em regiões agrícolas” naquele Município.

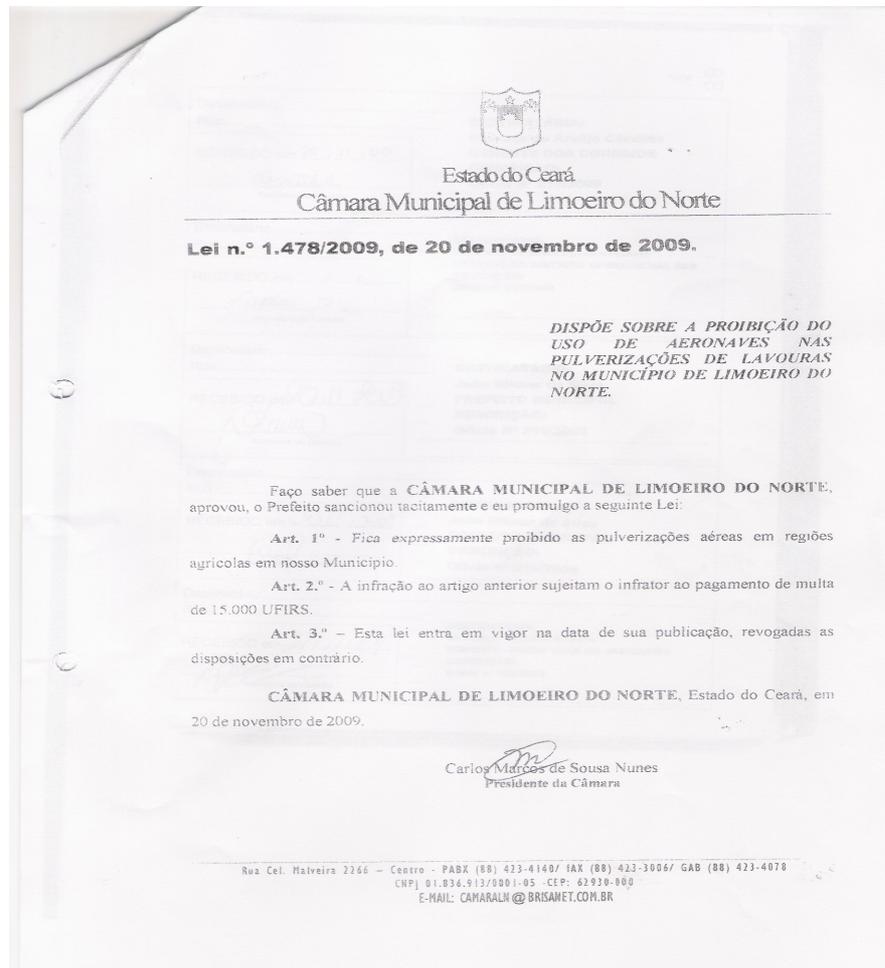


Figura 19: Lei Municipal nº 1478/2009.  
Fonte: Acervo da pesquisa.

Sancionada em novembro do mesmo ano e publicada, a lei entrou em vigência, mas foi descumprida pelas empresas. Diante da omissão estatal, por incapacidade ou negligência, em fiscalizar, os membros da rede de resistência assumiram a responsabilidade e o risco por

tal encargo, realizando diversas expedições ao aeroporto, portando câmeras fotográficas e filmadoras, a fim de flagrar as aeronaves em vôo e, munidos de provas, exigir judicialmente a sanção cabível e o efetivo cumprimento da legislação.

Tais atuações, entretanto, nunca se deram sem conflito. Todo espaço de disputa fez-se entre debates calorosos, fosse nas rádios, no plenário da Câmara ou nas audiências públicas; diversas foram as estratégias de invisibilização das reivindicações e de desvalorização do direito conquistado; na entrada do aeroporto, os vigias tentavam impedir a passagem; multiplicaram-se ameaças à vida das pessoas vistas como lideranças.

#### **9.2.8. A toda ação, uma reação em igual intensidade? As estratégias e discursos dos que defenderam a pulverização aérea**

Após a aprovação da lei, foi promovida, pela Comissão de Seguridade Social e Saúde, uma audiência pública para debater o programa estadual de agrotóxicos e a legislação brasileira pertinente à política de agrotóxicos, realizada no Instituto Federal de Educação em Limoeiro do Norte.

Situada historicamente no momento em que o Município recém-aprovava a proibição da pulverização aérea, a audiência pública materializou-se como a arena do conflito, girando ao redor deste tema os embates entre os presentes, notadamente representantes das empresas produtoras de banana, vereadores, lideranças comunitárias locais e demais membros da rede de resistência.

As empresas, ao definirem a pulverização aérea praticada no Município como remédio único, eficaz e seguro às pragas que atacavam as produções de banana, forçaram o estabelecimento de uma relação, que se fez adiante inquestionável, entre a pulverização aérea e a viabilidade da produção. Assim, o escopo da lei fora simbolicamente ampliado: não seria apenas a atividade da pulverização que estaria em xeque, mas toda a produção de bananas na região. Por esse viés, a amplitude da questão demandaria, conforme o posicionamento de alguns vereadores, uma nova discussão:

Quanto a questão da pulverização aérea, na verdade, a Câmara até aprovou uma lei e eu particularmente acho que a Câmara devia ter debatido mais com a sociedade porque eu entendo que fica impossível. Como é que você vai fazer, combater as

pragas principalmente das bananeiras, sem ser com a pulverização aérea? Não sei, não sou técnico nesse assunto, mas acho impossível como é que vai se combater. (Vereador 1 de Limoeiro do Norte)<sup>7</sup>

Eu queria fazer referência a Câmara Municipal de Limoeiro do Norte, quando aprovou a lei proibindo as pulverizações aéreas. [...] eu acho que nós podemos inclusive debater essa questão mais profundamente, para que não cometamos injustiças, porque nós entendemos também que o produtor de banana necessita dessa pulverização. (Vereador 2 de Limoeiro do Norte)<sup>8</sup>

Ao sinalizar para os prejuízos financeiros que adviriam com a efetiva proibição, as empresas enfatizaram a repercussão negativa que se daria sobre os empregos por elas gerados. Imputando aos vereadores a responsabilidade pelas anunciadas e numerosas demissões, tal discurso buscava submeter o Estado às suas exigências.

Se, ao instalarem-se na região, a oferta de empregos e elevação do PIB constituem elementos legitimadores do empreendimento pretendido, após a instalação, fortalecem a ameaça de realocização e de conseqüente desfazimento dos contratos sociais a que se obrigaram.

Percebe-se, assim, que o discurso das empresas, mais do que mostrar o quanto elas precisam do Estado, cuida em mostrar o quanto o Estado precisa das empresas.

Chamou-me atenção porque eu soube agora que tem uma nova legislação municipal sobre aplicação aérea, se essa legislação for mesmo efetivada, [...] se essa legislação for adiante, a B2 vai obedecer a legislação, porque uma das exigências do mercado dos nossos consumidores é exatamente que nós obedeçamos toda a legislação que incida sobre a atividade. Mas eu passo, no caso para Câmara dos Vereadores, o passivo social dessa legislação, nós tínhamos a intenção de implantar o restante da área que nós temos ali. Nós temos 300 hectares, podemos chegar a 480 hectares, são 180 hectares a mais, esses 180 hectares eles vão gerar aproximadamente 300 empregos diretos, nós sairíamos de 427 para algo em torno de 750 empregos. (Gerente da empresa Banesa)<sup>9</sup>

[...] no caso da B1, 670 empregos diretos, e a parceria com os seus 950 hectares, 49 produtores, são mais 600 empregos. Então diretamente nós estamos gerando na região, com a cultura da banana, aproximadamente 1.270 empregos diretos. E nós sabemos muito bem que para cada direto, no agronegócio, ou no setor rural, são três, então nós teríamos aproximadamente quase 5 mil famílias dependendo hoje da cultura da banana na região. (Gerente da empresa Frutacor)<sup>10</sup>

<sup>7</sup> Fala extraída da “Ata da audiência pública da comissão de seguridade social e saúde para debater o programa estadual de agrotóxicos e a legislação brasileira pertinente à política de agrotóxicos, realizada no instituto federal de educação, no dia 27 de outubro de 2009.”

<sup>8</sup> Fala extraída da “Ata da audiência pública da comissão de seguridade social e saúde para debater o programa estadual de agrotóxicos e a legislação brasileira pertinente à política de agrotóxicos, realizada no instituto federal de educação, no dia 27 de outubro de 2009.”

<sup>9</sup> Fala extraída da “Ata da audiência pública da comissão de seguridade social e saúde para debater o programa estadual de agrotóxicos e a legislação brasileira pertinente à política de agrotóxicos, realizada no instituto federal de educação, no dia 27 de outubro de 2009.”

<sup>10</sup> Fala extraída da “Ata da audiência pública da comissão de seguridade social e saúde para debater o programa

Percebe-se, portanto, que a situação é apresentada a partir da perspectiva de “alternativas infernais” (ACSERALD; MELLO; BEZERRA, 2009), em que restaria aos atores sociais a opção ou pela resignação perante a atividade considerada danosa ao meio ambiente e à saúde ou pela convivência com o desemprego.

Segundo Henri Acserald e outros (2009), “as “alternativas infernais” impõem-se como norma, mecanismo de disciplinamento e controle, que faz com que os indivíduos se aprisionem nos imperativos da “competitividade”, nos requisitos de serem capazes de atrair sobre si e suas localidades os investimentos disponíveis no mercado.”

À chantagem apresentada na forma de geração/perda de empregos, soma-se ainda a mobilidade ameaçadora do capital. Além de permitir uma contabilização diferenciada sobre o processo de degradação ambiental entre as empresas e os grupos sociais vinculados ao território, a maior mobilidade potencial do capital alimenta o medo das “heranças malditas” a serem relegadas à região diante da possível saída das empresas, tais como desemprego, degradação ambiental, redução do PIB do Município, etc.

A pressão exercida pelas empresas pretende, assim, o duplo efeito de atenuar ou revogar a norma ambiental que sobre as mesmas foi imposta e de fragilizar os movimentos sociais, acusados direta ou indiretamente de dificultar a multiplicação de capitais e, supostamente de forma consequente, a dinamização da renda e do emprego.

A chantagem alimenta, ainda, o discurso ideológico dos que se debruçam sobre a busca por uma fórmula mágica, uma pacificação dos conflitos sociais por meio de uma solução que atenda aos interesses de todos, escamoteando a realidade em que o interesse de um (lucro/empresas) se dá, no plano real, sobre o interesse do outro (saúde/comunidades).

Mas nós não podemos expulsar as empresas, porque tem os empregos, tem a economia, precisamos de tudo isso. Nós temos que encontrar a fórmula para que se possa contemplar todo mundo, nós não podemos também condenar a todos, e empurrar as empresas, porque elas saem daqui e se instalam em outro local, e o Brasil o Ceará a região é pobre precisa também disso aqui. (Deputado Estadual Presidente da Comissão de Seguridade Social e Saúde da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará)<sup>11</sup>

A construção de uma ideia de consenso, em verdade, serve à relativização do direito

---

estadual de agrotóxicos e a legislação brasileira pertinente à política de agrotóxicos, realizada no instituto federal de educação, no dia 27 de outubro de 2009.”

<sup>11</sup> Fala extraída da “Ata da audiência pública da comissão de seguridade social e saúde para debater o programa estadual de agrotóxicos e a legislação brasileira pertinente à política de agrotóxicos, realizada no instituto federal de educação, no dia 27 de outubro de 2009.”

que havia sido conquistado pela população. Apresentando-se vitimizadas pela lei e a seus interesses particulares como universais, as empresas buscam fazer com que a sociedade retroaja, a fim de enquadrar o avanço da luta política nos limites da elasticidade do sistema, sem que a ocorrência de grandes traumas, como mostrou-se ser a proibição da pulverização aérea, ameaçasse o *establishment*.

Aqui nessa Audiência Pública nós não temos nenhum objetivo de polemizar. Nós queremos trazer uma discussão que possa ser produtiva, que possa ser dissecado o problema e que possamos aqui, homens e mulheres, dar um encaminhamento bom para o meio ambiente e, em última instância, para o homem. (Deputado Estadual Presidente da Comissão de Seguridade Social e Saúde da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará)<sup>12</sup>

Ao estabelecer como prioridade o viés economicista da produtividade sobre o viés democrático da polemização, o discurso acima colacionado denuncia a proposta de despolitização dos conflitos, estratégia que costuma, a partir da acentuada desigualdade de forças dos agentes sociais em contenda, invisibilizar a expressão de diferenças reais entre os projetos sociopolíticos e territoriais reivindicados.

É dessa forma que, ainda que diante de um conflito que se faz extremo, com a disputa incomunicável de interesses, os defensores da pulverização aérea acenam insistentemente para a necessidade de um meio-termo:

Certo que existe as problemáticas da comunidade, mas muitas pessoas dessas comunidades trabalham lá também. [...] Será que não tendo o agrotóxico vai ter o emprego que está gerado lá também? Então precisamos criar um meio termo das duas situações. (Técnico de Segurança e Meio Ambiente da empresa Frutacor)<sup>13</sup>

Agora é preciso que se faça a convivência entre o desenvolvimento, entre a geração de emprego e renda que é importante para o vale do Jaguaribe, para o Ceará e que possamos, na verdade, ter uma fiscalização e um controle mais rígido na questão do uso dos agrotóxicos. Agora, nós não podemos aqui dizer que todos os cânceres, tudo que tem de mau que está acontecendo na Chapada, aqui no Vale do Jaguaribe, seja por conta da Chapada do Apodi, muito pelo contrário, pode acontecer, pode, mas também nós devemos dizer que a Chapada do Apodi tem sido a redenção de Limoeiro, do Vale do Jaguaribe, por isso que essa região é destaque hoje no Ceará. (Vereador 1 de Limoeiro do Norte)<sup>14</sup>

<sup>12</sup> Fala extraída da “Ata da audiência pública da comissão de seguridade social e saúde para debater o programa estadual de agrotóxicos e a legislação brasileira pertinente à política de agrotóxicos, realizada no instituto federal de educação, no dia 27 de outubro de 2009.”

<sup>13</sup> Fala extraída da “Ata da audiência pública da comissão de seguridade social e saúde para debater o programa estadual de agrotóxicos e a legislação brasileira pertinente à política de agrotóxicos, realizada no instituto federal de educação, no dia 27 de outubro de 2009.”

<sup>14</sup> Fala extraída da “Ata da audiência pública da comissão de seguridade social e saúde para debater o programa estadual de agrotóxicos e a legislação brasileira pertinente à política de agrotóxicos, realizada no instituto federal de educação, no dia 27 de outubro de 2009.”

As estratégias articuladas pelas empresas são, entretanto, percebidas e denunciadas pelos demais sujeitos:

Então estamos dentro de um conflito, dentro dele as pessoas se posicionam efetivamente. Eu concordo com o nosso amigo ali, [...] que diz que tem que ter lado. Tem lado mesmo nesse processo, não tem como, é conflito, não tem essa coisa de você ajustar, como também nós costumamos nessas discussões fazer, ajustar esses termos do ponto ideal. Não existe ponto ideal diante de um conflito que se estabeleceu. (professor da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM/UECE)<sup>15</sup>

Mas, afinal, a dependência econômica do município e da sociedade, aqui situada como fator de (in)sensibilização para a contaminação ambiental, aliada à pressão política exercida pelas empresas sobre os vereadores, manifestadas nos espaços públicos de discussão e nos espaços privados de almoços, por exemplo, promovidos por aquelas, colaboraram para que o tema da pulverização aérea saísse do “âmbito do decisório” em que se encontrava (uma lei aprovada que a proibia e que exigia cumprimento) e adentrasse no 'âmbito do discutível' (uma lei aprovada que a proibia, mas que precisava ser repensada, rediscutida e reavaliada).

Mas precisa conversar antes com o prefeito, que ele pode fazer alguma emenda, conforme eu vi apresentação aqui que foi feita pela B1, está deixando um espaço, não podemos privar também de fazer a pulverização se não houve uma discussão com as pessoas que estão envolvidas, eu questionei muito isso lá. (Vereador 3 de Limoeiro do Norte)<sup>16</sup>

E o que, então, era defendido como uma necessária busca pelo “meio-termo”, pelo “consenso”, expõe-se em sua crueza de interesses e balanceamento injusto de poderes: em fevereiro de 2010, o Prefeito Municipal apresenta à Câmara de Vereadores Projeto de Lei que dispunha sobre a política ambiental do Município e que, em seu art. 213, propunha revogar a Lei nº 1478/2009. Articulava-se, por meio do referido projeto, o restabelecimento legal da pulverização aérea no Município, conforme mensagem do Prefeito encaminhada anexa:

Também através da matéria anexa, propomos, por não ser da competência do Município a fiscalização da aviação agrícola, a revogação da Lei nº 1.478, de 20 de novembro de 2009, que dispõe sobre a pulverização aérea.

Omitindo qualquer motivação de ordem social, econômica ou política, o projeto de lei

---

<sup>15</sup> Fala extraída da “Ata da audiência pública da comissão de seguridade social e saúde para debater o programa estadual de agrotóxicos e a legislação brasileira pertinente à política de agrotóxicos, realizada no instituto federal de educação, no dia 27 de outubro de 2009.”

<sup>16</sup> Fala extraída da “Ata da audiência pública da comissão de seguridade social e saúde para debater o programa estadual de agrotóxicos e a legislação brasileira pertinente à política de agrotóxicos, realizada no instituto federal de educação, no dia 27 de outubro de 2009.”

justificava a revogação da lei que proibira a pulverização aérea com argumentos exclusivamente de caráter legalista, como a ausência de competência do Município para legislar sobre a matéria, a impossibilidade de dupla fiscalização e a existência de instrução normativa que já a regulamentava. Por meio de argumentos supostamente legais, deslegitimava-se o discurso dos que defendiam a extinção da atividade no município.

A votação do Projeto de Lei pelos vereadores estava prevista para acontecer no dia 18 de março, mas foi mobilizado, na véspera, um ônibus com pessoas das comunidades de Macacos, Tomé e Cabeça Preta que ocuparam o plenário da Câmara. A primeira mobilização popular em garantia ao direito conquistado, ora ameaçado, exigiu dos vereadores que a votação do projeto fosse precedida de uma nova audiência pública em que fossem amplamente discutidos os impactos positivos e negativos decorrentes da pulverização aérea no Município.

Obtido o adiamento da votação, a pressão popular obteve também o êxito de influir ativamente sobre as definições acerca do formato com o qual a audiência revestir-se-ia e dos convidados a nela palestrar. Dessa forma, pôde-se garantir a ampla participação de sujeitos que, sob diversos matizes, por ser pesquisadores, advogados populares ou membros do Ministério Público, contribuiriam no fortalecimento dos argumentos contrários à pulverização aérea, rompendo o ciclo de espaços públicos nos quais concediam-se voz majoritariamente aos representantes das empresas e aos políticos da região.

Realizada em 12 de maio de 2010, a audiência precisou realizar-se no maior auditório da cidade, a fim de sustentar a ampla participação popular que se fez presente. Pela primeira vez, foram apresentados pela Dra. Raquel Rigotto, os resultados parciais da pesquisa, em que se demonstravam os dados relativos à contaminação ambiental e aos riscos e vulnerabilidades a que estavam expostas as comunidades da Chapada. Contou-se ainda com a fala do Coordenador Nacional do Fórum de Combate aos Agrotóxicos, Dr. Pedro Serafim e a do advogado popular Sr. João Alfredo, que contrabalanceou com argumentos jurídicos a constitucionalidade da lei que proibira a pulverização aérea. Também fez-se presente na mesa de palestrantes a promotora da comarca local, Dra. Bianca Leal, que apresentou, em sua fala, a ação civil pública que o Ministério Público Estadual encaminhara contra as empresas que continuavam a valer-se da pulverização aérea ainda na vigência da lei que a proibia, e representantes das empresas do agronegócio e da Federação das Associações do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (FAPIJA), estes dois últimos setores posicionando-se como

defensores da prática de pulverização aérea.

Diante das conexões entre a vida e a morte de Zé Maria com a luta contra a pulverização aérea no Município, gritos de revolta lançados por populares e movimentos sociais na audiência pública fizeram-se ouvir, e, nas ruas da cidade, fizeram-se ver faixas e panfletos nos quais a sociedade reivindicava para si o poder de nomear a Lei nº 1478/2009 em 'Lei Zé Maria do Tomé'.



Figura 20: Acampamento Zé Maria, Limoeiro, agosto de 2010.  
Fonte: Acervo da pesquisa.

Após a audiência pública, os articuladores do movimento de resistência iniciaram a construção de um abaixo-assinado contra a revogação da Lei Zé Maria do Tomé, mobilizando as comunidades da Chapada e apoiadores a se posicionarem. Foram 1700 assinaturas em apenas 5 dias, ressaltando-se a presença massiva de crianças e adolescentes que, mesmo sem possuírem documento de identificação necessário a validar o instrumento, insistiam em assiná-lo, identificando-se a partir da turma escolar que frequentavam ou da comunidade em que residiam, numa atitude que simbolicamente representava o nível de enraizamento da discussão na sociedade e de anseio de participação direta no processo decisório.

Apesar de toda movimentação popular, em 20 de maio de 2010, os vereadores, em nova sessão, revogaram a Lei 1478/2009, pela decisão do voto de minerva do presidente da Câmara, diante do empate de quatro votos favoráveis e quatro votos contrários à extinção da

lei. A notícia da revogação da lei fora compartilhada imediatamente com todos os que participavam, na mesma data, da Audiência Pública, realizada em Fortaleza, na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, que tratava sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde da população.

### 9.2.9. O direito sai da Câmara dos Vereadores e vai parar na rua



Figura 21: Passeata, Fortaleza, 2010.  
Fonte: Acervo da pesquisa.

Apesar de revogada a lei que a proibia, os acúmulos adquiridos com as discussões e mobilizações políticas sobre o tema tornaram o combate à pulverização aérea elemento mobilizador e reivindicativo em todos os atos políticos que se deram posteriormente, principalmente os concentrados ao redor do dia 21 de cada mês, a lembrar do assassinato do Zé Maria e estabelecer as reivindicações que permeiam a disputa por um modelo de desenvolvimento do campo que compreenda, além dos aspectos produtivos, os sócio-culturais, políticos e ecológicos.

Assim, os atores da resistência congregam-se em torno da construção de uma agenda

conjunta que envolve formação, lutas e difusão de informações, conhecimentos e práticas contra-hegemônicos, de modo a traçar estratégias comuns de combate ao agronegócio na região.

## 10. OS NOVOS SUJEITOS: EMPRESAS, “PARCEIROS” E TRABALHADORES DO AGRONEGÓCIO

O surgimento das empresas, nacionais e multinacionais, ligadas ao ramo da fruticultura irrigada no Baixo Jaguaribe gestaciona, a partir das relações que estabelece com os demais atores sociais, os “parceiros” e os trabalhadores do agronegócio.

Prática adotada por algumas das empresas, a parceria consiste na oferta do pacote tecnológico nelas utilizados para os pequenos agricultores familiares que pagam com 10% de sua produção a partilha do conhecimento e da prática produtiva estabelecidos por aquelas.

Os “parceiros” denunciam que a equidade, própria ao conceito de 'parceria', inexistente na prática:

Quem ganha no final é o empresário. Ele não está te ajudando! Ele está ganhando muito em cima de você. Eu fico chateado, por chamar de parceiro. Não me chame de parceiro porque eu estou dando lucro pra você, e grande. (..) Se seu ramo é banana e na hora que você quiser botar no mercado, se ele puder tirar você, ele tira. Se você planta melão para essas empresas grandes de exportação, ela faz parceria, mas na hora que você botar no mercado, é do mesmo jeito. [...] A parceria é legal na questão do pagamento do seu produto (...) porque você não vendeu para o atravessador lá, direto, aí você não está correndo risco. Pelo menos isso você tem garantido. Mas que você está enchendo o bolso lá do cidadão, que é o seu parceiro, está. [...] Não bote na sua cabeça que ele é bonzinho (...) Eu não gosto dessa palavra não... Ele está crescendo o mercado dele e está ganhando em cima de você. (Representante da FAPIJA)

Uma agricultora familiar relata os motivos pelos quais não adere à parceria ofertada pelo empresário: “ele cobra muito, muito... Aí chega um ponto que o agricultor não agüenta mais. [...] A gente já entra devendo 10% pelo repasse do pacote tecnológico”.

Se o sistema de parceria não satisfaz os anseios de igualdade dos pequenos produtores, também não satisfaz as exigências do quantum a ser mercantilizado pelas empresas. Assim, o trabalho assalariado acaba sendo adotado como a forma mais eficaz para corresponder à necessidade produtiva do agronegócio.

O quadro a seguir demonstra alguns aspectos importantes das empresas instaladas na região, tais como as culturas que produzem, os mercados a que atendem, o tamanho da propriedade, inclusive a parte dela improdutiva, a média de produtividade e os trabalhadores contratados:

Empresa	Culturas	Mercado	Tamanho da Propriedade (ha)			Média da Produtividade (ton/ha)	Empregos (regular e sazonal) <sup>(2)</sup>	Localização	Sistema de irrigação
			Total	Produtiva	Improdutiva <sup>(4)</sup>				
Del Monte Fresh Produce Brasil Ltda. (multinacional)	Meiço, abacaxi, banana, melancia	Interno (São Paulo) Externo (58 países dos cinco continentes)	5.960,00	2.720,00	3.240,00	30 (abacaxi); 26 (meiço) e 45 (banana)	5.300 <sup>(2)</sup>	Rio Grande do Norte; Ceará (Limoeiro do Norte, Quixeré)	Gotejamento <sup>(1)</sup>
Banana (FIFES) <sup>(1)</sup> (multinacional)	Banana	Externo	300,00	180,00	480,00	-	300	Ceará (Limoeiro do Norte)	Gotejamento
Fruta Cor <sup>(2)</sup>	Banana, mamão	Interno (Recife, Natal, Mossoró, João Pessoa, Maranhão, Belém) Externo (através da empresa Agronol)	1.000,00	930,00	70,00	25	700	Ceará (Limoeiro do Norte, Quixeré).	Gotejamento e micro-aspersão
Agrícola Famosa Ltda	Meiço e melancia e Banana.	Interno (São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro e Belo Horizonte); Externo (Holanda, Inglaterra, Espanha e Portugal)	900,00	350,00	550,00	25	3.200	Rio Grande do Norte (Baraúna); Ceará (Icapuí, Russas, Quixeré, Limoeiro do Norte)	Gotejamento
J. Salouti Tropical Comercio Frutas Ltda.	Meiço, manga, carambola, mamão, pitaya	Interno (Fortaleza) e Externo (Holanda)	534,00	324,00	210,00	25	430	Ceará (Quixeré)	Gotejamento
Itaueira Agropecuária S.A. <sup>(2)</sup>	Meiço e abacaxi	Interno; Externo (Canadá, Estados Unidos, Holanda, Inglaterra, Itália e Espanha)	500,00	450,00	50,00	30	500	Ceará (Aracati)	Gotejamento
Total			9.194,00	4.954,00	4.600,00	30	10.430	-	-

Figura 22: Quadro com dados gerais das empresas do agronegócio.  
Fonte: (FREITAS, 2010, p. 70)

Acreditamos que as análises adiante estabelecidas, apesar de focadas na multinacional Del Monte Fresh Produce Brasil Ltda e em seus trabalhadores, apresentam o contorno do quadro que recém delineia-se no Baixo Jaguaribe, onde o trabalho situa-se como elemento central a ser representado.

A Del Monte iniciou sua produção em fins do século XIX na região da Califórnia (EUA). Atualmente, a matriz localiza-se em Miami, sendo um libanês o sócio majoritário. Sua atuação, com produção e sede estratégica, atende todos os continentes, atingindo cerca de 58 países. Iniciou sua produção no Brasil em fins da década de 1980 no Rio Grande do Norte e, em 2000 e 2001, duas áreas no Ceará: em Quixeré (melão) e Limoeiro do Norte (abacaxi). (...) Em fins do ano de 2008, a empresa Del Monte – considerada a terceira maior multinacional do mundo no ramo

de frutas frescas, possuía no Ceará área de 4.860 ha., dos quais 1.620 ha improdutivos e o restante com a produção de abacaxi (1.780 ha.) servida com água do perímetro de irrigação pública e 1.460 ha. para a produção de melão e melancia, alimentados por 44 poços subterrâneos. No Rio Grande do Norte, produzia banana em 900 ha., tendo em torno de 1.100 ha. improdutiva.

A produtividade da empresa é em torno de 30 toneladas/ha/ano no cultivo do abacaxi, 26 do melão e 45 da banana. Da produção total, 97% são exportadas, restando 3% para o mercado nacional: Piracicaba-São Paulo. A empresa empregava, nesse período, em torno de 1.500 trabalhadores na área da banana, 1.600 no abacaxi e 2.200 no melão. Nesta última área, por utilizar-se de emprego sazonal, ao concluir a safra (em janeiro de 2009) demitiria cerca de 1.500 trabalhadores. (FREITAS, 2010, p. 124)

Apesar das promessas de progresso e modernidade alardeadas na sua instalação e nas expectativas anunciadas de expansão<sup>17</sup>,

[...] a organização do processo de trabalho e de produção espelha-se na concepção taylorista/fordista, permitindo assim o uso de mão de obra barata, mesmo em trabalho complexo. Isso é notório na área de empacotamento; no campo, onde o trabalhador (que é um operário) é supervisionado por um “técnico de segurança” (que na verdade funciona como um “capataz”); e, no setor gerencial da empresa. A forma mecânica e rígida da divisão das tarefas, a presença da esteira no processo produtivo, a hierarquia das funções, as crises e os conflitos que levam à greve dos trabalhadores são exemplos desse modelo. (FREITAS, 2010, p. 125)

Às técnicas sofisticadas de produção, consideradas essenciais para a quantidade e qualidade da produção que se destina ao mercado externo, refletidas na média de produção consideravelmente maior quando comparada às empresas nacionais, coexistem com as precárias condições de trabalho.

Inserido no contexto capitalista em que “a necessidade social no modo de produção capitalista é a expansão do capital, em prejuízo do desenvolvimento e aprimoramento das necessidades humanas dos trabalhadores” (CAMPOS; BATAIERO, 2007 apud PESSOA, 2010, p. 201), o trabalho deixa cada vez mais de sustentar a cidadania e vice-versa:

[...] ao perder o seu estatuto político de produto e produtor da cidadania, o trabalho reduz-se à penosidade da existência, quer quando existe, quer quando falta. É por isso que o trabalho, apesar de dominar cada vez mais as vidas das pessoas, está a desaparecer das referências éticas que sustentam a autonomia e auto-estima dos sujeitos.

No caso dos trabalhadores da Del Monte, diversos são os relatos de violação aos direitos trabalhistas, conforme apresentaremos adiante, exponenciados pela percepção do risco de vida associado à exposição aos agrotóxicos. A permanência na empresa justifica-se, no discurso dos trabalhadores, pela falta de alternativas ou por alternativas consideradas ainda

<sup>17</sup> Fonte: “Del Monte vai produzir bananas na área do Apodi”. Disponível em <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=643948>>. Acesso em 15 set 2010.

piores, como o desemprego e a fome:

É muito comum sair da empresa com medo do risco e passar certo tempo desempregado. A solução é voltar! Porque você não vai ficar desempregado, a gente se obriga mesmo sabendo que é uma empresa de risco! (Trabalhador rural 7)

Isso aí que era nosso: a riqueza (a terra), eles vieram (os empresários) e tomaram de conta (...) Ninguém vê isso [...] Quem quer levar uma vida digna, um cidadão, uma pessoa do bem, quem não quer roubar, quem não quer se envolver no tráfico aí vai e se obriga a um negócio daquele ali (trabalhar na empresa). (Trabalhador rural 8)

A gente quer o emprego arriscando a nossa própria vida, porque a gente corre risco de vida toda hora lá dentro. (Trabalhador rural 9)

Todas essas questões levantadas vão ao encontro do que Sabroza destaca no tocante à subordinação de grupos sociais inteiros a constrangimentos em consequência das dificuldades de acesso à terra, relações de trabalho não protegidas efetivamente e limitações de educação e conhecimentos adequados às novas práticas produtivas que se impõem (SABROZA, 1992 apud PESSOA, 2010, p. 209).

Entre os novos sujeitos, o velho Estado transita com seus velhos-novos interesses, restando aos trabalhadores a omissão diante das responsabilidades que por ele deveriam ser enfrentadas, de fiscalização, prevenção e garantidor da saúde humana, entendida esta em seu conceito abrangente de resultado das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra, e dos serviços de saúde<sup>18</sup>.

[...] o Estado é na verdade dominado por uma elite, né? Então os interesses que estão lá não são da população em si. Essa elite está tendo lucro, ela está tendo a sua estabilidade financeira de status e de poder, então o Estado não se preocupa com aqueles que estão sofrendo, pessoas que estão excluídas do sistema, as pessoas que sofrem na pele mesmo os danos do agronegócio. O Estado está preocupado com o PIB, as exportações, a balança comercial, mas quanto ao bem-estar das pessoas, o Estado é negligente e omisso. [...] Eu acho que a posição do Estado é muito clara, na minha opinião não houve avanço não, o estado tem a função dele, é a favor do agronegócio. (...) e a saúde da população e o meio ambiente ficam em segundo plano, ou a qualidade de vida das pessoas fica em segundo plano. Pelo que vejo, há uma posição estável, acho que desde o começo eles estavam a favor e continuam a favor do agronegócio. (Integrante da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte).

A voz dos trabalhadores, entretanto, não pode ser ignorada. E ela anuncia em alto som pros que se interessam em ouvir que, apesar de tão bem fantasiado de moderno, o trabalho no agronegócio “é do tempo da escravidão”.

<sup>18</sup> Conceito elaborado na 8ª Conferência Nacional de Saúde.

## 11. O NOVO TRABALHO NO AGRONEGÓCIO: DISCURSO MODERNO, EXPLORAÇÃO ANTIGA



Figura 23: Almoxarifado da empresa: “Cuidado! Produtos Químicos!”  
Fonte: Acervo da pesquisa.

Os trabalhadores, ao relatarem as condições de trabalho a que são submetidos diariamente na Del Monte, comprovam, inafastavelmente, que os benefícios do desenvolvimento não são igualmente compartilhados.

Se, por um lado, as mudanças tecnológicas e organizacionais, anunciadoras de uma era moderna em que o esforço produtivo dos trabalhadores é ampliado e somado ao emprego de máquinas, fertilizantes químicos e agrotóxicos, potencializam a produção e garantem lucro seguro às empresas, por outro, exaure os trabalhadores, expondo-os a condições degradantes de trabalho e aos riscos, também modernos, que as máquinas, os fertilizantes químicos e agrotóxicos provocam à saúde.

Essas empresa faz é o que quer, escraviza as pessoa. (...) o saldo dessas empresa é isso aí que a gente vê: escravizando! Aquilo lá é a senzala! Eu trabalhei lá no melão, saí porque não tinha condições. Fui pro abacaxi, saí também, porque eu não sou escravo. A escravidão passou, macho! Aquilo ali é uma senzala, aquilo ali, [...] aquilo ali é uma senzala do tempo da escravidão. (...) Escravizando o pessoal aí em cima da serra. (...) tomando o que é nosso. A a verdade tem que ser dita. (Trabalhador rural 8)

A promessa do emprego bom e bem remunerado é logo desmistificado pelos trabalhadores: “O salário é uma miséria viu! O cabra tirar cento e vinte por quinzena, durante quinze dias, esperar o fim do mês e receber outra mixaria” (Trabalhador rural 1).

Os trabalhadores percebem que, assim como os benefícios do progresso não são igualmente distribuídos, cabendo a eles a menor parte, tampouco o são seus custos, mas desta leva a eles cabendo assumir a maior carga:

Nas empresas tem muita gente... tem dia que passa de 15 ônibus... trabalhando na sujeição maior do mundo. Não achei nada de vantagem não. É, passamos a ser empregado. Vantagem: não, tem não. Eu não achei nenhuma vantagem não. Só dá pra esses empresários, atravessadores, os donos das lojas de veneno, é só pra quem dá, pra esse povo. Mas o pobre, o trabalhador, é só no pau. (Trabalhador rural 1)

[...] quer dizer, o dono da empresa ele está lá, ganhando muito dinheiro às nossas custas e nós estamos doentes em casa. (Trabalhador rural 9)

[...] o salário [...] é bom pra quem é engenheiro, quem é fiscal, quem ganha sem trabalhar, mas nós, trabalhadores que sofremos todos os dias lá, nosso salário é uma negação, é uma micharia que meu Deus do céu. (Trabalhador rural 9)

Além do baixo salário e da carga horária elevada, os trabalhadores do abacaxi são submetidos a uma série de riscos laborais, conforme levantamento realizado por ALEXANDRE (2009):

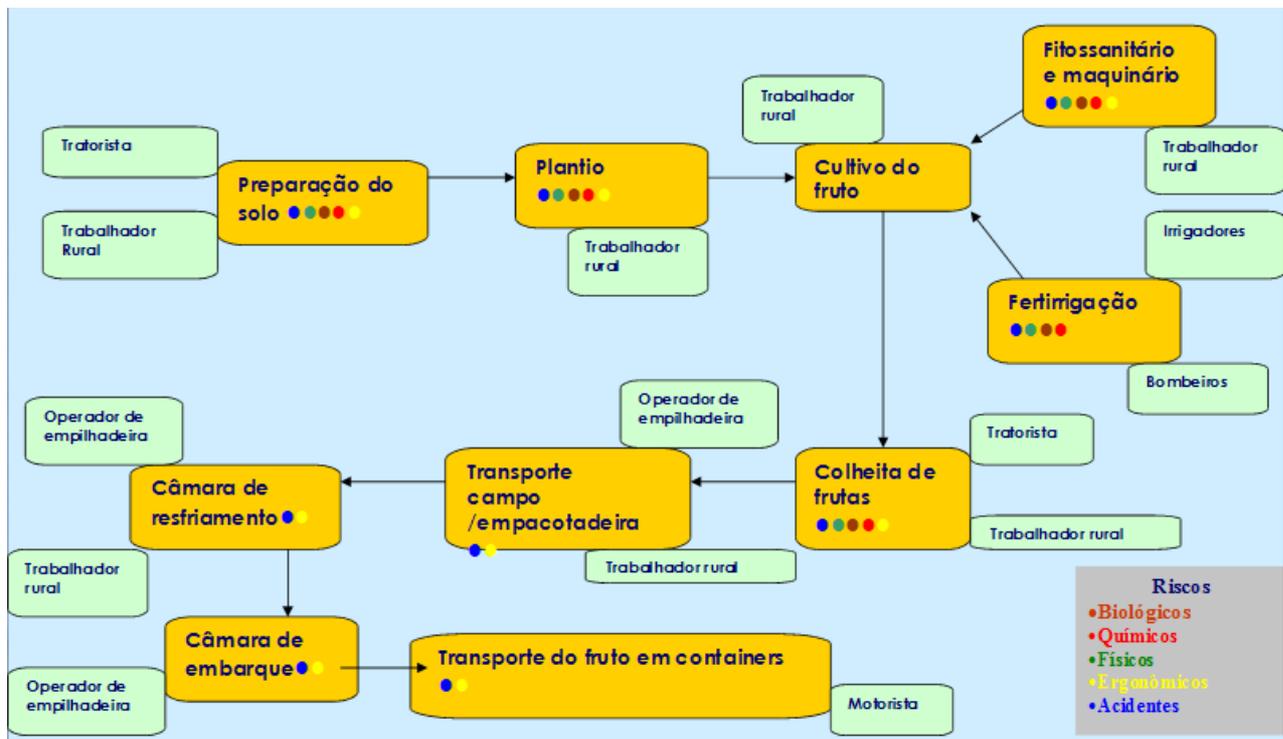


Figura 24: Fluxograma da produção do abacaxi: Operações, funções e riscos expostos.  
Fonte: (ALEXANDRE, 2009)

Entre os diversos riscos, o mais destacado pelos trabalhadores corresponde à exposição aos químicos utilizados pela empresa, agrotóxicos e fertilizantes, em quantia e variedade imensas, conforme demonstram as figuras 25 e 26:

NOME CIENTÍFICO	NOME COMERCIAL	CLASSE TOXICOLÓGICA	CLASSE	CONSUMO ANUAL
BROMACIL + DIURON	KROVAR 800 WG, 400 + 400	II	HERBICIDA uacila + uréia substituída	6. 903 kg
CARBARYL	SEVEIN 480SC	II	INSETICIDA carbamato	12.097 L
DELTAMETHRIN	DECIS 25 CE	III	INSETICIDA piretróide	87 L
DIURON	KARMEX 800 WG	III	HERBICIDA uréia substituída	997 kg
ETHEPHON	ETRHEL 240 SL	III	REGULADOR DE CRESCIMENTO, DESFOLHANTE derivado de etileno	1.021 L
FOSETYL	ALIETTE 800PM	IV	FUNGICIDA organofosforado	4.938kg
TEBUCONAZOLE	FOLICUR 200CE	III	FUNGICIDA triazol	1.224 L
THIABENDAZOLE	TECTO SC	IV	FUNGICIDA benzimidazole	409 L
BETA-CYFLUTHRIN	BULLDOCK 125 SC	II	INSETICIDA piretróide	98 L
BACILLUS THURINGIENSIS	DIPEL PM	IV	ANTIBIÓTICO ACARICIDA E INSETICIDA bioinseticida	736 kg
IMIDACLOPRID	CONFIDOR 700	IV	INSETICIDA neonicotinóide	916 kg
TRIADIMEFON	BAYLETON	II	FUNGICIDA triazol	1.936 kg
IMIDACLOPRID	CONFIDOR 700 GRDA	IV	INSETICIDA neonicotinóide	916 kg

Figura 25: Agrotóxicos utilizados na produção do abacaxi na Del Monte

Fonte: Estudo de Impacto Ambiental apresentado pela empresa à Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (SEMACE, 2006).

Produto	Unidade	Quantidade/ano
Nitrato de Amônia	kg	696.924
Uréia	kg	447.133
KCL	kg	451.124
Sulfato de Potássio	kg	297.582
Carvão Ativado	kg	6.413
Sulfato de Magnésio	kg	213.780
Sulfato de Zinco	kg	27.839
Sulfato de Ferro	kg	59.858
Ácido Cítrico	kg	5.929
Ácido Bórico	kg	4.371
Ácido Fosfórico	L	692.648
Enxofre Agrícola	kg	2.137.803

Figura 26: Fertilizantes utilizados na produção do abacaxi na Del Monte

Fonte: Estudo de Impacto Ambiental apresentado pela empresa à Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (SEMACE, 2006).

Eu trabalho na aplicação, às vezes, tem hora que estou aplicando veneno no abacaxi. Eu passo de tudo lá, fertilizante, controle de praga, controle de doenças e todo tipo de veneno.” (Trabalhador rural 10)

O trator de noite pulveriza lá, aí a pessoa entra na sessão e não sabe nada, e é puro veneno a sessão, é desse jeito: o veneno é demais! (Trabalhador rural 11)



Figura 27: Spray-boom pulverizando plantação de abacaxi.

Fonte: Acervo da pesquisa.

Usualmente entendidos como eventos anormais e súbitos, os acidentes de trabalho são, na maioria das vezes, previsíveis e controláveis. A contaminação por agrotóxicos, entretanto, não observa a mesma lógica, pois está intrinsecamente relacionada

[...] ao efeito esperado destas substâncias, pois com a finalidade de combater as 'pragas da lavoura', o homem contamina intencionalmente o local de trabalho, que é o próprio ambiente agrícola, atingindo em maior ou menor intensidade os trabalhadores, a produção e o meio ambiente.

A convivência forçada e incômoda com tais substâncias, vivenciadas por 94,60% dos trabalhadores da empresa (ALEXANDRE, 2009), é assustadoramente constante na fala dos trabalhadores:

Muitas vezes no processo de mudança das mudas é aplicado agrotóxico e um produto de cor verde (enxofre), e logo após temos de entrar em campo. (Trabalhador rural 11)

Muitas vezes, o relato extrapola o incômodo e denuncia graves problemas de saúde próprios ou vividos por amigos e familiares ocorridos pela exposição:

[...] engravidei trabalhando, com nove meses foi que eu parei de trabalhar para tirar a licença e eu tive ameaça de aborto como muitas outras colegas minha tem, por conta do cheiro forte do cloro porque quando não é o veneno é um cloro que eles botam que é para as bactérias não penetrarem no melão. Botam um produto muito forte, aí maioria delas sofrem ameaça de aborto por conta desses produtos fortes [...] vi mulher desmaiando porque não agüenta o cheiro, e é qualquer um que desmaia [...] por que não tem proteção (...) estão botando a noite, mas de manhãzinha, quando você chega ao campo, o cheiro está do mesmo jeito. [...] é mesmo que estar passando na mesma hora. (Trabalhador rural 12)

É um risco de vida né doutor, é um risco de vida porque fui um cara que nunca tinha sentido nada na vida com cinquenta anos de idade, e vim adoecer lá. (Trabalhador rural 13)

A questão é que esses venenos é um produto que nós corremos risco todo santo dia lá, [...] tem nosso colega hoje doente, que talvez nem solução mais pra esse problema não tem (...) tem outro colega meu na cidade alta que está contaminado já pelo veneno, tem outro rapaz também que ele está encostado pelo médico e o médico falou pra ele que se ele quisesse viver mais ele não poderia voltar pra lá. (Trabalhador rural 9)

O Ministério do Trabalho determina, através da Norma Regulamentadora 31, publicada pela portaria 86/05, estabelece que os empregadores devem realizar avaliações dos riscos para a segurança e a saúde e adotar medidas de prevenção e proteção, hierarquizadas em ordem de prioridade.

A primeira delas é a eliminação dos riscos, aplicável, no campo da higiene do trabalho, a todos os riscos, mas muito especialmente àqueles de maior gravidade, como seria o caso da maioria dos agrotóxicos.

Seguem-se: o controle de riscos na fonte, a redução do risco ao mínimo através da introdução de medidas técnicas ou organizacionais e de práticas seguras, inclusive através de capacitação, a adoção de medidas de proteção pessoal, sem ônus para o trabalhador, de forma a complementar ou caso ainda persistam temporariamente fatores de risco.

Segundo a norma, então, a obrigação principal da empresa seria eliminar os riscos, estabelecer alternativas de combate às pragas, experimentadas, por exemplo, nos sistemas agroecológicos de produção, onde não há utilização de agrotóxicos e, conseqüentemente, não há os riscos sócio-ambientais deles provenientes.

Ao invés disso, as empresas criam um discurso invisibilizador dessas experiências, naturalizando a utilização dos agrotóxicos e tornando-a, inclusive, ideologicamente imprescindível à atividade agrícola.

Após essa exigência, é que caberiam as alternativas de controle e segurança, que costumam envolver altos investimentos em tecnologias que efetivamente atuassem sobre o ambiente de trabalho, a fim de reduzir as exposições vivenciadas pelos trabalhadores e, por essa exata questão, não costumam ser utilizadas pelas empresas.

Só por fim na escala de hierarquia, e de forma complementar e temporária, é que se encontram os cursos de capacitação e os equipamentos de proteção individual, única exigência legal aparentemente cumprida pela empresa. Aparentemente.

Com relação aos equipamentos de proteção individual (EPIs), o seguinte gráfico aponta a frequência com que os trabalhadores o utilizam na empresa:

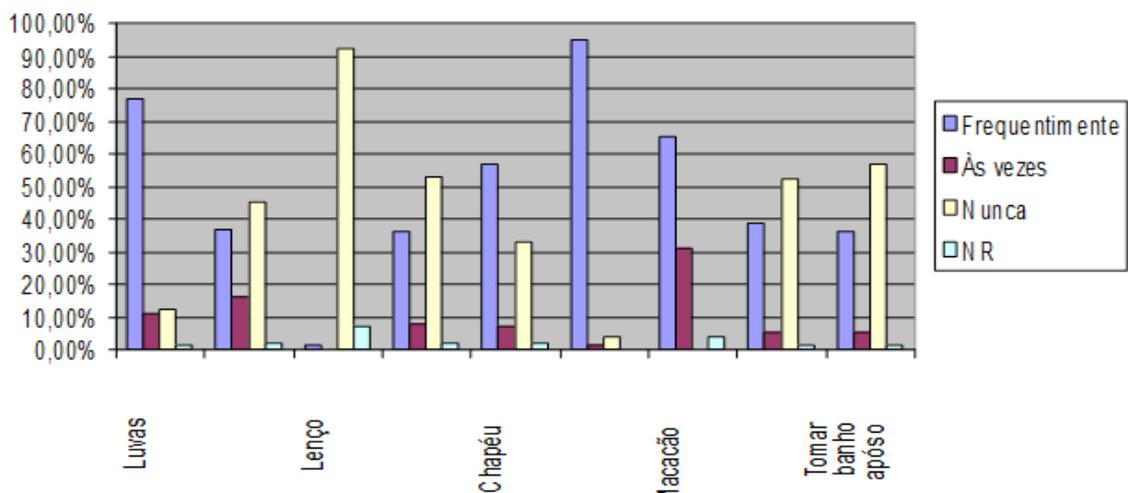


Figura 28: Gráfico da frequência dos EPIs.  
 Fonte: (ALEXANDRE, 2009)

Nas entrevistas, os trabalhadores puderam colocar algumas considerações que não cabem no espaço das estatísticas sobre o uso desses equipamentos:

Recebi três capas e já usei, se precisar de outra tenho de pagar 25 reais do meu salário, já teve noite de ficar todo molhado e trabalhar, porque a capa estava rasgada, as botas são trocadas a cada dois invernos, ou seja, a cada dois anos, essa é a realidade do trabalhador, muita gente sai do emprego por que não agüenta o ritmo de trabalho imposto pela empresa. (Trabalhador rural 13)

Ignorando a realidade exposta pelos depoimentos acima, a empresa cria o discurso, muitas vezes assimilado e repetido pela sociedade, de que o próprio trabalhador é o responsável por sua contaminação, ao não utilizar ou utilizar indevidamente o equipamento.

Agora é que eles (empresas) estão exigindo essa parte aí, mas você sabe que tem gente que nem obrigado o trabalhador ainda usa, pois ele não gosta de usar. Porque o trabalho já é ruim de fazer, ainda todo mascarado, todo luvado, empacotado... fica ruim. Dizem: 'não faz mal não, meu pai pulverizava era socando lá no cabo da bomba e não morreu'. [...] naquela época era inverso, as pessoas tentavam tomar veneno e nem morriam e hoje tudo é coisa que evoluiu muito.[...] Usam né, mas é como digo, as pessoas não gostam de se proteger e terminam se prejudicando também. Existe a orientação. Mas você passa uma coisa pra mim, esclarecer é uma coisa e eu me conscientizar que tenho que segui sua orientação, é outra coisa. As pessoas são muito resistentes a querer ter uma vida melhor. (Trabalhador rural 3)

Por todo o contexto de reivindicações na região, onde, inclusive, situaremos posteriormente a greve que esses mesmos trabalhadores realizaram em 2008, em busca de melhores condições de trabalho na empresa, parece ser possível afirmar indevida a conclusão a que chegara o entrevistado acima colacionado.

A insatisfação que pode, em certos casos, refletir-se na negativa em utilizar os EPIs não se configura em resistência “a querer ter uma vida melhor”, mas sim em resistência a viver condições ainda piores de trabalho, onde os EPIs, além de não condizerem com a realidade climática da região e com a estafa do trabalho, apresentam-se aos trabalhadores como uma das maiores fontes de contaminação, por conta da higienização inadequada e da frequência indevida com que são trocados:

Sempre faço hora extra na empresa, recebemos EPI que são fracos, a capa de chuva rasga com facilidade, as botas também ficam logo ruins, a roupa é muito quente para o tipo de trabalho. Recebemos os EPIs, mas demoram a trocar, e assim mesmo temos de usar com condição ou não, e caso precise de outro, às vezes temos de pagar. (Trabalhador rural 14)

Essa máscara não é muito boa, a gente inala muito pó de abacaxi que já vem com muito veneno. (Trabalhador rural 14)

Os óculos também não são de boa qualidade, você fica se arriscando a furar seus olhos, ou então disposto a ser contaminado com o pó que entra pelo nariz, ou pela boca. (Trabalhador rural 14)

Com o trator cabinado, quando tá contra o vento, o ar condicionado passa todo o mal cheiro do veneno, mesmo a gente estando protegido, mesmo estando com máscara. (Trabalhador rural 14)

Eu pego meu macacão já sabendo que ele é prejudicial, porque tá cheio do pó do abacaxi, no inverno fica grosso, com mal cheiro, não tem condição de trazer todo dia para casa por que só é um. (Trabalhador rural 10)

Outras medidas de proteção, como respeitar o tempo de reentrada dos trabalhadores nas plantações pulverizadas e a direção dos ventos no momento em que são aplicados, também não são aplicadas pelas empresas:

Se uma sessão aplicar um veneno, eles botam a gente para colher dentro dela, se não for eles dizem: Ou colhe, ou então vá para portaria, suspensão, advertência... é um tipo de trabalho obrigado né! (Trabalhador rural 15)

A partir dessa fala, anuncia-se já outro tipo de denúncia muito frequente, qual seja, a das das humilhações a que são submetidos os trabalhadores. Ciente da realidade local, historicamente marcada pela omissão estatal em assegurar o acesso à direitos fundamentais dos trabalhadores, as empresas reconhecem o poder atrativo que a carteira-assinada e o salário em dia exercem sobre os moradores da região. A grande procura de emprego é utilizada no discurso como chantagem aos trabalhadores que apresentem alguma queixa sobre as condições de trabalho, bem como legitimadora das práticas de assédio relatadas pelos trabalhadores:

O técnico de segurança na palestra ele fala a verdade, diz assim: 'Olhe pessoal, vocês não pensem que se morrerem dois, três, quatro pessoas aqui, não pensem que vai ter um dia de luto! Tanto faz ser perigoso ou não perigoso, todo dia tem gente na portaria pra se fichar'. (Trabalhador rural 14)

Muitos trabalhadores reclamam das condições de trabalho, e esses recebem pressão por parte de seu chefe. Muito dos trabalhadores tem medo de falar. (Trabalhador rural 13)

A humilhação lá é muito grande, porque quando você vai embora, os guardas lá dizem: 'Vocês só vão embora quando olhar as bolsas de vocês.' Para olhar o que? Nós só levamos a nossa comida e nossa merenda da manhã. (Trabalhador rural 2)

A NR 31 sublinha ainda o direito dos trabalhadores à informação, ao determinar que se

forneçam aos trabalhadores instruções compreensíveis sobre os riscos e as medidas de proteção implantadas, os resultados dos exames médicos e complementares a que foram submetidos, os resultados das avaliações ambientais realizadas nos locais de trabalho etc.

Entretanto, conforme o gráfico abaixo colacionado, 68% dos trabalhadores não sabem a que agrotóxicos estão sendo expostos durante seu processo de trabalho:

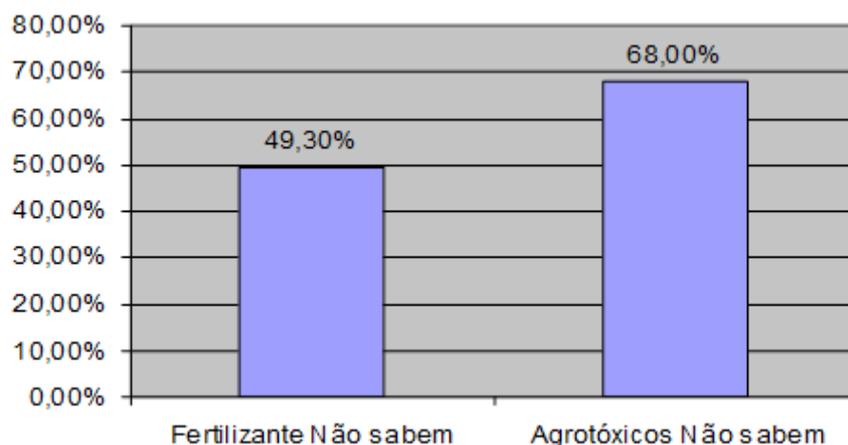


Figura 29: Gráfico da ciência sobre os químicos a que os trabalhadores são expostos.

Fonte: (ALEXANDRE, 2009)

As informações sobre a condição de saúde dos trabalhadores também são sonegadas por meio de várias estratégias, que variam desde a qualidade duvidosa dos exames a que estes são submetidos na empresa, a negativa desta em entregar aos trabalhadores a cópia dos resultados dos exames realizados, o médico da empresa ser omissivo quanto às queixas apresentadas pelos trabalhadores etc, até a ineficiência do sistema público de saúde ao lidar com a complexidade dos riscos envolvidos na exposição aos químicos:

Quando entrei na Del Monte, só foi realizado medida da pressão, ausculta pelo médico e não me solicitou nenhum exame, pedi para o médico solicitar e esse não aceitou. (Trabalhador rural 13)

[...] aqui o médico não diz isso, aqui ele fala que está tudo bem. Nós fazemos um exame lá de seis em seis meses, mas [...] a gente pede lá no laboratório pra ver esse exame e a moça diz: 'não, está tudo ok'. A gente (diz): 'eu quero ver aí o resultado do exame', (ela responde:) 'não, está tudo ok, está bom'. (Trabalhador rural 9)

Eu já tive problema de intoxicação, mas não sei se é do veneno, o médico não me disse nada, passou esse remédio e melhorei após ter usado. (Trabalhador rural 13)

A questão é que [...] a empresa tem médico, mas, meu colega, a empresa tem médico, mas o médico da empresa faz o que a empresa manda, ele faz o que a

empresa manda, não faz o que o trabalhador quer, o problema é só esse aqui. (Trabalhador rural 9)

Nós trabalhamos lá com muitos tipos de veneno muito perigosos. Logo quando eu fui transferido lá pra Del Monte, eu trabalhava num setor, aí eu fui transferido pra aplicações. Quando eu entrei na aplicações, eu trabalhei mais ou menos uma semana, eu comecei sentir um problema, uma dor de cabeça, tontura, aí fui pro médico da empresa, eu cheguei lá aí [...] contei pra ele minha situação, aí ele falou que na continuação do trabalho lá dentro eu ia me acostumar. (Trabalhador rural 9)

A questão é quando nós vamos pro médico, a questão da medicina também, que é uma negação pra quem trabalha na Del Monte, perdoe eu dizer isso. É uma negação, se a gente vem pra cá pro SUS doente, o medico manda ir lá pro médico da empresa, a gente fica rodando, rodando. [...] Às vezes a gente pergunta, as vezes a gente tem até raiva e pergunta: 'Doutor me diga uma coisa, o senhor trabalha pra Del Monte ou é pro governo?' (Trabalhador rural 9)

O médico do trabalho não dá atestado médico, os médicos de Limoeiro também negam o atestado, e assim temos de voltar a trabalhar. Se não voltar, levamos falta. (Trabalhador rural 13)

Ademais, atestados médicos, para as empresas do agronegócio, são instrumentos de medição da qualidade do trabalhadores:

Até para se consultar é complicado, [...] porque se [...] levar o atestado de doente, como é por safra, [...] eu sou contratada por seis meses, eles me demitem. Quando vem a outra safra, eles olham até quantos atestados você botou porque ele vai botar aquele que não colocou nenhum (atestado). (Trabalhador rural 12)

Diante de todo o relatado, é surpreendente o descaso com que as empresas recebem os acidentes de trabalho, relevados à banalidade ou à negligência do trabalhador:

Quando eu entrei na Del Monte, teve um trabalhador que estava no campo e cortou o dedo com uma faca. O capataz mandou ele para ambulatório. O médico disse que só podia atender com ordem do fiscal. O fiscal disse: 'você não cortou isso aqui, você cortou em casa'. Aí o trabalhador foi mostrar para o gerente. Quando o gerente mandou chamar o capataz, o fiscal disse para o capataz: 'quando você chegar lá, você desmente tudo, senão você será demitido'. Assim ele fez: disse que ele tinha se cortado em casa, mesmo tendo visto. (Trabalhador rural 16)

Os agrotóxicos efetivamente só passam a merecer alguma preocupação por parte das empresas quando essas recebem a fiscalização do EUREP GAP, responsável por renovar o certificado que a mesma possui para comercializar suas frutas no mercado europeu:

Ao que concerne a dados levantados recentemente, que atribuem o aumento do número de mulheres com câncer de mama à contaminação por agrotóxico, o Diretor Executivo (da FAPIJA) afirmou que em audiência pública na Casa Municipal de Limoeiro no ano de 2007, as grandes produtoras agrícolas foram chamadas e estas apresentaram seus certificados de exportação, que exigem o cumprimento de todas as normas de utilização de agrotóxicos. (SAMPAIO et al, 2008, p. 22)

Em meio aos problemas modernos decorrentes da utilização dos agrotóxicos, os trabalhadores têm ainda que lidar com situações arcaicas ligadas à alimentação. O trabalho na empresa estabelece um outro ritmo de vida aos trabalhadores e sua família, novos horários são estabelecidos para o preparo e realização das refeições, e sob novas condições elas se realizam:

[...] tem que levar comida feita de madrugada. A comida azeda, você faz a sua refeição no meio do campo. Você não tem água pra beber se não levar. Isso (é) o trabalhador de classe mais baixa, na parte dos engenheiros não é assim. Eu acho que é exploração. (Trabalhador rural 17)

Só temos essa refeição que levamos, caso a comida esteja azeda, ou a gente come, ou fica com fome toda a noite. (Trabalhador rural 13)

As condições de trabalho era horrível! É do jeito que falam aí fora. Quem tinha uma bicicleta ia para o refeitório, quem não tinha almoçava debaixo das máquinas, no meio do mato. Eu acho isso desumano né. Como é que eles diziam que podia ter um descanso de uma hora de almoço? Eu descansando no meio do mato, no meio de muriçoca, de pernilongo... isso é um descanso? As vezes fazia a refeição até perto de fezes de gente, de trabalhadores. Pra mim aquilo era desumano, mas é o tipo da coisa, era a precisão né! (Trabalhador rural 18)

A questão dos refeitórios que até é perto das grandes misturas, só pra você ter uma idéia, o nosso refeitório, o refeitório que nós janta (...) a zona de mistura é vizinho. E nós não temos o direito de falar por isso aí não. Nós não podemos dizer, pedir, que eles tirem o refeitório [...] de lá, deixarem noutro canto, não. Tem que comer lá dentro e nós somos obrigados a estar lá dentro porque se nós estamos lá é porque nós temos precisão de ganhar. (Trabalhador rural 9)



Figura 30: Refeitório da empresa.  
Fonte: (ALEXANDRE, 2009)

À percepção dos trabalhadores da violação de seus direitos mais básicos, segue-se a vivência do medo. A possibilidade provável de punição espreeita qualquer reivindicação por eles elaboradas:

[...] e você ainda leva cinco faltas por causa de uma fala pelos seus direitos. [...] Eles não querem entender nem querem saber. Eles querem saber é que nós estejamos todo dia lá pra produzir. Foi como o gerente falou: 'eu preciso de vocês todos os santos dias aqui, cada um de vocês tem a sua função aqui. (Trabalhador rural 9)

As mordças que estabeleciam o silêncio dos trabalhadores, entretanto, por eles foram rompidas. Em 2008, os trabalhadores da Del Monte abacaxi negaram-se a continuar trabalhando, numa greve que é lembrada pelos que a viveram ou presenciaram como um momento “divisor de águas” na região.

## 12. CHEGA DE SEGURAR O ABACAXI: A GREVE DOS TRABALHADORES DA DEL MONTE

“E foi assim que o operário  
 Do edifício em construção  
 Que sempre dizia sim  
 Começou a dizer não.  
 E aprendeu a notar coisas  
 A que não dava atenção:  
 Notou que sua marmita  
 Era o prato do patrão  
 Que sua cerveja preta  
 Era o uísque do patrão  
 Que seu macacão de zuarte  
 Era o terno do patrão  
 Que o casebre onde morava  
 Era a mansão do patrão  
 Que seus dois pés andarilhos  
 Eram as rodas do patrão,  
 Que a dureza do seu dia  
 Era a noite do patrão  
 Que sua imensa fadiga  
 Era amiga do patrão.  
 E o operário disse: Não  
 E o operário fez-se forte  
 Na sua resolução.”  
 (Vinícius de Moraes)

### 12.1. A greve necessária

Apesar de ser o primeiro e, até então, único movimento paredista promovido contra as empresas do agronegócio do Baixo Jaguaribe, à greve antecederam experiências de resistência na região que, cada qual em seu formato, serviram para a construção histórica do processo de denúncia das contradições do projeto de desenvolvimento em curso e que, segundo os atores sociais entrevistados, contribuiriam no desaguar da greve.

Também teve várias experiências da região, né? [...] Antes da greve, teve a ocupação da área empresarial em Russas, [...] entre 2003 e 2004, onde houve a ocupação, pela Via Campesina, de uma área que era licitada, de uma área que ia ser para destinar pros empresários, no caso o Tabuleiro de Russas que é um projeto, um megaprojeto, que beneficia meia dúzia de empresas, que expulsa os trabalhadores, que expulsa os pequenos agricultores. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)

Nós tivemos, se não me engano, em 2007, uma luta lá naquela região questionando aquele modelo, questionando o agronegócio, que foi inclusive no dia 08 de março de 2007, se não me engano. E aquilo deu uma ajuda experimental para aqueles trabalhadores logo em seguida entrarem em greve. Inclusive no momento que houve aquela mobilização, os trabalhadores de forma espontânea se juntaram ali, se organizaram naquele momento e protestaram contra os seus patrões. [...] (as mulheres) trancaram ali a CE pra fazer o protesto e dizer o por que, teve todo o discurso e os trabalhadores vieram. Então, aquela prática ali, que é uma prática aprendida pelos trabalhadores historicamente, serviu como uma experiência. Tanto que, da forma como as mulheres trancaram a CE, a famosa estrada do agronegócio, para fazer o protesto, quando eles (os trabalhadores da Del Monte) começaram a greve fizeram o mesmo processo. [...] A greve ela foi, ela seguiu a forma de luta que as mulheres tiveram lá, então essa foi fundamentalmente uma experiência. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)



Figura 31: Ocupação, pelas mulheres, da estrada do agronegócio, em 8 de março de 2007.

Fonte: Acervo da Pesquisa.

As próprias condições degradantes de trabalho impostas aos trabalhadores da Del Monte, especificamente, já em 2003 foram percebidas por movimentos sociais da região que, através do informativo nº 11 do coletivo “O martelo”, puderam ser compartilhadas com a sociedade limoieirense, a partir da publicação do texto “A Del Monte e a expansão dos bóias-frias na região Jaguaribana”:

Porém, o caso da Del Monte, revela exatamente a face oposta ao que seria uma tendência geral do desenvolvimento das relações de trabalho esperado pela sociedade. (SOARES, 2003, p. 4)

As empresas, diante da prepotência com que dominavam o território, até “achavam que nunca ia acontecer aquilo” (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte - CONLUTAS), mas a gravidade das denúncias indica a ideia de inevitabilidade com que alguns atores contextualizam a greve de 2008.

Segundo eles, a instabilidade social gerada por anos de exploração em algum momento faria-se incontrolável pelos mecanismos de repressão:

A gente ficou sabendo (da greve) antes mesmo de acontecer, pelo fato do trabalho desumano que acontece ali. Esse modelo de produção é um trabalho desumano, né? Os venenos, as pessoas trabalhando de forma quase escrava. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)

Essa greve, acho, foi uma coisa, deixa eu ver se eu dou um nome pra ela, acho que foi uma coisa que tinha de acontecer. (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte)

Atingido, assim, o limite da cidadania desses trabalhadores, a greve apresentou-se ainda como último recurso, ao qual antecederam-se seguidas e infrutíferas negociações coletivas que efetivamente não representaram melhorias significativas nas condições de vida dos trabalhadores.

Essas negociações nunca surtiram efeito através dos seus sindicatos, no caso o sindicato rural, e os trabalhadores vendo que aquilo não tinha surtido efeito, aquelas formas, eles resolveram partir para esse processo de paralisação mesmo, de enfrentamento ali. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)

## **12.2. “Aí você sabe que um grito abafado, minha filha, quando ele ecoa é uma coisa medonha”: A greve enquanto espaço de denúncia**



Figura 32: Fazenda produtora de abacaxi da empresa Del Monte.

Fonte: Acervo da Pesquisa.

A pauta de reivindicações dos trabalhadores da Del Monte estava atrasada em dois séculos:

Não estavam pedindo aumento do salário, não foi para pedir redução de carga horária, não foi pra reclamar do transporte, não foi pra reclamar da empresa, nem da situação da empresa, eles estavam pedindo alimento. (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte)

Conforme já apresentado, o agronegócio acarretou em profundos impactos na segurança alimentar das populações da Chapada do Apodi. Quanto aos trabalhadores, o tempo do trabalho impunha um novo horário para o preparo da comida, que necessitava, agora, dar-se na madrugada, para que, às 03 horas da manhã, a marmitta já pudesse pegar o ônibus junto com o trabalhador.

Na empresa, por sua vez, não existia local apropriado para armazená-la, condição que impunha ao trabalhador o hábito de uma comida com menos temperos que o habitual, a fim de alargar o tempo em que, exposta ao sol, azedaria. Tampouco havia local apropriado para consumi-la, pois os poucos refeitórios localizavam-se muito distante dos locais de trabalho.

A alimentação, então, foi a reivindicação central, pois mobilizava os trabalhadores e sensibilizava a sociedade. Considerada como necessidade básica, estendia essa característica à própria movimentação que a reivindicava: “naquele momento o que se aflorou foi a própria necessidade, [...] não foi uma coisa combinada, foi simplesmente espontânea pela necessidade” (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE).

Porque veja só qual era o motivo da greve, nunca vi uma greve assim, a greve era

bonita, a reivindicação não era um centavo de aumento, os caras queriam um refeitório e queriam uma cesta, era esse o motivo da greve, porque levavam a comida 4, 5 horas da manhã e quando ia comer a comida, a comida estava estragada e não tinha médico, não davam atestado, eles adoeciam e ainda levavam falta. (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte - CONLUTAS)

Apesar de pautada por essa reivindicação mais imediata, os grevistas amadureceram o processo que levou à conclusão de elementos de denúncia que ultrapassavam a questão da alimentação, conforme esplendorosamente nos ensina um dos entrevistados:

A gente fica indignado, né, lutar por uma cesta básica, por ter onde comer [...] Então nessa hora a principal pauta tem que ser mesmo isso, lógico, a cesta básica e um refeitório pra comer, um lugar onde sentar na hora do almoço. [...] Então isso é um processo que leva a esse processo maior. Esse próprio processo em si da luta leva ao entendimento dos trabalhadores que o problema vai além disso, porque nunca esse modelo, que é gerado pra ter lucro, pra sugar o trabalho das pessoas, se ele é baseado no lucro, ele nunca vai ser humano, não vamos esperar nem acreditar que ele consiga ser humano. [...] A necessidade imediata, a partir dela, partindo para denúncias mais aprofundadas sobre o modelo e críticas mais contundentes às empresas. Então o processo em si, ele vai criando essas condições, ele trabalha as duas coisas juntas, uma não separa da outra porque aos poucos, a partir do processo de luta, os trabalhadores vão buscando outras coisas. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)

E já tinha trabalhador avançando pra discutir... a empresa ameaçava que ia embora, que daquele jeito não tinha condições, e tinha uns trabalhadores já dizendo: 'Então vá embora, que a gente vai ficar com a terra pra gente'. Então, automaticamente, naquele processo se criava discussões da reforma agrária, por exemplo. Durante o processo. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)

Situado nesse processo de amadurecimento, foi com muita clareza e profundidade que os trabalhadores elaboraram um documento onde narraram as condições de trabalho vividas na empresa, sob seus mais diversos matizes:

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DENÚNCIAS ACERCA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NOS CAMPOS DA DEL MONTE NA CHAPADA DO APODI

Nós trabalhadores da Del Monte relatamos a situação abaixo:

1. Os “refeitórios” comportam no máximo 20 pessoas, sendo que alguns não têm bebedouros;
2. Há bebedouros sem filtros, com tampa aberta, exposto ao veneno;  
Obs.: Os filtros não são trocados de acordo com as normas.
3. Os banheiros não têm higienização: não são lavados, não há água e não há produto de higienização para as mãos;
4. Há registro de vários casos de reutilização de EPI's ( Equipamento de Proteção Individual);
5. A orientação é que os equipamentos entregues aos trabalhadores (botas, máscaras, luvas, protetor auricular, garrafa, etc.) devem durar um ano. No caso do material ficar impossibilitado para uso, o trabalhador é quem paga (desconto em folha);

6. A falta de manutenção das máquinas (ausência de lâmpadas) pode resultar em acidente, pondo em risco o trabalhador;

7. No caso de falta, o trabalhador é punido severamente: quando chega a 3 faltas recebe uma suspensão e com 3 suspensões o trabalhador é demitido por justa causa.

Obs.: 1 Às vezes com apenas 1 ou 2 faltas o trabalhador, sem receber qualquer advertência oral ou escrita, é suspenso;

Obs.: 2 Com a falta se perde a quinzena e desconta várias vezes ( na quinzena, nas férias e nas contas);

8. Quanto aos atestados:

Há um estranho comportamento padrão entre os médicos do serviço público: quando eles averiguam que o paciente é trabalhador da Del Monte não querem emitir atestado;

9. O atendimento médico na empresa é deficiente. São apenas 08 fichas e a prioridade é para os demitidos e admitidos. Quando o trabalhador encontra-se doente e não há vaga para atendimento na empresa, ele é mandado embora para procurar outro serviço de saúde. Ocorre que o trabalhador não recebe assistência da empresa para deslocar-se e como é proibido de pegar carona, fica aguardando embaixo das árvores até a hora do ônibus retornar. Grave também é o fato que esse dia o trabalhador já perdeu, pois ao procurar outro serviço médico no dia seguinte, o atestado não é emitido com data retroativa, ficando portanto, o trabalhador no prejuízo.

10. Pulverização: ocorre fora dos padrões e normas técnicas apresentadas pelo fabricante do produto.

Obs.: 1 a aplicação do veneno com o “spray boom” é realizada com a presença de trabalhadores no campo. Há rótulos de veneno que estabelecem um período de até 15 dias de afastamento do local onde foi aplicado.

Obs.: 2 Há um contato direto dos trabalhadores com o veneno (especialmente os trabalhadores da arranca de muda, plantio, chapeamento e outros). Muitas vezes as mudas ainda estão respingando veneno e os trabalhadores têm que realizar a manipulação.

Obs.: 3 Quando ocorre a retirada do veneno das fossas químicas o mesmo é jogado nas ruas da fazenda da Del Monte;

Obs.: 4 Os tratores da aplicação ficam estacionados próximo aos refeitórios;

Obs.: 5 Próximo ao refeitório ficam também sacos de enxofres;

11. Alimentação:

Não há horário para o café da manhã e como os trabalhadores saem de casa nas primeiras horas da madrugada têm que esperar até as 11 horas para realizar a primeira refeição;

A alimentação é preparada em casa, ainda na noite anterior ou no início da madrugada. Em razão do longo período para o almoço e devido a exposição das marmitas ao sol, muitas vezes a comida estraga e o trabalhador não fica com fome porque os companheiros repartem entre si.

À exceção da modernidade dos riscos implicados nas denúncias envolvendo agrotóxicos, não fosse contextualizado, o documento acima copiado poderia, bem como a pauta de reivindicações, ser facilmente atribuído às condições insalubres de trabalho nas fábricas do século XIX.

Estopim de uma classe que há muito tempo vinha sofrendo (o)pressão, a greve pôde lançar todas as vozes, enunciar todas as dores, servir, então, como o grande momento de denúncia, em que cada espaço público seria ocupado pelas discussões que os trabalhadores fomentavam a partir de seus exemplos, suas falas e sua mobilização.

Quando a gente chegou no primeiro momento eles (grevistas) viram o carro da Cáritas e eles começaram...eram cinco, dez, quinze falando, era todo mundo falando, você podia colher vinte historias ali e eles diziam das angustias coletivas, individuais, dos problemas. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

A (nome suprimido) da Cáritas fez o contato com as emissoras [...] e disse: 'A gente tem que ir [...] pra emissora de rádio, a gente tem que apresentar pra sociedade do Vale do Jaguaribe o que está acontecendo aqui na chapada e porque que vocês estão em greve'. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Nós deliberamos que os trabalhadores iriam falar (na rádio), [...] porque uma coisa é você falar com quem está apoiando (a greve), outra coisa é você ouvir a fala de quem está ali sofrendo no dia a dia da empresa, isso tinha um significado muito maior. A gente viu que a nossa fala não tinha muita importância não, importante era as pessoas ouvirem o que eles (grevistas) tinham pra dizer. [...] Quando a gente saiu de lá, os trabalhadores que ficaram diziam assim: 'fala do transporte! fala não sei de quê!'. Era a gente saindo e os gritos acompanhando, você tinha a sensação que estava numa senzala, todos prisioneiros, todo mundo querendo soltar a voz, dizer, denunciar o que estava acontecendo ali. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

### 12.3. A greve espontânea e pacífica

A vinda de grandes empresas para o Nordeste, dá-se por uma série de fatores que funcionam como atrativos locacionais, entre os quais podemos situar a grande oferta de mão-de-obra, atrelada, qual brinde, a um histórico pouco significativo de movimentação sindical. Assim, existe muita gente precisando trabalhar por muito pouco, representadas por sindicatos fragilizados ou corrompidos que não correspondem à força necessária para protagonizar a luta desigual por conquistas de direitos para os trabalhadores.

A gente precisa até entender como é que foi a construção desse sindicato dos trabalhadores rurais aqui no Vale do Jaguaribe, porque eles nascem por volta do ano de 1963 e eles não têm uma vinculação com os sindicatos mais aguerridos, aquele ideal das ligas camponesas. Eles estão aqui sobre a tutoria da Igreja católica dos círculos operários. Então, a fundação dos sindicatos aqui tem uma orientação não classista de harmonia. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

O objetivo maior de harmonia e conciliação proposta pelo sindicato, em detrimento ao de enfrentamento dos conflitos com as empresas, repercute na sua percepção pelos trabalhadores como um espaço amorfo, onde não são encampadas aguerridamente as reivindicações que a ele são levadas.

A ausência do sindicato, a forma como os trabalhadores apresentam. Eles se queixam demais do sindicato, que o sindicato está só interessado na contribuição sindical, que o sindicato não está preocupado, porque eles dizem que várias vezes vão lá e apresentam as denúncias e elas não são feitas. (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte - CONLUTAS)

O sindicato dos trabalhadores rurais [...] era como se fosse o balcão do INSS, ele só servia pra encaminhar os trabalhador pra receber auxílio-doença, aposentadoria, mas ele não encaminhava verdadeiramente a luta dos trabalhadores rurais. Por outro lado, o sindicato se queixa de que convoca as assembléias e os trabalhadores não aparecem. [...] Por que é que os trabalhadores não aparecem? Ora, os trabalhadores também estão cansados de apresentarem suas denúncias e não verem elas sendo encaminhadas. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

O processo histórico vivenciado durante a greve da Del Monte, explicita esse aspecto da vulnerabilidade imposta à população do Baixo Jaguaribe. Em assembléia realizada no domingo, dia 03 de agosto de 2008, na sede do sindicato dos trabalhadores rurais, os trabalhadores expuseram a decisão de paralisar as atividades no dia seguinte, insistente às indicações do sindicato de que seria necessário um prazo maior “de 24 horas ou de 48 horas, porque teria que comunicar a empresa e tal pra seguir os trâmites da lei, tudo direitinho, pro sindicato não ser penalizado” (Professora de História do Ensino Público Municipal).

A atitude receosa do sindicato em acolher a urgência dos trabalhadores não impediu, entretanto, a realização da greve. Da idéia que a concebera até a decisão que a encerraria encarregaram-se os próprios trabalhadores, articulados entre si sem a interferência da entidade representativa. “Eles (trabalhadores) não foram lá pedir a autorização do sindicato, eles foram lá e disseram pro sindicato que na segunda-feira eles não iriam trabalhar” (Professora de História do Ensino Público Municipal).

E, de fato, no dia seguinte, a greve fora deflagrada, após oito anos de funcionamento da empresa no Ceará, sem o protagonismo devido do sindicato, mas provocada pelos trabalhadores do setor da empacotadeira,

porque era o setor que se sentia mais prejudicado na questão da alimentação. Eles trabalhavam lá na câmara fria, daí quando eles saíam pra almoçar, eles não tinham um lugar adequado para guardar a sua alimentação, mediante essa temperatura que você tá vendo aí, quase 40 graus, essa comida estava totalmente estragada. Ela saíam de dentro de uma câmara de resfriamento para pegar a sua alimentação estragada e quente. Então eles se achavam o maior prejudicado. Aí, se sentindo mal, os 140 trabalhadores da empacotadeira criaram a coragem, e até hoje eu louvo essa coragem deles, de no dia 4 de agosto [...] fazer uma parada que eles chamaram de greve. (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte)

Aos 140 trabalhadores da empacotadeira, foram-se juntando os demais, “cada dia mais adesão, de um dia pro outro ia aumentando, aumentando” (Diretor do Sindicato dos

Servidores Públicos de Limoeiro do Norte - CONLUTAS).



Figura 33: Trabalhadores em greve, 2008.  
Fonte: Acervo da Pesquisa.

Subimos a chapada na quarta-feira, dia 06, [...] já estavam paralisados os setores: empacotadeira, chapeamento, preparo de solo, controle de qualidade, o pessoal do curado, [...] os tratoristas, o pessoal da aplicação, o pessoal do plantil... 669 trabalhadores em greve na quarta-feira! No dia seguinte, todos os trabalhadores já estavam em greve! (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Nessa época, a empresa tinha 1700 trabalhadores. (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte)

A inegável justeza das reivindicações contagiavam os trabalhadores, de forma que

as pessoas que estavam lá não precisavam ser convencidas. Os trabalhadores não precisavam ser convencidos, não teve a história de piquete, [...] chegou um ponto que se viu um reconhecimento geral entre os trabalhadores, [...] de forma que, na quinta-feira, não havia um único trabalhador que tivesse indo de ônibus, pois, a partir de quarta-feira já estava tudo paralisado. (Professora de História do Ensino Público Municipal)



Figura 34: Trabalhadores em greve, acampados em frente à empresa Del Monte, 2008.  
Fonte: Acervo da Pesquisa.

Esses 1700 trabalhadores organizaram-se de forma autônoma e independente. Compunham um grupo em que a participação sobrepujava a representação, em que os rumos não eram estabelecidos por uma entidade, um comando de greve ou lideranças individuais, mas decididos passo-a-passo pela coletividade.

Foi uma greve de centenas de lideranças. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Eu não sei nem se...eu acho que eles ouviram essa história de comando de greve mesmo foi com a gente. Chegando lá: 'quem é o comando de greve?', de repente formavam aqui uma comissão, aí depois formavam uma outra comissão. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Suas estratégias de organização, a par do ineditismo, surpreenderam os que participaram da movimentação. A partir da compreensão de que era estratégico a agilizar as negociações, bloquearam e vigiaram os portões da fazenda, impedindo que de lá saíssem para o porto os containers carregados de abacaxi, destinados à exportação.



Figura 35: Container da empresa Del Monte carregado de abacaxis, 2008.

Fonte: Acervo da Pesquisa.

Eu não lembro nem o nome que a gente botou nesse recanto que era tão escondido, era o lugar que a gente tinha mais medo mesmo, mas os trabalhadores precisavam ficar por lá, que era pra impedir a saída dos containers. Aí eram três lugares de fiscalização, lá de frente, aí tinha esse mais escondido e tinha o outro mesmo assim na estrada, só uma entradinha, mas que era outro espaço que poderia sair carga por lá. Então, nas três bocas que poderiam sair os containers, os trabalhadores fizeram umas comissões. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Esses trabalhadores fizeram uma greve que eu nunca tinha visto, eu já vi varias greves nesse país, no Estado, mas o nível de organização e disposição daquele povo, sem ter estrutura, sem nunca ter participado de uma greve, eles fechavam todas, porque a Chapada, lá em cima, você vê que são várias veredas [...] e nessa greve eles fecharam tudo isso. Faziam, quebravam as lenhas, cercavam e colocavam essas cercas e fechavam tudo. Era um nível de organização, parecia assim urbana, sabe, muito bem organizado. Foi maravilhoso, um momento assim que, pra quem

vivenciou, é histórico demais. (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte - CONLUTAS)

As estratégias dos trabalhadores, além de criativas, foram, ainda, totalmente pacíficas. Acampados em barracas armadas em frente ao portão central da empresa, os trabalhadores organizaram uma greve que

teve uma característica de resistência, mas pacífica, [...] a pressão era pra que se atendessem a pauta. Então, até então houve uma tentativa de ignorar, de matar no cansaço, então não houve nada desse processo, foi pacífico. Se manteve em cima só de um acampamento de resistência. Agora, eles também se organizaram e não deixaram sair, se não me engano, alguns containers que tinham frutas pra embarcar. Foi uma forma que eles acharam de tentar forçar a negociação mais rápida. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)

À solidariedade entre os trabalhadores da própria empresa, agregaram-se outras manifestações de apoio, tecidas entre os mais variados atores sociais. Trabalhadores das demais empresas do agronegócio, movimentos e entidades sociais, sociedade civil em geral, diversos foram os sujeitos que, sensibilizados com a realidade exposta pelos grevistas da Del Monte, de alguma forma contribuíram com suas lutas.

#### **12.4. A greve enquanto construção da solidariedade**

As pessoas ficavam horrorizadas como os trabalhadores suportavam aquele nível de exploração, de humilhação, sendo subjugados até aquele ponto, porque os relatos eram terríveis. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

A solidariedade construída a partir da repercussão da paralisação das atividades na Del Monte, bem como dos motivos que a ensejavam, refletiu-se em vários formatos e tempos. A própria organização da movimentação, em si, já é sua primeira materialização.

Se aos trabalhadores couberam a iniciativa da greve, sua manutenção, eles logo compreenderam, demandava a articulação com outros sujeitos. A inexperiência e a magnitude do enfrentamento exigiam que fosse estabelecida uma rede de entidades e movimentos sociais que contribuíssem na organização do aparato estrutural e político que uma greve exige, composta, principalmente, pela Cáritas, MST, Via Campesina e CONLUTAS.

A gente pensava que tava só, mas no segundo dia em diante tinha lá tudo que era

organização ajudando ou tentando ajudar a gente. (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte)

A multiplicidade de colaboradores, entretanto, assumiu seu papel sem subtrair o dos trabalhadores de dar sempre as diretrizes e direcionamentos da mobilização:

Não houve nada, não teve o planejamento da estrutura. Foi a partir da necessidade, realmente. [...] Foi de forma não organizada diretamente por nenhum movimento, nem o sindicato e nenhum movimento. Não foi nenhum movimento social que foi lá com as suas lideranças organizar, não foi nem a direção sindical. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)

As divergências entre caráter e práxis de cada apoiador faziam-se suplantar pelo objetivo comum de fortalecer as experiências de resistência aos impactos do agronegócio, entre as quais a greve situava-se com maestria.

Sem dúvida, esse é um dos maiores desafios: unificar. Porque todos, no fundo, cada um com sua problemática, mas todos são iguais. [...] Teve um momento que teve dificuldades, né, mas depois todos sentaram, discutiram e viram que todos tinham que apoiar os trabalhadores. Teve contradições, mas o fundamental era que era o papel da Via Campesina, era o papel do movimento sindical apoiar a luta concreta daquele sofrimento que estava acontecendo ali. Era necessário, obrigatório inclusive, todo mundo apoiar. Então o movimento social fez sua parte naquele processo e faz, a Via Campesina compôs uma parte importante nesse processo novo e o movimento sindical também com o seu processo, cada um da sua forma. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)

O próprio sindicato dos trabalhadores rurais foi exigido, pelos trabalhadores grevistas, a participar dessa rede de colaboração:

Essa greve não foi uma greve [...] puxada pelo sindicato. O sindicato não organizou essa greve, não foi ele quem coordenou a greve. O sindicato foi – como é que a gente diz? - ele foi arrebatado, sim, porque os trabalhadores obrigaram. (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte - CONLUTAS)

Porque cada um trabalhador contribui, se não me engano, com 7 reais por mês para o sindicato. Então, eles (trabalhadores) exigiram que (o sindicato) retribuísse esse recurso, que servisse para o sindicato ajudar e financiar a greve. Então, teve esse apoio, mas houve uma certa pressão da base para isso. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)

Agora, está claro que o sindicato, se não fosse pela maré, pela tsunami provocada pelos trabalhadores, eles não teriam de forma alguma adentrado nesse movimento. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Participação, aliás, que exerceu um papel fundamental no financiamento das atividades de mobilização:

É o que eu estava dizendo... até hoje eu elogio esses 140 trabalhadores, que tiveram

essa coragem, que acreditaram, não sei se no sindicato, não sei se em Deus. E, graças a Deus, o sindicato deu assistência, não sei se a necessária, mas a que podia dar. Nós sustentamos e o sindicato foi até o dia 15. Foram 11 dias de greve e nós sustentamos lá com alimentação, água, transporte. (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte)

A estratégia principal dos trabalhadores grevistas de acamparem, durante todos os dias da paralisação, em frente aos portões da empresa, só foi possível graças aos recursos disponibilizados pelo sindicato para garantir a alimentação e toda a estrutura física necessária aos trabalhadores.



Figura 36: Grevistas em alimentação durante a greve, 2008.

Fonte: Acervo da Pesquisa.

Numa análise que comporte as contradições oferecidas pela realidade, a valorização do apoio logístico fornecido pelo sindicato seguiu-se da avaliação negativa de que o mesmo não comungou da responsabilidade em fornecer apoio político aos trabalhadores grevistas, aspecto que também deveria ter sido de sua incumbência, se, ao menos, “ele tivesse compreensão histórica da greve” (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte – CONLUTAS).

O papel do sindicato no sentido das negociações foi e é fundamental, lógico, né, no sentido da negociação ele é importante. Mas houve dificuldades na compreensão e na participação maior dele no apoio à própria mobilização em si, a própria forma em si da mobilização. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)

Também, assim, a ausência do sindicato da direção do processo, quer dizer, o sindicato é que deveria estar a frente do processo. A categoria estava, mas o sindicato não estava.[...] Acho que o sindicato dos trabalhadores rurais de Limoeiro nunca passaram pela experiência de conduzir um processo grevista, acho não, tenho certeza, né? Então assim, acho que eles nem tinham as pessoas, os quadros mesmo, pra dizer: 'vamos, vai ficar diretores tais lá na coordenação, no encaminhamento,

enquanto outros diretores vão pra Fortaleza'. Acho que não tinha essa articulação, de forma que era, vamos dizer assim, oficialmente o sindicato respondia no plano jurídico pelas questões e no campo da luta estavam lá os trabalhadores de peito aberto, sem a proteção da instituição do sindicato, está entendendo? Era mais ou menos assim que funcionava. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Tem o setor da igreja, tem o MST lá, tem o MAB, tem nós (CONLUTAS), que é um setor muito minoritário, é o menor setor do movimento, tem a igreja, tem a Cáritas, tem outros sindicatos dos servidores que quando a gente chama está presente... agora assim, eu digo que o coração mesmo que era pra ser o mais importante era o sindicato rural. [...] Por isso que eu acho que tem que reconquistar (o sindicato) pra que os trabalhadores percebam que aqui é a casa deles. (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte - CONLUTAS)

Os representantes do sindicato defendem-se das acusações de pouca representatividade dos interesses dos trabalhadores, alegando que o problema enfrentado pela entidade é o da desigualdade de poder nas relações travadas com as empresas: “Porque era a gente que fazia a representatividade e até eu acho que a gente representava os trabalhadores ou representa os trabalhadores. A questão é o poder. O poder dos empresários é muito grande, né?” (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte).

Finda que, diante das dificuldades encontradas nos processos de negociação e da falta de articulação junto à base dos trabalhadores de estratégias coletivas de enfrentamento que contrabalanceassem as relações de força, seja por inexperiência ou por opção política, o sindicato pauta-se por pequenos avanços, conquistados na medida das concessões oferecidas pelas empresas:

E aí a gente encontra, a gente como representante do trabalhador e nós somos trabalhadores também, a gente encontra muita dificuldade de dialogar com essas pessoas (empresários) sentados numa mesa lá em Fortaleza, lá na DRT que hoje é SDT, né? E a gente encontrava muita dificuldade e mesmo assim, toda vida que a gente pedia pelo trabalhador para eles era um castigo, toda vida tinha uma desculpa, mas a gente enfrentou. Por 7 anos a gente está enfrentando eles. [...] E ainda tem trabalhador que reclama e muitos têm razão, porque a gente não resolve tudo. Não vou dizer que a gente resolve tudo, a gente resolve alguma coisa e outra coisa é a distância. Se acontece uma causa lá e o trabalhador vier pra cá (pra sede do sindicato), ele já está se prejudicando, porque se acontecer hoje e ele vier amanhã já é um dia perdido de trabalho. Condição da gente estar lá diretamente a gente ainda não encontrou, mas qualquer coisa a gente, a gente senta, agente conversa, a gente negocia alguns pequenos negócios que acontecem, que antes a gente não tinha condição de fazer isso. (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte)

Para além das entidades e movimentos que participaram da organização da greve, a solidariedade construída a partir das denúncias dos grevistas alçou vôo, atingindo também os trabalhadores de outras empresas do agronegócio que, embora não houvessem paralisado suas atividades, em muitos aspectos consideravam-se contemplados na narrativa sobre o cotidiano

de trabalho.

Houve um episódio de tentativa de repressão à greve, quando tal solidariedade manifestou-se de forma muito nítida. Paralisada a produção de abacaxi, em virtude da greve, a Del Monte encaminhou um ônibus lotado de trabalhadores de outra fazenda sua, produtora de melão, localizada em município vizinho ao da fazenda paralisada, para ocupar os postos de trabalho vazios deixados pelos grevistas.

Acompanhando o ônibus, policiais encapuzados estavam preparados para responder com violência a qualquer tentativa de impedir a passagem daquele pelos portões da fazenda.

Enquanto a maioria dos grevistas sentavam-se no chão, para bloquear a entrada do ônibus, alguns dirigiram-se aos trabalhadores que o ocupavam:

E aí esses trabalhadores que não tinham vocabulário, esse vocabulário que se trabalha com os partidos de esquerda, 'companheiro' e tal. Você não via antes esses trabalhadores se reportarem assim antes, mas eles estavam chamando os outros de 'companheiro' e isso foi uma lição muito grande pra gente. [...] Aí Fulano entrou no ônibus e disse nesse momento: ', nós estamos em greve, nós aqui do abacaxi, porque a situação é essa!' Ai disse: 'No dia que vocês do melão precisarem da nossa ajuda nós também vamos lá. Não vamos lá ocupar o lugar de vocês, se vocês paralisarem não.' Então, os trabalhadores que vinham da fazenda do melão disseram ao motorista que ele poderia voltar, porque eles não trabalhariam no lugar deles. E aí os policiais sentaram e os policiais não conseguiram retirá-los do local, não bateram, amassaram, amassaram, mas eles não se levantaram e disseram que se a policia quisesse poderia bater, mas estariam batendo em homens e ficaram lá sentados. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Mesmo quem não era trabalhador rural não conseguiu ficar imune à realidade exposta pelos grevistas. “A sociedade via como legítima a greve, porque ela sabia que os trabalhadores sofriam de maus tratos mesmo lá dentro, de condições insalubres de trabalho. E foi positivo, a sociedade apoiava os trabalhadores” (Integrante da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte).

Vários foram os locais e as situações em que a sociedade civil de Limoeiro prestou solidariedade aos grevistas:

Na igreja quando se falava que ia se fazer oferta pros trabalhadores, a comunidade respondia bem. No rádio, os trabalhadores participaram de programas no rádio falando do por quê da greve e a comunidade participava, respaldando, falando que eles estavam certo. (Integrante da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte)

Vou te dar um exemplo de uma coisa que aconteceu: os trabalhadores estavam querendo lá na Del Monte colocar uma pedra na entrada da empresa e não tinha quem conseguisse arrastar aquela pedra, não dava pra arrastar uma pedra daquelas. Um cara vinha com a caçamba, ele parou e disse: 'É a pedra que vocês querem empurrar, né?' Ele amarrou aquela pedra num cabo de aço e puxou esta pedra nesse

carro. Isso era uma demonstração de solidariedade muito grande, ele disse assim: 'Olhe, se for pra ajudar vocês, que eu sei que essa empresa tira o sangue'. (Professora de História do Ensino Público Municipal)



Figura 37: Grevistas obstruindo a entrada da empresa, 2008.  
Fonte: Acervo da Pesquisa.

Então eu fui à sala de aula e disse pro meninos que eu estava indo pra chapada e que se alguém quisesse manifestar o apoio, podia ser a turma mesmo, fizesse uma nota [...] e mandasse pra emissora de radio [...] e eles fizeram isso. Aí os estudantes da outra escola fizeram também, e da outra escola, aí saíram as notas: 'os estudantes do 2º ano apresentam uma nota de apoio aos trabalhadores da Del Monte, que a greve é justa por isso, por isso'. Notinhas curtinhas, mas estava bom. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Ia muito gente visitar, sabe, das igrejas, padres, a paróquia de Tabuleiro [...] depois o bispo, numa celebração, no dia 15 de agosto, também fez uma fala que foi divulgada na imprensa, no jornal Diário do Nordeste, gerou assim quase uma comoção. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

De vez em quando chegavam pessoas vindo com combustível, sabe? As comidas foram muitas pessoas que deram, muitas pessoas mandaram alimentação, sindicato de Limoeiro, sindicato dos servidores, pessoal da Cáritas, o pessoal das igrejas, as escolas, até dinheiro chegou assim pra comprar combustível, porque tinha o esquema que só dava pra fechar um certo caminho se fosse de moto. (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte - CONLUTAS)

E a gente teve uma participação muito boa da escola do km 60. A diretora abriu a porta da escola pra gente fazer as comidas lá, cozinhar feijão, arroz, fazer as comidas e levar para os trabalhadores nos panelões. Eles mesmo ajudaram a cozinhar, a diretora ajudou a cozinhar um dia, no dia que a gente estava mais aperriado, os trabalhadores estavam com muita fome, então ela mesmo foi ajudar, os trabalhadores ajudavam, ajudavam a distribuir. Então foi um trabalho coletivo, um mutirão muito interessante.. (Integrante da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte)

A total adesão ao movimento pode ser explicada pelo que Thompson (1995) indicou como o movimento de construção do consenso da comunidade. Ele anota haver, em quase toda a ação de massa do século XVIII, alguma noção legitimadora, salientando: “com o

conceito de legitimação quero dizer que os homens e as mulheres da multidão acreditavam estar defendendo direitos ou costumes tradicionais e que se encontravam apoiados pelo consenso da comunidade.”

A construção desse consenso dava-se em disputa às opiniões contrárias à greve, difundidas, principalmente, nos meios de comunicação de massa, que estavam à disposição dos interesses dos grandes empresários. Em matéria veiculada, por exemplo, em jornal de circulação estadual, a Del Monte foi apresentada sob suas cifras produtivas e empregatícias, ameaçadas pelos trabalhadores grevistas:

Maiores produtora e exportadora de frutas do mundo e uma das grandes empresas da fruticultura no Brasil, a multinacional Delmonte — que produz em 105 países — poderá trocar o Ceará por outro Estado, e até mesmo sair do Brasil, se persistirem as ameaças do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, da Via Campesina, da CUT, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte e da Colutas, cujos militantes fecharam e mantêm fechada, desde a última sexta-feira, a estrada de acesso aos seus campos de produção no município de Quixeré, no Leste cearense. Dezenas de caminhões carregados de melões e abacaxis estão impedidos de sair da fazenda para o Porto do Pecém. Por isto, a Delmonte — que já enfrenta problemas com o dólar baixo — teve novo prejuízo porque perdeu o navio que, semanalmente, transporta para a Europa não só a sua produção de frutas, mas também a de outros produtores cearenses. Os trabalhadores alegam que a Delmonte não tem cumprido a legislação trabalhista brasileira, razão pela qual, depois de frustradas todas as tentativas de entendimento, decidiram por fechar a “estrada do melão”, impedindo a exportação das frutas da Delmonte. Uma fonte do agronegócio cearense disse a este blog que, por causa de instabilidades sociais desse tipo, a Delmonte fechou recentemente seus campos de produção no México. A Delmonte emprega no Ceará 3.500 pessoas.<sup>19</sup>

Mais uma vez, segundo esse tipo de entendimento, as reivindicações sociais deveriam submeter-se à chantagem locacional propagada pela mobilidade do capital empresário.

A nível local, as emissoras de rádio da região, cumpriam um papel dúbio, em que, por um lado, aproveitavam-se da divulgação da greve pela audiência que o assunto provocava nos ouvintes, mas, por outro, deturpavam-na e combatiam-na através do posicionamento ideológico de seus locutores:

A emissora de rádio daqui [...] o fato é que eu fui lá pra botar uma nota [...] nós conseguimos botar a nota e ele deixou de graça, viu? Não precisou pagar a nota e depois ele usou o microfone e passou não sei quanto tempo falando contra a greve, contra o apoio que estava sendo dado, falando dos benefícios que a Del Monte trazia pra região, era num sei quantos mil empregos e tal e tal. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

<sup>19</sup> Fonte: “MST fecha estrada no Ceará e impede exportação de frutas da Delmonte”. Disponível em <>. Acesso em 15 set 2010.

## 12.5. Legalidade x Legitimidade

“Nunca lestes o que fez Davi quando teve fome, ele e o que com eles estavam? Como entrou na casa de Deus e tomou os pães da proposição e os comeu, e deu também aos que estavam com ele, os quais não é lícito comer senão só aos sacerdotes?” (Lucas 6, 3-4)

Mas você sabe que para organizar uma greve tem um problema legislativo. (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte)

O “problema legislativo” a que se refere o representante do sindicato são as exigências legais que norteiam o exercício do direito de greve que, no caso, não haviam sido atendidas. A urgência e espontaneidade que marcaram sua deflagração não considerou

que se precisava de uma preparação de pelo menos 48 horas antes. Para quê? Para comunicar a instituição representativa, nesse caso o sindicato, para que essa instituição ou seu sindicato faça uma notificação e oficialize a empresa que os trabalhadores estão parando por motivo disso e isso e aquilo. (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte)

A ilegalidade da greve, anunciada a partir da desconsideração desse requisito, formou-se como o principal argumento dos que buscavam desmoralizá-la e desmobilizá-la.

E, na medida em que esse argumento era enunciado por aqueles que dispunham do “uso competente da língua”, como pelo desembargador que, em sede do dissídio coletivo ajuizado pela Del Monte, acatara a este argumento para determinar liminarmente a sustação do movimento paredista, a adjetivação de “ilegal” para a greve fortalecia-se.

Ai eu não lembro se na quarta-feira mesmo ou se foi na quinta que o sindicato já estava recebendo uma notificação de que a greve era ilegal porque não havia percorrido aqueles caminhos apresentados pela legislação.. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

A posição inicial do Judiciário reflete o padrão em que o direito, no plano da decidibilidade dos conflitos, instaura um processo de formalização dos conflitos sociais reais, em que eles tornam-se sempre decidíveis através de uma linguagem própria, fetichizada, onde o jurista desenvolve uma espécie de “imunidade contra a realidade”.

A fetichização do direito se apóia no que Barthes (1975) chama de esteriótipo

linguístico. As noções estereotipadas têm uma carga valorativa tão forte, que sua mera enunciação é capaz de motivar comportamentos e determinar opiniões.

O esteriótipo é a palavra repetida, fora de qualquer magia, de qualquer entusiasmo, como se fosse natural, como se essa palavra que retorna fosse sempre milagrosamente adequada por razões diferentes, como se o imitar pudesse deixar de ser sentido como uma imitação: palavra sem cerimônia, que pretende a consistência e ignora a sua própria insistência. (FULANO, ano, p)

Assim atuam as noções: “liberdade”, “igualdade”, “legalidade”, “legitimidade”, “bem comum”, “segurança jurídica”, “bem-estar social”, etc. Ditos pela pessoa certa e no contexto adequado, os esteriótipos servem à funcionalização do poder de violência simbólica. Assim, a ilegalidade da greve, pronunciada pela força aparentemente neutra e igualitária do Estado, constituiu-se em uma das forças maiores de repressão ao movimento, chegando, inclusive a ser internalizada pelos trabalhadores grevistas:

A idéia da ilegalidade era quase criminalizando eles (grevistas), parecia que os caras eram criminosos. 'Vocês estão ilegais', sendo que 'ilegal' já pesa pro trabalhador rural. Essa palavra 'ilegal', ela mexe com todo mundo [...] aí essa idéia foi introjetando. (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte - CONLUTAS)

E a empresa correu logo para Fortaleza para ir a procuradoria dizer que a greve era ilegal. Mas realmente é, né? Legalmente era ilegal. Mas a força e poder da união prevalece muito, né, você sabe disso. E nós fomos lá só se defender. (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte)

Apesar, entretanto, da decisão proferida pelo justiça, e da força simbólica que a decretação de ilegalidade exercia sobre os próprios trabalhadores, a greve manteve-se, alicerçada em outro conceito, desta feita conquistado pelos trabalhadores, que contrapunha-se ao da legalidade e a ela sobressaía: o da legitimidade de suas reivindicações.

Porque primeiro a justiça considerou a greve ilegal, eu me lembro disso, mas mesmo assim os trabalhadores não consideraram ilegal e os movimentos também apoiaram, disseram 'não é ilegal'. Enfim, então teve todo esse desenrolar. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)

Entrevistador: E o que fez os trabalhadores julgarem que a greve não era ilegal?

Entrevistado: A sua própria necessidade, porque eles entenderam naquele momento, talvez por essas negociações coletivas, as convenções, não darem resultado, que ilegal era essa de forma de negociação. Na nossa imaginação podemos até afirmar isso, porque então eles consideraram ilegais as injustiças e as promessas não cumpridas talvez. Então eles permaneceram no seu processo de luta, então para eles era legítimo aquilo dali, que de fato era e é. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)

Porque apesar da greve ser dita como ilegal, ela era legítima, porque estava tendo ali

violações à lei trabalhista, fosse do ponto de vista do salário, que estava pequeno, da falta de condições sanitárias, do respeito ao trabalhador, do uso de EPIs, então, eram várias questões que os trabalhadores estavam levantando ali que tornava a greve legítima, embora que, pelo grau de instrução dos trabalhadores, eles não tivessem consciência dos passos a serem dados legalmente para uma greve. (Integrante da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte)

O exercício do direito de resistência pelos trabalhadores culminou na elaboração do documento de exposição de motivos, anteriormente colacionado, que, apresentado ao Judiciário na audiência de conciliação promovida no dia 08 de agosto, acarretou no posicionamento do desembargador de que “precisava de alguns dias pra avaliar melhor a greve” (Integrante da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte).

O fato é que a justiça não se manifestou. Não se manifestou por quê? Porque o sindicato não levava muitos argumentos. Porque, de fato, a empresa não tinha recebido nenhum comunicado prévio e tal, mas a procuradora estava lá com uma exposição de motivos que era estarrecedora, está entendendo? [...] Então, o fato é a justiça não se manifestou e disse que depois, na semana seguinte, era que ela ia se manifestar e tal [...] Bom, isso na sexta-feira. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Marcada uma assembléia geral no sábado, dia 09 de agosto, para que o sindicato repassasse as notícias da audiência realizada no dia anterior em Fortaleza, comunicou-se aos grevistas que a justiça “ia aguardar ainda a empresa fornecer maiores informações, dizer como estava o atendimento das reivindicações dos trabalhadores, o que podia atender e tal. Ainda ia se manifestar depois” (Professora de História do Ensino Público Municipal).

Cansados, após cinco dias e cinco noites de acampamento nos portões da fazenda, os trabalhadores enfrentaram o momento crítico de chegada do fim de semana, em que, incentivados pelo sindicato a retornarem às suas residências, tiveram que enfrentar a escolha entre o descanso e a teimosia.

De forma que quando o sindicato apresentou a proposta, minha filha, foi um ai ai ai. [...] A proposta do sindicato era de que todo mundo voltasse pra casa pra passar o restante do sábado e do domingo em casa. Na segunda de manhã iria todo mundo lá, a greve continuaria. Na fala do presidente do sindicato, qual era o objetivo dele? Não era para acabar a greve, era apenas para reduzir os gastos que o sindicato estava tendo com a greve. Mas nós não víamos por aí, nós achávamos que os trabalhadores tinham de continuar lá, porque tinha uma questão estratégica importantíssima que era impedir as saídas dos containers. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

A proposta tensionou o espaço, que passou a dividir-se entre os trabalhadores que concordavam com a sugestão do sindicato e entravam no ônibus para regressarem às suas casas e os que resistiam a permanecerem acampados até a semana seguinte:

Esse rapaz subiu na pedra e disse: 'Eu não saio daqui!'. Olhe, qual é a importância de uma liderança, né? Um grito como esse pode levantar os outros. A partir do grito desse rapaz não se conseguiu em nenhum momento organizar a assembléia. Esses trabalhadores fizeram um círculo. E isso era a gente tentando: 'gente, vamos ouvir o que o sindicato tem a dizer, vocês escutam e aprovam ou não'. Mas quando eles perceberam o que o sindicato estava querendo, eles acharam que era absurdo, até porque eles sabiam que o sindicato todo mês recebia, de cada trabalhador, entre 7 a 9 reais, com a contribuição sindical e eles acusavam o sindicato de só receber dinheiro da contribuição e de não se incomodar com a situação deles. Eles não estavam preocupados com a economia que o sindicato poderia fazer com o almoço, com o lanche, com o jantar dos trabalhadores, de forma alguma. Eles viam o seguinte: que era estratégico manter os containers presos lá para forçar a negociação e eles estavam corretos. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

“Foi entre 50 e 80” (Professora de História do Ensino Público Municipal) trabalhadores que permaneceram acampados durante o fim de semana, “resistindo nos portões para não deixar nenhum container sair, porque era uma forma de resolver a situação mais rápido, [...] sem que eles pudessem sair para o porto pra exportação das frutas” (Integrante da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte).

Apesar duma posição inicial de ressentimento do sindicato, diante dos desentendimentos provocados pela exaltação do momento, ele acatou à exigência dos grevistas de continuar a financiar a alimentação dos que decidiram permanecer.

E aí depois disso o sindicato se afastou, né, disse que não ia dar mais nada, que ele já estava dando alimentação, deslocamento dos ônibus. Disse que não ia dar mais nada e etc. Mas fomos conversar com o representante do sindicato, colocamos a importância dos trabalhadores na empresa durante a greve e ele com a cabeça mais fria, entendeu e disse que não ia subir mais, mas dava apoio logístico, a alimentação e alguma ajuda para o deslocamento. Junto com a campanha que a diocese fez, então, a gente pôde alimentar as pessoas e arcar com o deslocamento delas, nos veículos delas de transporte, ajudar no abastecimento de motos para subir a chapada e revezarem as turmas dos portões. (Integrante da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte)

Na segunda-feira, dia 11 de agosto de 2008, muitos dos trabalhadores que haviam retornado às suas casas, subiram a chapada novamente e juntaram-se aos que lá haviam permanecido acampados, para acompanhar as tentativas de negociação que aconteceram naquele dia.

## **12.6. O “enrolar” da negociação**

Logo no dia 04 a gente tentou negociar com a empresa, a empresa se fez de dura, vê se eles fazem abertura. No dia 05, a gente tentou de novo, a empresa se comprometeu a partir da 17 horas começar a negociar, que ia falar com os chefes. Esse pessoal são muito multinacional, ninguém sabe o que são nem onde moram, né? Daí foram levando, vou falar aqui no linguajar do trabalhador, nesse enrolar. (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte)

Apenas no dia 11 os representantes da empresa dispuseram-se a sentar com os trabalhadores grevistas, na presença da FETRAECE, da Via Campesina, de representantes do governo do Estado e da secretaria do desenvolvimento agrário.



Figura 38: Representantes da empresa na mesa de negociação, 2008.

Fonte: Acervo da Pesquisa.

Anterior à tentativa de negociação formal, o advogado da empresa, acompanhado do seu diretor,

chegaram, desceram do carro e os trabalhadores cercaram esse carro. E eles ficavam lá, conversando com os trabalhadores, até que nós percebemos que um cara estava gravando, sabe? O outro cara que estava em silêncio estava gravando tudo. Aí a gente foi lá pra dizer que eles estavam ali justamente pra saber quem era o agitador da greve, para depois haver a retaliação, a perseguição. Aí ele (advogado) disse assim pra mim: 'Como é que a senhora já vem dizendo que nós vamos perseguir trabalhadores se a greve nem terminou, a senhora já vem acusando'. Aí eu disse: 'É porque é isso que vocês sabem fazer antes, durante e depois. É isso que vocês fazem e vocês fazem isso sempre. E você, meu caro, você não é diferente, esta empresa não é diferente, muito pelo contrário, vem é reforçar a idéia de que é uma crueldade extrema com os trabalhadores'. [...] Aí eu disse: 'Olhe, pessoal, todas essas perguntas que ele está fazendo aqui, ele está querendo saber quem é quem aqui porque nós não estamos aqui em nenhuma mesa de negociação, não está havendo aqui nenhuma rodada, o sindicato não está aqui'. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Formalizada a mesa de negociação, a mesma mostrou-se frustrada pela posição

hermética da empresa de que os grevistas deveriam voltar a trabalhar e aguardar a negociação coletiva, que aconteceria em setembro, momento em que suas reivindicações poderiam ser apresentadas à empresa, que decidiria pelas concessões possíveis.

A questão era mostrar pro governo do Estado que não estava nem no período deles fazerem greve, porque o período de negociação ainda iria chegar e quando chegasse esse período era que (os trabalhadores) levariam isso aí (suas reivindicações) e eles (empresários) poderiam acatar. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Não houve negociação porque o que era que os trabalhadores queriam, pelo menos como garantia pra greve parar? Seria a cesta básica. Esse foi o ponto crucial da greve e naquele momento não houve negociação nenhuma com a empresa. [...] A empresa não abriu mão de nada. (Integrante da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte)

O momento foi, ainda, aproveitado pela empresa para contabilizar aos presentes os gastos sofridos até então, em decorrência da paralisação. “Aí ele disse também do quanto a empresa já tinha perdido nesse período de greve” (Professora de História do Ensino Público Municipal).

Militantes mantêm fechada, desde a última sexta-feira, a via de acesso aos campos de produção, a conhecida estrada do Melão, no Leste cearense. Dezenas de caminhões carregados de melões e abacaxis estão impedidos de sair da fazenda para o Porto do Pecém. A multinacional, que produz em 150 países, assume prejuízos com a paralisação: “a greve, que já foi considerada ilegal, tem sido bastante prejudicial, já tivemos mais de 400 mil dólares em prejuízo”, afirmou Gerente Jurídico e relações institucionais da Del Monte, Newton Assunção.<sup>20</sup>

As cifras anunciadas, se por um lado, indicavam o quantum que vinha significando prejuízo, por outro, indicavam aos trabalhadores o quantum de riqueza que, produzido por eles, pela empresa era apropriado. Tornava-se, assim, inaceitável a escusa de que a empresa não suportaria os custos decorrentes da concessão de cesta básica aos seus trabalhadores.

A questão da paralisação que houve lá na semana passada, o gerente fez uma reunião com nós [...] e ele disse que a empresa teve um prejuízo de cinco milhões, aí nós pegamos e falamos: 'E o que ela ganha nas nossas custas aqui dentro, onde é que está? O que nós sacrificamos a nossa vida, aonde é que está?' Vão contar o prejuízo que ela teve agora, mas não vão olhar pelo sofrimento que nós passamos aqui todo dia. (Trabalhador rural 9)

A questão é só o problema que nós passamos lá, as humilhações que nós passamos nessas empresas, que quero dizer pra vocês aqui todos, ela lá está enricando a nossas custas. E quando chega lá, a fruta chega cem por cento, chega cem por cento lá, mas nem sabem eles como é que essa fruta é produzida aqui, através desses venenos valentes que são produzidos aqui dentro. A empresa hoje está pagando a questão

<sup>20</sup> Fonte: “Del Monte amarga prejuízos com greve”. Disponível em <>. Acesso em 15 set 2010.

dessa paralisação aí, como dizem eles, ela está pagando muito porque o navio deles viajou cedo porque não tinha abacaxi pra viajar, porque nós estávamos parados, sem colher, sem aplicações, sem fazer o plantio. Aí a questão é que nós falamos com o gerente, falamos assim pra ele: 'Por que é que vocês estão tendo esse prejuízo, meu amigo, por que é que você está tendo esse prejuízo hoje por causa de uma coisa tão fácil, por causa de um alimento que nós queremos, o alimento que nós queremos de vocês. A empresa está tendo um prejuízo de cinco milhões de dólares, mas vocês não vêem que nós estamos atrás somente de uma cesta, somente de nosso alimento?' Ele abaixa a cabeça e diz que não tem condições, aí a gente falou assim, falamos em voz alta: 'Pois que a empresa feche e vá embora, que ela não tenha um prejuízo de cinco mil não, mas tenha um prejuízo de dez mil, pra ela largar de ser tão miserável'. (Trabalhador rural 9)

Na reunião que nós participamos lá dentro com o gerente, [...] o gerente falou: 'a empresa não tem condições de dar alimentação a vocês, não tem condições de dar uma cesta', mas ela tem condições de ganhar às nossas custas. (Trabalhador rural 9)

A negociação em nada resultando, coube aos trabalhadores aguardar pela decisão final da justiça, que confirmaria ou não a liminar concedida acerca da ilegalidade da greve. Os dias de espera, entretanto, não foram dias de paz, pois a polícia, mais uma vez posta a serviço dos interesses privados da Del Monte “esteve presente lá de forma permanente, ameaçando retirar os trabalhadores” (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE).

### **12.7. A visita noturna dos policiais**

Além do episódio já narrado em que vários policiais acompanharam o ônibus de trabalhadores que, segundo a intenção da empresa, ocupariam os postos de trabalho dos grevistas, “mascarados como se a gente fosse bandidos” (Professora de História do Ensino Público Municipal), houve outro momento de repressão e violência, quando

na madrugada de domingo, por volta de 3 horas da manhã [...] a polícia chegou de madrugada, encostou no muro e disse que o carro ia sair, o carro da empresa. Sem mandato judicial, nem nada. [...] Aí saiu o container. E o Fulano é um dos que estavam lá e disse: 'Eles chegaram aqui, já era tudo com as armas na mão, tudim' [...] a gente já esperava que fosse acontecer e a gente já sabia que isso ia acontecer na calada da noite. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Os casos relatados de repressão policial à greve condizem com a análise de Medeiros de que se a violência “persiste, reproduz-se e em algumas situações particulares intensifica-se” é porque ela é permanentemente “alimentada por determinadas práticas institucionais e por um determinado padrão de expressão de interesses ligados à propriedade da terra.”

## 12.8. O fim da greve, a cesta básica e outras conquistas

Resistentes, os grevistas suportaram até receberem a notificação judicial que “determinou o retorno dos trabalhadores às suas atividades, ao tempo em que, em assim ocorrendo, cominou à obrigação de fazer a empresa suscitante, no sentido de concessão de cesta básica aos empregados.”

O Tribunal Regional do Trabalho apresentou solução para o impasse provocado pela greve de trabalhadores.

Após 10 dias de greve e só com decisão judicial, trabalhadores rurais da empresa Del Monte Fresh Produce, multinacional agrícola instalada na Chapada do Apodi, em Limoeiro do Norte, retomaram desde ontem as atividades, conforme exigiu em despacho o desembargador José Antônio Parente da Silva, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região. Em contrapartida, o mesmo tribunal exige que a empresa forneça cesta básica aos trabalhadores, a principal reivindicação do movimento grevista.

A decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) pela retomada das atividades na Delmonte foi assinada no último dia 12, mas apenas ontem todas as partes envolvidas tomaram nota do documento.

O desembargador José Antônio Parente da Silva exigiu que os trabalhadores da Delmonte voltem “imediatamente” aos postos de trabalho, e que a empresa fica “obrigada a fornecer a cesta básica, sem prejuízo da concessão de outros benefícios, sob pena de multa de R\$ 500,00, por trabalhador com frequência regular que não receba o benefício”.

Por outro lado, para que tenham o direito de receber a cesta, os trabalhadores não podem faltar mais que dois dias “sem justificativa”.<sup>21</sup>

A decisão do juiz foi acatada pelos trabalhadores, “e foi com festa, viu? Com muita festa” (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Esse documento chegou por volta de 11 horas ou meio-dia, e eu acho que foi na quinta [...] aí a greve termina nesse mesmo dia. Foi uma coisa interessante demais, os trabalhadores cantaram o hino nacional, sabe? (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Com a reivindicação da cesta básica determinada pela justiça, cantar o hino nacional simbolizava, talvez, a sensação de vitória dos trabalhadores brasileiros diante dos interesses de empresas estrangeiras.

<sup>21</sup> Fonte: “Trabalhadores da Del Monte retomam atividades”. Disponível em <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=563943>>. Acesso em 15 set 2010.

Minha filha, cantou-se o hino nacional, rezou-se, distribuiu-se terços. Terços que Dom José mandou, viu? [...] Pois é, era o dia D, o dia da decisão judicial. Dom José: 'Distribua esses terços lá com os trabalhadores'. São rosas, os terços eram cor de rosa, viu? [...] Aí quando saiu o resultado fomos distribuir os terços, os trabalhadores botando os terços no pescoço. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Dessa decisão, entretanto, a empresa apresentou ao tribunal pedido de reconsideração, alegando não ser possível a cominação da obrigação de fazer atinente à concessão de cesta básica aos empregados, por ser questão passível de negociação coletiva e de que seria, ainda, uma decisão extra/ultra petita, por não ter sido objeto da petição inicial.

Aí chega uma carta do desembargador comprovando que é pra nós recebermos a cesta, mas atrás veio dizendo que a empresa pode recorrer. Quer dizer, todos os meses ela vai recorrer, até chegar um ponto que ela possa fechar e sair. Nós que estamos lá dentro, nós pedimos a Deus todos os dias que ela feche, se ela fechar e pagar nossos direitos, problema dela, que ela vá pra onde ela quiser. [...] e se ela precisa de nós, como o gerente disse que precisa dos trabalhadores, 'precisamos de quem trabalha', pois ela trate nós como cidadão, dê as condição de trabalho pra nós, que nós possa trabalhar com gosto, trabalhar com vontade, que nós possa produzir lá dentro, se nós produzir um milhão, possa produzir dois milhões. A questão é só essa aí, mas ela quer saber é se nós produz, que nós todos faça as nossas atividades, mas nosso salário, nosso ganho, nossa alimentação, nós não temos. (Trabalhador rural 9)

De fato, como o trabalhador anteviu, a empresa recorreu da decisão, e seu recurso fora aceito pelo desembargador. No mês seguinte, entretanto, a convenção coletiva estabelecera a obrigação do fornecimento da cesta, ganho que, ainda assim, foi atribuído ao movimento paredista: “Se não fosse graças a força da greve, a gente não tinha a convenção” (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte).

A cesta básica, aliás, foi uma conquista que se irradiou pelas outras empresas da região, embora, segundo os trabalhadores, fosse de péssima qualidade. “Era tão pouca coisa, era tão pouca coisa. Foi uma conquista que eles arrancaram da empresa, mas a gente nota assim, se você pegar o lucro da empresa e aquilo ali, é pouco demais” (Professora de História do Ensino Público Municipal).

Apesar da decisão judicial referir-se apenas à cesta, omitindo-se com relação às denúncias sobre o cotidiano de trabalho na empresa, algumas mudanças na prática foram sendo percebidas e atribuídas à greve de 2008:

Eu percebo como resultado é o cuidado das empresas com os assalariados. Aí você me pergunta se ainda existe situações de escravo em trabalho? Ainda existe, né. Mas já mudou muito a questão do respeito. (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte)

Alguns trabalhadores me disseram que essa relação mudou, que era opressão, tortura mesmo, e mudou por conta da greve. Mesmo essa política compensatória de festa de natal, essas coisas. Eles queriam respeito, [...] o que acontecia na Del Monte era isso, era só a exploração da mão-de-obra, era um trabalho escravo. Aí os caras trabalhavam e queriam respeito. [...] Não tinha EPI, eles conquistaram, eles reconhecem isso, que a greve teve isso. Essa meta da produção que saiu, porque rapaz era escravidão, eles contavam pra gente e só acreditava porque era mais de um, porque só um contando, você não acredita não. [...] Até os trabalhadores reconhecem que não melhorou 100%, mas minimamente teve umas melhorazinhas. [...] Então eles tem essa consciência, essa simbologia com algumas concessões e,, quer dizer, no Natal sortearam caixa de cerveja, uma televisão, rádio, uma roupa. Que é compensatório, é, mas não tinha isso não, Natal era um dia de trabalho, passava o dia trabalhando. (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte - CONLUTAS)

Houve mudança quanto aos atestados. Eles (trabalhadores) já disseram que aquela coisa de que só aceitava o atestado se fosse do médico da empresa já tinha mudado. [...] Muitos disseram que tinha mudado muita coisa, até os trabalhadores da Del Monte lá do setor do melão sentiram um pouco dessa mudança. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Repercutida nacionalmente e internacionalmente, “essa greve ficou conhecida no Brasil inteiro. E como a Del Monte era uma multinacional que só queria respeito, mas não respeitava ninguém” (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte).

O desgaste provocado na imagem da empresa, segundo os entrevistados, provocou também, por parte dela, uma estratégia de marketing que incluía a elaboração de projetos sociais:

Eles sentiram o seguinte, você sabe que eles tem muito poder, mas também tem o desgaste, eles estão muito desgastados [...] e aí o que foi que fizeram agora, eles fazem um trabalho social, dão um caráter humano à empresa, né? Eles vão fazer esse trabalho social pra amenizar esse desgaste. (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte - CONLUTAS)

Até a criação da sede da Procuradoria do Trabalho na região é atribuída ao movimento dos grevistas da Del Monte: “Nós não tínhamos procuradoria e eu até agrego a vinda da procuradoria, mediato pra cá, a essa greve” (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte).

A consequência apresentada como a mais importante da greve, entretanto, foi a criação da consciência coletiva de que

se os trabalhadores se organizam em luta eles conseguem. O mais importante foi essa politização, ela ajuda a criar cada vez mais, fortalecer na imaginação dos trabalhadores a necessidade de se organizar e fazer lutas. Não tem outro meio, né, não se encontra outros meios se não for através da organização da luta. Então a

greve deixou essa marca, essa marca simbólica, mas também é um processo que a qualquer momento pode ser retomado. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)

O espaço de denúncia, em que os trabalhadores promoveram o desmascaramento da realidade, tão usualmente fantasiada com as ilusões modernas do desenvolvimento trazido pelo agronegócio, mostrou-se também fortalecido a partir da greve e, após ela, constantemente renovado por outras ações de resistência na região,

porque ali mostrou a contradição na prática. As pessoas chegaram automaticamente a perguntar 'Por quê? Por quê estão parados?' [...] e isso foi fundamental pra ajudar na questão dos agrotóxicos na região, ajudou em mostrar pra sociedade o que de fato está acontecendo ali, o próprio modelo excludente, a própria forma da exploração dos trabalhadores. Então, sem dúvida, não só na organização, mas ela fez esse processo também, cumpriu esse papel de denúncia. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)

A voz dos trabalhadores, silenciada por tantos anos, ecoou. E, depois de ecoada, a impressão que dá é a de que não se guarda, mas se aguarda, pelo próximo momento em que novamente ela se fará ouvir.

### **12.9. Demissão e perseguição: as duas faces da retaliação**

Dia 15 de agosto, terminada a greve, os trabalhadores retornam às atividades, mas alguns deles, ao chegarem na empresa, recebem a comunicação de que, naquele dia e nos seguintes, eles poderiam voltar para casa, em razão da empresa ainda estar se reorganizando após a paralisação.

Depois da greve, os trabalhadores tinham voltado a trabalhar, [...] eles se disponibilizaram a trabalhar, só que a empresa disse para alguns que voltassem para casa porque não teria condição de receber todos os trabalhadores e que eles esperassem um chamado da empresa. Alguns acharam estranho e buscaram a diocese pra dizer, então a gente se informou com o Ministério Público do Trabalho e aí ele disse: 'Pois mande o pessoal vir aqui e fazer um termo de ocorrência dizendo que a empresa, sem justificativa, pediu para os trabalhadores voltarem'. E assim foi feito de alguns trabalhadores que procuraram a diocese. Quatro dias depois que a empresa disse isso e os trabalhadores voltaram para casa, esperando que a empresa os chamassem, ela demitiu por justa causa, por abandono de trabalho. Foi uma estratégia bem rasteira da empresa para com os trabalhadores. (Integrante da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte)

A questão é que os nossos colegas estão sendo demitidos, estão mandando ir embora

sem nenhuma justificação. Manda ir embora e não dá nenhuma justificação, diz que a pessoa vai voltar quando a empresa precisar, aí o que é que a gente pensa? Quando é que ela vai chamar? Pode chamar para dar uma justa causa, que é o que estão fazendo lá todo dia, não bota ninguém pra fora com as suas contas. Quando a gente entra lá, a gente já entra pensando quando sair, receber as contas e ter a melhora da gente, mas infelizmente isso lá não tem. (Trabalhador rural 9)

“Dia 21 e dia 22 a empresa tinha botado 220 trabalhadores para fora, como chama o matuto. Tinha demitido 220 trabalhadores por justa causa, por mágoa do trabalhador que estava na greve” (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte). A demissão em massa foi a forma direta de retaliação ao movimento paredista promovida pela empresa, em desatenção à proteção conferida ao direito fundamental de greve pela Lei 7.783/89, de que “não é jurídica nem socialmente adequado proceder-se a dispensas maciças em plena época de negociação coletiva, onde se discuta, inclusive, a legalidade da greve e as reivindicações dos trabalhadores.”

Os 220 trabalhadores demitidos foram, em procissão, da sede do sindicato à da procuradoria do trabalho, como mostra a narrativa:

Vimos aquela multidão em frente ao sindicato, uns cem trabalhadores, quando a gente parou lá, eles disseram: 'Ah, a gente foi demitido! [...] e por justa causa, ninguém vai receber direito nenhum'. Então, a gente foi assim em procissão para o ministério do trabalho. Aí quando a gente chegou lá, a gente encontrou Hilda Leopoldina e aí ela perguntou o quê que tinha acontecido e aí a gente conversou com ela e ela disse: 'Então vamos fazer uma audiência agora com esses trabalhadores'. Ela preparou a sala e fez a audiência com esses trabalhadores. 'O que é que tinha acontecido? O que é que eles sofriram?' e etc. No mesmo dia ela marcou uma audiência com a Del Monte, no mesmo dia, e uma comissão de trabalhadores. E fez essa reunião no gabinete, acho que com quatro trabalhadores, o pessoal da empresa e o pessoal do sindicato. E lá dentro ficou encaminhado, lá dentro ela conseguiu provar a contradição da empresa e imediatamente os trabalhadores tiveram que voltar ao trabalho. (Integrante da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte)

O pedido de reintegração dos trabalhadores, elaborado pelo Ministério Público do Trabalho, fora acolhido pelo Judiciário, pois entendido como abuso de direito por parte da empresa, expressão ilegítima do seu direito de demitir.

A questão, voltando atrás daquela paralisação que nós tivemos lá, a questão dos nossos colegas que estão sendo demitidos, estão mandando pra casa sem nenhuma explicação, e quando ouve, a gente pergunta: 'Por que é que está botando pessoas pra casa e sem ter explicação nenhuma?' O gerente falou: 'Essas pessoas aí, elas que falam muito, elas que falam muito'. Mas eu digo, doutor, a gente fala com educação, mesmo que ele seja mal educado com nós, nós temos obrigação de ser bem educados com eles, que é pra eles entenderem que nós somos cidadãos, que nós, trabalhadores, estamos lá para produzir pra empresa, mas nós queremos ganhar o nosso também, não queremos que só a empresa enrique às nossas custas, nós não queremos que só ela enrique às nossas custas e nós morreremos se sacrificando lá dentro. (Trabalhador rural 9)

A notícia da decisão judicial alcançou repercussão nacional, em certa conta por ser das poucas vezes em que não imperara as vontades da empresa:

TRT manda Del Monte reintegrar 150 trabalhadores demitidos ilegalmente  
MPT ingressou com ação logo após tomar conhecimento das demissões, ocorridas ontem

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 7ª Região, desembargador José Antonio Parente da Silva, determinou agora à tarde (22/8) que a empresa Del Monte Fresh Produce Brasil Ltda, instalada em Limoeiro do Norte, reintegre 150 trabalhadores demitidos irregularmente ontem (21/8). Ele atendeu à petição formulada pelo procurador regional do Trabalho Francisco Gérson Marques de Lima.

Os trabalhadores, que há poucos dias haviam realizado uma greve, já haviam voltado ao trabalho atendendo à determinação do TRT. Nesta semana, eles utilizaram transporte cedido pela empresa para ir receber o pagamento e, quando voltaram, souberam da demissão. A empresa teria alegado que os empregados haviam descumprido a determinação de retorno aos postos de trabalho.

O representante do Ministério Público do Trabalho (MPT) argumentou que as demissões foram uma clara retaliação ao movimento paradedista que os trabalhadores tinham realizado em consequência da insatisfação pelas condições de trabalho. Ele acrescenta que a Lei de Greve (Lei nº 7.783/89) assegura estabilidade no emprego aos trabalhadores como forma de permitir o exercício do direito social de reivindicação coletiva.

[...]

Após analisar a petição do MPT, o presidente do Tribunal acolheu os pedidos e, ao determinar a reintegração dos trabalhadores, fixou multa diária de R\$ 500 por trabalhador que não seja reintegrado. A reclamação quanto à demissão dos trabalhadores foi feita ontem, por um grupo de mais de cem empregados da Del Monte, que se reuniu na sede do MPT em Limoeiro do Norte, com a procuradora regional do Trabalho Hilda Leopoldina Pinheiro Barreto. Foi com base na ata daquela audiência e nos relatos dos trabalhadores, que o procurador Gérson Marques ingressou com a petição no TRT.<sup>22</sup>

À represália direta, consubstancializada nas demissões, seguiu-se a perseguição aos trabalhadores identificados como lideranças da greve, de forma que, quem não foi demitido, pediu demissão, tamanho o pavor instalado no local de trabalho.

O trabalhador da fala acima colacionada, por exemplo, participou de um Seminário sobre agrotóxicos que acontecia na região, dando seu testemunho sobre as condições de trabalho na empresa, a paralisação recém realizada e as demissões que vinham acontecendo, “a fala dele no seminário foi à tarde [...] e o fato é que ele não foi trabalhar à noite e disseram pra ele que ele tinha sido procurado como agulha no palheiro lá (na empresa). Aí ele não foi mais, já foi pra pedir demissão, porque se instalou clima de medo, né?” (Professora de História do Ensino Público Municipal)

<sup>22</sup> Fonte: “TRT manda Del Monte reintegrar 150 trabalhadores demitidos ilegalmente”. Disponível em < >. Acesso em 15 de set de 2010.

Mas aí sei que 'A' não voltou e foi pedir as contas. Depois 'B', que era da CIPA, também 'B' nos confessou que eles trancaram ele numa sala, trancaram assim, sabe, botaram na sala e criaram aquele clima de medo, ele acabou pedindo demissão também. 'C' pediu demissão, 'D' pediu demissão, 'E' pediu demissão, 'F' pediu demissão... eles pediram demissão. Assim, estava mesmo declarada a perseguição aos trabalhadores. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

A violência com que se caracteriza a repressão à greve reflete, em verdade, o padrão com que esse modelo recebe críticas e as busca silenciar. “Por exemplo, nós estamos conversando hoje, depois de tanto tempo da greve, desse processo de luta, e várias formas de lutas, e aí nós temos um trabalhador, uma liderança (Zé Maria), assassinada brutalmente” (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE).

Mas mesmo com a violência e com a rapidez que esse modelo se expande na região do Baixo Jaguaribe, introduzindo e intensificando injustiças sócio-ambientais no território, continua-se a construir lutas e resistência. Ainda que não seja fácil avaliá-las isoladamente sob o parâmetro da concretude das transformações advindas, pouco nos custa para compreendê-las integrantes de um processo histórico, em que “o maior desafio é esse: essa questão da organização e da continuidade desse processo de luta” (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE).

### 13. CONCLUSÕES: PERMANÊNCIAS E RESISTÊNCIAS, O FUTURO DA CHAPADA DO APODI EM DISPUTA

"O presente é tão grande, não nos afastemos; não nos afastemos, vamos de mãos dadas." (Carlos Drummond de Andrade)



Figura 39: Grito dos Excluídos, 2008.  
Fonte: Acervo da Pesquisa.

As considerações apresentadas sobre o projeto de desenvolvimento em curso no Baixo Jaguaribe, voltado para a expansão dos moldes produtivos engendrados pelo agronegócio, realizaram-se numa tentativa de driblar a “vontade de verdade” reivindicada pelo discurso que o defende.

Como nos fala Foucault (2004), essa vontade está presente em nossa cultura desde o século XVI, sendo ela que nos faz desejar sempre “a” verdade, aquela do tipo universal, rica, prolifera, e que atua como uma “prodigiosa máquina destinada a excluir”.

A “verdade” do agronegócio inventa, para a região, um passado de arcaísmo que não

condiz com a “verdade” narrado na oralidade dos entrevistados sobre um passado apresentado pela segurança da posse da terra e do alimento saudável.

A “verdade” do agronegócio atribui à natureza da Chapada, compreendida pela disponibilidade de água e solo, valor monetário, em detrimento da “verdade” dos que da natureza se apropriaram para significar-lhe também a partir de elementos sociais, culturais e históricos.

Por fim, a “verdade” do agronegócio materializa-se no cotidiano do território pela exploração de seu espaço e sua gente, enquanto a “verdade” dos que a ele resistem constrói-se pela equidade, onde o respeito à diversidade e à democracia refletem-se no trato cuidadoso que ao espaço e à gente é reivindicado.

Eu sou um guerreiro, eu sou um briguento pela terra, mas eu brigo tanto pela terra quanto eu defendo ela. Eu defendo a terra, eu defendo a água e defendo o meio ambiente, porque não adianta eu brigar pela terra, dizer 'eu quero ter' e lá na frente eu matar a terra. (Zé Maria, Presidente da Associação dos Ex-Irrigantes Jaguaribe/Apodi e presidente da associação comunitária de Tomé, junho 2008).

Desvendar as pretensões de verdade propagadas pelo agronegócio, bem como fortalecer as verdades anunciadas pelos sujeitos que a ele resistem, perpassa necessariamente pela permanente análise crítica do conhecimento científico, consignando-se constantemente o valor veritativo do conhecimento produzido, a fim de filtrá-lo dos meros interesses de poder que norteiam sua utilização prescritiva.

Promover o desengano concretiza-se, também, pela desconstrução dos mitos que rodeiam o agronegócio. Com esse intuito, apresentaram-se, nesse trabalho, elementos que demonstrassem que o agronegócio não é sinônimo de desenvolvimento, tampouco é a única via que a ele conduz; que o agronegócio não sustenta o Estado, mas por ele é sustentado; que não se efetiva sobre o uso seguro de agrotóxicos, mas sobre a irresponsabilidade e impunidade dos custos sócio-ambientais por eles gerados; e que não traz riqueza para a população, mas expropriação, riscos e degradação.

Mas, finalmente,

a consecução do desengano promovido pela consciência crítica apenas se completa efetivamente com a transformação das condições materiais objetivas que determinam o falseamento ideológico, pois sem práxis transformadora do real, a mistificação ideológica não desaparece. (SUDATTI, 2007, p. 40)

A teoria torna-se útil na medida em que é capaz de intervir como uma força transformadora na experiência efetiva dos sujeitos. Essa “práxis transformadora”, portanto,

obriga-nos a adotar e defender intelectualmente o ponto de vista das classes sociais que sofrem com as injustiças sócio-ambientais impostas ao território, transtornando consideravelmente o ponto de vista hegemônico que propugna pela neutralidade das funções atribuídas aos juristas na sociedade atual, aos médicos, aos professores, aos cientistas...

Construída a partir da voz dos que denunciam os conflitos, a teia complexa da realidade vai mostrando que, assim como não há apenas a riqueza difundida pelo discurso do agronegócio, mas há a miséria, a concentração de terras e a contaminação das águas, também não há somente a miséria, a concentração de terras e a contaminação das águas, mas há a sustentabilidade da agricultura familiar, a produção coletiva dos sistemas agroecológicos, a força da organização popular. De forma que, no mesmo muro que, em Tomé, registraram-se as lamentações, desenharam-se também os sonhos.

Na construção de sua contradição, o agronegócio cria e une os sujeitos responsáveis pela elaboração dos projetos que correspondem à sua antítese: ao expropriar os camponeses, indica-lhes a classe a que pertencem, ao explorar seus trabalhadores, agrega-os àquela, ao contaminar o ambiente, aponta outros sujeitos sociais que precisam unificar-se na resistência.

A união e a força dos lavradores do campo não vêm de dentro da sua condição social. O lavrador que trabalha isoladamente com sua família não tem possibilidade de perceber a extensão social e a força política de todos os lavradores da sua sociedade. Somente quando o capital, de fora de sua existência, invade o seu mundo, procura arrancá-lo da terra, procura transformá-lo num trabalhador que não seja proprietário de nada além da força dos braços, somente aí é que as vítimas dessa invasão, dessa expropriação, podem se descobrir como membros de uma classe. (MARTINS apud FREITAS, 2010, p. 143)

A descoberta da identidade coletiva pelo camponês expropriado, a partir da invasão de seu mundo pelo capital, bem como as lutas que a partir desse reconhecimento são encampadas e ampliadas pelas articulações promovidas, vão, dia-a-dia, concretizando os sonhos de futuro que se planejam para a Chapada, no anseio de que sejam capazes de afastar a perspectiva nefasta apontada pelos rumos adivinhados do agronegócio.

Percebido por todos que a mobilidade do capital faz-se acompanhar da exaustão das condições naturais que o estabeleceram, são acompanhados de perto os processos que conduzem à perda da capacidade produtiva da terra.

Extensas áreas que, exigidas a plantar abacaxi sobre o uso intensivo de venenos, precisaram ser abandonadas, relegadas às “heranças malditas” da contaminação e da degradação provocadas pela empresa, funcionam à sociedade como mensageiras de um futuro em que, a depender do agronegócio, a Chapada ver-se-à reduzida em deserto.

Eu sou muito matuto, mas eu já disse que daqui a 8, 10 anos essa terra da serra só vai servir pra jumento rolar em riba, ela não vai produzir mais nada. E eu acho que é mesmo, que já está caindo muito de produção. Está pela metade a produção, por causa desses adubos, está acabando com o solo da terra. É uma terra boa, terra melhor do mundo, viu? O solo melhor do mundo que tem é esse aqui da Chapado do Apodi, mas está se acabando com esse veneno. (Trabalhador rural 1)

Rejeitada a proposta de futuro do agronegócio, outras anunciam-se nas lutas do presente. As experiências de resistência na região seguem-se e se complementam: a ocupação da estrada do agronegócio pelas mulheres da Via Campesina, a definição do assentamento de reforma agrária Bernardo Marin em área anteriormente destinada às empresas do agronegócio, a greve dos trabalhadores da Del Monte, o combate à pulverização aérea, o grito dos excluídos, a organização das comunidades do Tabuleiro de Russas, os atos e mobilizações ao redor do dia 21 de cada mês. Reafirma-se, a cada vez, que não é com resignação que se aceitam os custos e impactos decorrentes do agronegócio.

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. (Marx, 1970, p. 203)

Enfrentando o peso das estruturas antigas destinadas à opressão - a cerca do latifúndio, a violência do coronelismo, a omissão estatal - compreende-se que a tradição, entretanto, também carrega em seu bojo a memória de tantas e tão antigas lutas, travadas desde os índios ancestrais que lutaram na guerra dos bárbaros por suas terras até a mais nova geração de crianças que ativamente participam do movimento de transformação da realidade da Chapada.

Transformação que só se dá quando pautada por critérios que priorizem a pessoa humana, respeitando sua dignidade e valorizando suas necessidades. Resultado possível apenas de um novo paradigma de desenvolvimento, em que sejam valorizados, além dos padrões de produção e consumo, os demais interesses e valores sociais envolvidos na construção de seus projetos e onde efetivamente analise-se a viabilidade socioambiental dos mesmos, contemplando as potencialidades dos ambientes em que eles se inserem e as relação com os usos e significados atribuídos ao território no local. Paradigma, enfim, reivindicado e anunciado pelos movimentos de resistência à coisificação da terra e do homem.

Evidenciada uma realidade complexa, que não se comporta nos limites da legislação codificada e da burocratização institucionalizada, reclama-se um modelo que contemple a diversidade e seus novos protagonistas, amparado no reconhecimento do aspecto material de

uma ética que tem sua origem na verdade prática – na existência concreta das vítimas, dos dominados e excluídos pela ideologia neoliberal.

Destacado, enfim, o papel que o agronegócio cumpre, nessa realidade, de potencializador dos danos à saúde - compreendida em seu sentido amplo de resultado das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra, e dos serviços de saúde – conclui-se pela necessidade de valorizar as experiências de resistência que buscam fazer com que o desenvolvimento econômico dê-se de forma atrelada ao desenvolvimento social, preconizando relações de trabalho mais justas, relações mais sustentáveis com o ambiente e relações produtivas mais saudáveis.

Experiências, por sua vez, protagonizadas, justamente, pelos sujeitos que o agronegócio busca silenciar e que, nessas páginas, espera-se, possam ter encontrado microfone para suas vozes:

É todo um processo de luta que vem acontecendo, que vem de certa forma unificando os trabalhadores nesse projeto maior. [...] O próprio modelo agrícola que está em curso cria várias contradições. Essas contradições, fundamentalmente, exigem uma superação. E a superação vem de várias formas. Uma das formas são esses conflitos que acontecem. E, se esses conflitos começam a se juntar, então isso cria um processo amplo que pode partir para um processo ainda maior de ruptura e discussão de um outro projeto, [...] que está em discussão e de certa forma também em construção prática. Não é algo inimaginável, é algo imaginável mesmo, algo concreto. [...] Na região, há esse estopim, esse processo de conflito, de mobilização, que é a própria realidade. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, S. F. **Estudo dos Agravos à Saúde dos Trabalhadores expostos a agrotóxicos no agronegócio do abacaxi em Limoeiro do Norte – Ceará.** Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

ALMEIDA, Dean Fabio Bueno de. **O significado de eficácia e legitimidade do Direito Ambiental latino-americano a partir da filosofia da libertação.** Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Social) – Pontífica Universidade Católica do paraná, Curitiba, 2001.

ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar.** São Paulo: Papirus, 2000.

AUGÉ, M. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade.** Campinas: Papirus Editora, 2003.

ARRUDA JR., Edmundo Lima de. **Introdução à sociologia jurídica alternativa.** São Paulo: Editora Acadêmica, 1997.

BARTHES, Roland. **Pesquisa de retórica.** Seleção de ensaios da Revista Communications nº 10, Vozes, 1975.

BERNARDO, Marcia Hespanhol. **Trabalho duro, discurso flexível: Uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. **O modo de vida dos novos operários: Quando purgatório se torna paraíso.** Fortaleza, Editora UFC, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. MAPA, a – Ministério da Agricultura e Pecuária. **Projeções do Agronegócio Brasil 2008/2009 a 2019/2020.** Brasília, DF: Ministério da Agricultura e Pecuária, 2010.

BRASIL. MAPA, b – Ministério da Agricultura e Pecuária. **Plano Agrícola e Pecuário para a safra de 2010/2011.** Brasília, DF: Ministério da Agricultura e Pecuária, 2010.

BRASIL. MAPA, c – Ministério da Agricultura e Pecuária. **Instrução Normativa nº 2**. Brasília, DF: Ministério da Agricultura e Pecuária.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria MS nº 518**, de 25 de março de 2004. Estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2002.

COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS – COGERH. **Plano de gestão participativa dos aquíferos da bacia Potiguar, Estado do Ceará**. Fortaleza, 2009. (Relatório Final)

COSTA, Nelson Nery. **Teoria e realidade da desobediência civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS – DNOCS. **Levantamento agroeconômico social do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi**. Fortaleza, CE, 2009. (Relatório Técnico)

ELIAS, D. ; SAMPAIO, J.L.F. (Org). **Modernização excludente**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

FARIA, José Eduardo. **Eficácia jurídica e violência simbólica**. São Paulo: EDUSP, 1988.

FERNANDES, Bernardo Mançano (Org). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FREITAS, Bernadete Maria Côelho. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciência e Tecnologia, Fortaleza, 2010.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Org.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

FRUTACOR. **Metodologia de controle da Sigatoka amarela na cultura da banana na Chapada do Apodi em Limoeiro do Norte – CE**. Limoeiro do Norte, 2009.

GENRO, Tarso: **O futuro por armar: democracia e socialismo na era globalitária**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**.

DEJOURS, Cristophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MACHADO, Paulo. **Um avião contorna o pé de jatobá e a nuvem de agrotóxico pousa na cidade. História da reportagem**. Brasília: Anvisa, 2008.

MARX, Karl. **18 brumário de Luís Bonaparte**. Em *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1970, p. 201 a 285.

NETO, M. L. F.; SARCINELLI, P. N. **Agrotóxicos em água para consumo humano. Uma abordagem de avaliação de risco e contribuição ao processo de atualização da legislação brasileira**. *Eng Sanit Ambient*, v.14 n.1, p. 69-78, 2009.

NETO, Maria de Lourdes Fernandes. **Norma Brasileira de Potabilidade de Água: Análise dos parâmetros agrotóxicos numa abordagem de avaliação de risco**. Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Aruoca, Rio de Janeiro, 2010.

PESSOA, Vanira Matos. **Abordagem do território na constituição da integralidade em saúde ambiental e do trabalhador na atenção primária à saúde em Quixeré-Ceará**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

PIGNATI, W. A.; MACHADO, J. M. H.; CABRAL, J. F. **Acidente rural ampliado: o caso das “chuvas” de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde – MT**. *Ciência &*

Saúde Coletiva, 12(1):105-114, 2007.

RIGOTTO, Raquel Maria. **Desenvolvimento, Ambiente e Saúde: implicações da (des)localização industrial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

RIGOTTO, R. M.; MARINHO, A. M. C. P.; ELLERY, A. E.L.; SAMPAIO, J. L. F.; TUPINAMBA, S. V. **Da primavera silenciosa às primaveras silenciadas: conflitos socioambientais no agronegócio da fruticultura e agrotóxicos no Baixo Jaguaribe**. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. 1 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 148-175.

ROSA, Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SAMPAIO, José Levi Furtado; LIMA, A. E. F.; SILVA, S. S.; ALCANTARA, S.; ALEXANDRE, S. F.; ASSIS, R. J. S.; RIGOTTO, Raquel Maria. **Diagnóstico socioeconômico das comunidades do entorno das empresas de agronegócio no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi**, 2008. (Relatório de pesquisa).

SAUER, Sérgio. **Dinheiro Público para o agronegócio**. Portal Diplomatique. Disponível em <<http://diplomatique.uol.com.br/artigo.php?id=654>>. Acesso em 02 nov 2010.

SOARES, Hidelbrando dos Santos. **A Del Monte e a expansão dos bóias-frias na região Jaguaribana**. Em Informativo “O Martelo”, nº 11, Limoeiro do Norte, 2003.

SUDATTI, Ariani Bueno. **Dogmática jurídica e ideologia**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

THOMPSON, John. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da; MARTINS, Rodrigo Constante. **Novas institucionalidades da gestão de águas e poder local: os limites territoriais da democracia decisória**. Disponível em <[www.udb.br](http://www.udb.br)> Acesso em 15 de ago de 2010.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. **A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

